

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**JADSON GABRIEL DA SILVA SOUSA**

**O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO FÍSICA:** um panorama do Maranhão a partir da análise dos documentos

São Luís  
2024

**JADSON GABRIEL DA SILVA SOUSA**

**O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO FÍSICA:** um panorama do Maranhão a partir da análise dos documentos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Me. Antonio Higor Gusmão dos Santos

São Luís

2024

**JADSON GABRIEL DA SILVA SOUSA****O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO FÍSICA: um panorama do Maranhão a partir da análise dos documentos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Me. Antonio Higor Gusmão dos Santos

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Me. Antonio Higor Gusmão dos Santos**

(Orientador)

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

1º Examinador

**Prof. Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana**

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

2º Examinador

**Profa. Dra. Jucilea Neres Ferreira**

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Jadson Gabriel da Silva.

O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO FÍSICA : um panorama do Maranhão a partir da análise dos documentos / Jadson Gabriel da Silva Sousa. - 2024.

153 p.

Orientador(a): Antonio Higor Gusmão dos Santos.

Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2024.

1. Reforma do Ensino Médio. 2. Lei de Diretrizes e Bases. 3. Estado do Maranhão. 4. . 5. . I. dos Santos, Antonio Higor Gusmão. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

A trajetória não é fácil. Foram longos anos, e por muitas vezes pensei em não concluir o curso, de fato em abandoná-lo. No entanto, houveram pessoas que acreditaram em mim, e por mais que pareça não importar, no fundo sabemos que essa atenção, esse carinho são fundamentais para prosseguir.

Um ciclo que se encerra para novos começarem, e finalmente, a conclusão chega. Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, Jadson Carlos Sousa e Rogeria Magda Coelho da Silva. Sou grato por ser filho de vocês e por tudo o que fizeram e fazem por mim. Não consigo expressar em palavras o quanto os amo e o quanto me dedico para orgulhá-los. Sei que não sou uma pessoa fácil, mas tento ser o melhor filho que posso. Obrigado, mãe e pai, por sempre acreditarem no meu potencial, mesmo sabendo que quero ser e fazer muitas coisas. Vocês sempre me apoiaram. Amo vocês. Ao meu irmão, Jadson Rafael, agradeço por sempre estar ao meu lado, acreditar em mim e em minhas decisões, e pelos conselhos. Te amo.

Em meio ao caos da vida corrida, encontrei alguém com quem pude dividir meus segredos, medos e sonhos, e que acredita em mim e abraça minhas ideias e loucuras. Obrigado, "vida", por sempre me apoiar, motivar e aconselhar. Você foi extremamente importante nessa jornada. Sempre serei grato por ter você em minha vida. Alvaleria, obrigado por ser essa pessoa incrível que Deus colocou no meu caminho. Amo você. Agradeço aos meus sogros, Alvaléa e Rogério. Sou grato pelos conselhos, pela confiança e carinho, e por me tratarem como um filho. Amo vocês.

Talvez tenha sido o destino, ou até as fofocas, que nos uniram, mas eu tenho certeza de que, sem vocês, o peso da graduação teria sido muito mais difícil. Aos amigos que ingressaram comigo nessa jornada em 2018.2 — Paula, Jomara, José, François, Mhayanny, Bernard e Breno — deixo meu muito obrigado. Vocês são pessoas incríveis. Sei que não sou a melhor pessoa para fazer trabalhos em grupo, mas todo grupo precisa de um "agoniador" que quer entregar tudo antes do prazo. Bem, eu sou essa pessoa! Obrigado, meus amigos, por todos os momentos incríveis que passamos juntos. Tenho certeza de que serão excelentes profissionais. Amo vocês.

Agradeço também ao meu orientador, talvez a amizade mais inesperada durante a minha graduação. Atonio Higor, você é uma pessoa iluminada. Obrigado

por fazer parte dessa jornada e na reta final, me inspirar a continuar com os estudos. Amo você.

E, em memória da minha “dadá”, dona Rosalina, seu neto está formado, e onde quer que a senhora esteja, espero que sinta orgulho de mim. Sempre amarei a senhora.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 – Código Alfanumérico .....</b>	<b>56</b>
---	-----------

**LISTA DE SIGLAS**

NEM	Novo Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EF	Educação Física
MP	Medida Provisória
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Propostas Pedagógicas Curriculares
SciELO	Scientific Electronic Library Online
GOV.BR	Governo Federal Brasileiro
CEE/MA	Conselho Estadual de Educação do Maranhão
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
DCTMA	Documento Curricular do Território Maranhense
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
AEC	Associação de Educação Católica do Brasil
SNI	Serviço Nacional de Informação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de
PT	Partido Dos Trabalhadores
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
ProUni	Programa Universidade para Todos
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
FNDEP	Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EaD	Ensino a Distância
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PEE/MA	Plano Estadual de Educação do Maranhão
PAPFC	Plano de Acompanhamento da Proposta de Flexibilização Curricular
FIC	Formação Inicial Continuada
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
PP	Propostas Pedagógicas
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCN-EM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DCN-EPT	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Profissional Tecnológico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
SEAMA	Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão
SIAEP	Administração de Escolas Públicas
IF	Itinerários Formativos
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

IFMA	Instituto Federal do Maranhão
CEUMA	Centro Universitário do Maranhão
FEDAP	Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente

## RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar como a disciplina de Educação Física está configurada no Novo Ensino Médio no Estado do Maranhão. Para alcançar esse objetivo, pretende-se investigar a legislação educacional brasileira, com foco na reforma do Novo Ensino Médio estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, bem como analisar os documentos legais que institucionalizam e regularizam essa reforma no Maranhão. Além disso, busca-se compreender como a disciplina de Educação Física tem sido proposta nos documentos oficiais, avaliando como a implementação do Novo Ensino Médio impacta a oferta de conteúdos e a carga horária da disciplina nas escolas estaduais do estado. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, analisando documentos e leis relacionadas ao Novo Ensino Médio e à Educação Física no Estado do Maranhão. Foram examinados documentos oficiais como leis, propostas curriculares, regulamentos e portarias, coletados em arquivos públicos e plataformas digitais do Governo Federal. A análise considerou tanto fontes primárias, como as leis e resoluções oficiais, quanto fontes secundárias, com foco na Base Nacional Comum Curricular e sua implementação no Maranhão. Os resultados indicam que a implementação da reforma do Novo Ensino Médio no Maranhão trouxe mudanças significativas na oferta da disciplina de Educação Física, afetando tanto os conteúdos quanto a carga horária. A análise dos documentos oficiais, como o Plano de Implementação da Reformulação Curricular do Ensino Médio e o Documento Curricular do Território Maranhense, mostrou que a adaptação às diretrizes nacionais tem enfrentado desafios, especialmente na adequação da disciplina às novas exigências curriculares, mas também abre espaço para inovações pedagógicas. O "Novo" Ensino Médio, embora aparentemente inovador, reflete um ciclo contínuo de tentativas de reforma educacional no Brasil. As mudanças, especialmente focadas nos itinerários formativos e na redução da carga horária da formação geral, levantaram críticas a esta nova legislação, evidenciando a falta de diálogo do governo com a sociedade sobre questões cruciais como a evasão escolar. Essa dinâmica revela a complexidade das reformas educacionais, como a Lei nº 13.415/2017, que buscou adaptar o ensino médio às novas demandas sociais e econômicas, mas gerou incertezas sobre a eficácia dessa adaptação. Recentemente, a Lei nº 14.945/2024 ampliou a carga horária anual para 1.400 horas e reintegrou disciplinas ao currículo, com ênfase na formação geral básica e itinerários formativos. No entanto, a implementação dessas diretrizes ainda carece de orientações específicas, o que pode dificultar a adaptação das instituições de ensino. A situação da Educação Física no Maranhão ilustra bem essas mudanças. Embora a disciplina tenha mantido sua obrigatoriedade, sua carga horária foi significativamente reduzida, impactando a qualidade da formação oferecida. Além disso, a disciplina é frequentemente apresentada de forma superficial no currículo, sem considerar as particularidades culturais e sociais da região, o que pode comprometer sua eficácia. No contexto dos itinerários formativos, a Educação Física, ao dialogar com áreas como Ciências da Saúde e Ciências Humanas, pode contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos. Essa abordagem multidimensional é essencial para uma formação mais completa, alinhando-se aos objetivos da BNCC e promovendo um aprendizado significativo.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Lei de Diretrizes e Bases. Estado do Maranhão.

## ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze how the Physical Education subject is configured in the New High School in the State of Maranhão. To achieve this objective, we intend to investigate Brazilian educational legislation, focusing on the reform of the New High School established by Law No. 13,415/2017, as well as to analyze the legal documents that institutionalize and regularize this reform in Maranhão. In addition, we seek to understand how the Physical Education subject has been proposed in official documents, evaluating how the implementation of the New High School impacts the offer of content and the workload of the subject in state schools in the state. The research adopted a qualitative approach, analyzing documents and laws related to the New High School and Physical Education in the State of Maranhão. Official documents such as laws, curricular proposals, regulations and ordinances, collected in public archives and digital platforms of the Federal Government, were examined. The analysis considered both primary sources, such as laws and official resolutions, and secondary sources, focusing on the National Common Curricular Base and its implementation in Maranhão. The results indicate that the implementation of the New High School reform in Maranhão brought significant changes to the offering of the Physical Education subject, affecting both the content and the workload. The analysis of official documents, such as the Implementation Plan for the High School Curricular Reformulation and the Curricular Document of the Maranhão Territory, showed that the adaptation to national guidelines has faced challenges, especially in adapting the subject to the new curricular requirements, but it also opens space for pedagogical innovations. The "New" High School, although apparently innovative, reflects a continuous cycle of attempts at educational reform in Brazil. The changes, especially focused on educational itineraries and the reduction of the workload of general education, raised criticism of this new legislation, highlighting the lack of dialogue between the government and society on crucial issues such as school dropout. This dynamic reveals the complexity of educational reforms, such as Law No. 13,415/2017, which sought to adapt high school to new social and economic demands, but generated uncertainty about the effectiveness of this adaptation. Recently, Law No. 14,945/2024 increased the annual workload to 1,400 hours and reintegrated subjects into the curriculum, with an emphasis on basic general education and training itineraries. However, the implementation of these guidelines still lacks specific guidance, which can make it difficult for educational institutions to adapt. The situation of Physical Education in Maranhão illustrates these changes well. Although the subject remained mandatory, its workload was significantly reduced, impacting the quality of the training offered. In addition, the subject is often presented superficially in the curriculum, without considering the cultural and social particularities of the region, which can compromise its effectiveness. In the context of training itineraries, Physical Education, when interacting with areas such as Health Sciences and Human Sciences, can contribute to the comprehensive development of students. This multidimensional approach is essential for a more complete education, aligning with the objectives of the BNCC and promoting meaningful learning.

Keywords: High School Reform. Law of Guidelines and Bases. State of Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL</b> .....	<b>22</b>
2.1 A Revolução de 1930 e a Consolidação das Políticas Educacionais sob Getúlio Vargas.....	22
2.2 A Influência da Reforma Capanema na Educação Brasileira.....	24
2.3 Educação Durante o Período Populista: 1945-1964.....	27
2.4 Ditadura Militar no Brasil e as Reformas Educacionais (1964-1985).....	31
2.5 Reformas Educacionais no Contexto da Redemocratização.....	34
2.6 Interesses Empresariais e Reformas Educacionais: Reformadores Empresariais da Educação.....	36
2.7 Fundamentos e Desafios da Educação Brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996.....	43
2.8 Educação Física e a BNCC: Estruturas, Competências e Desafios.....	44
<b>4. A RESOLUÇÃO Nº 3/2018 E SUAS IMPLICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO “NOVO” ENSINO MÉDIO</b> .....	<b>59</b>
<b>5 ALTERAÇÕES NA LDB PELA LEI Nº 14.945/2024: NOVOS RUMOS PARA A EDUCAÇÃO</b> .....	<b>67</b>
<b>6 A IMPLEMENTAÇÃO DO “NOVO” NO MARANHÃO: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS E DOS DESAFIOS NA ADAPTAÇÃO ÀS REFORMAS EDUCACIONAIS</b> .....	<b>70</b>
6. 1 Reorganização do Currículo no Maranhão: Análise da Resolução 277/2021.....	73
6.2 Análise do Plano de Implementação da Reformulação Curricular do Ensino Médio.....	81
<b>7. ANÁLISE DO DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE</b> .....	<b>92</b>
7.1 Textos Introdutórios e Reflexões Iniciais.....	92
7.2 Diretrizes Curriculares e sua Aplicação: Uma análise sobre a organização curricular do ensino médio para o Estado do Maranhão.....	97
7.3 Um olhar mais aprofundado em relação a área de linguagens e suas tecnologias segundo o DCTMA.....	100
7.4 Compreendendo a flexibilização curricular e os itinerários formativos mediante ao DCTMA.....	104
7.5 Compreendendo a proposição curricular para a rede estadual de ensino propostas pelo DCTMA.....	107
7.6 Formação docente para a implementação do novo currículo: competências necessárias para a prática docente.....	112

<b>8 CONCLUSÃO.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente o “Novo” Ensino Médio (NEM) vem gerando diversos questionamentos sobre a sua formulação e aplicação. Haja vista que a discussão da proposta do NEM surgiu em meio ao processo de *impeachment* da então presidenta Dilma.

Sua reeleição ocorreu em meio a um cenário de acentuada polarização política,

[...] por um lado o campo neoliberal puro concentrado na figura de Aécio Neves, [...] com apoio da alta classe média, setor arreado às políticas sociais petistas; por outro lado, a política heterogênea cultivada pela ascensão do lulismo em 2002, composição articulada pela burguesia interna, parte da baixa classe média, a maior parte da classe trabalhadora dos campos e das cidades. (Cardoso e Souza, 2016, p. 47 apud Boito JR., 2016).

Durante seu segundo mandato (2015-2016), ex-presidenta Dilma enfrentava uma grave crise econômica, com recessão, aumento do desemprego, manifestações, inflação elevada e sucessivas greves levaram uma significativa queda na popularidade do governo. Ademais, o país foi abalado por escândalos de corrupção, especialmente relacionados à Petrobras, no âmbito da Operação Lava Jato, que investigou uma ampla rede de corrupção envolvendo políticos, empresários e funcionários públicos.

O processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma foi formalmente iniciado em dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Um dos, se não o principal motivo que levou à cassação do mandato da ex-presidenta foi as “pedaladas fiscais”. Essa prática possibilita ao governo mascarar o real déficit fiscal do governo, promovendo um superávit temporário, onde as receitas superaram as despesas e que segundo os acusadores, isso configurava um crime de responsabilidade.

O processo que investigava as “pedaladas fiscais” de Dilma Rousseff foi arquivado. Em dezembro de 2022, o Tribunal de Contas da União decidiu arquivar as investigações, a decisão foi baseada em uma avaliação de que não havia elementos suficientes para prosseguir com a responsabilização da ex-presidenta.

Desde sua proposta, até sua implementação percebemos que suas intencionalidades são diferentes do que vimos nos anos de governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016), durante os anos

houveram inclusões que foram modificando e alterando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Sancionada em fevereiro de 2017 a Lei nº 13.415/17, através de uma Medida Provisória (MP) 746/16, assinada pelo ex-presidente Michel Temer, que reformulou esta etapa da formação básica. Aprovada após a Emenda Constitucional nº 95 de dezembro de 2016, conhecida como 'PEC do Teto dos Gastos Públicos', instituindo um teto para os gastos públicos federais, incluindo os gastos com educação e saúde, por um período de 20 anos. A Lei nº 13.415/17, é fortemente criticada por educadores e movimentos sociais, sobre a alegação do Brasil ser um país desigual em seu sistema de educação e a falta de estruturas das escolas para desenvolver este novo sistema.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o NEM pretende atender a necessidade dos jovens e as suas expectativas, diminuindo a evasão escolar e criando mais protagonismo ao estudante nas escolhas de itinerários formativos e aprofundamento nas áreas de conhecimento desejadas.

A Lei nº 13.415/2017 permitiu mudanças na estrutura do ensino médio, alterando a LDB, buscou-se ampliar a carga horária mínima de 800 horas para 1.000 horas anuais no prazo máximo de cinco anos (até 2022), distribuídas em pelo menos 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, totalizando 3.000 horas durante os 3 anos de formação do estudante. Dividindo as disciplinas em áreas de conhecimento de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As disciplinas portugues, matemática e inglês passam a ser obrigatórias durante todo o período letivo, as disciplinas como a Educação Física (EF), história, biologia, química, entre outras ficam atreladas às suas áreas de conhecimento, a cargo das instituições fornecerem aos seus alunos.

A EF teve uma redução considerável em sua carga horária anual, assim como outras disciplinas mesmo com as novas mudanças e ampliação da carga horária, dado pelo fato da introdução dos itinerários formativos, projeto de vida e o aumento da carga horária de português e matemática, afetando diretamente o cronograma e a forma como os conteúdos são repassados em sala de aula. Como consta na nova legislação, segundo a Lei nº 13.415/2017 em seu Art. 35-A determina que "A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia". (Brasil, 2017). O

texto não deixa claro em que ano as disciplinas deverão ser ofertadas, deixando a cargo da instituição esta atribuição.

O NEM buscou definir uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma BNCC e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade

No texto inicial a Lei nº. 9.394/96, a EF integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. Entretanto, o texto foi alterado em 1º de Dezembro de 2003, tornando a EF, integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; maior de trinta anos de idade; que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da EF; amparado pelo Decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; que tenha prole.

Contudo, com as alterações feitas na LDB em 2017, o conteúdo da EF é obrigatória na educação básica, mas a disciplina não, passou a ser optativa para os alunos do ensino médio, enquadrando-se dentro da área de conhecimento de linguagens e suas tecnologias, incluída obrigatoriamente o ensino da EF na BNCC, sendo utilizada como ferramenta de orientação para os conteúdos que deverão ser abordados durante os anos letivos.

Em 2024, a LDB sofreu novas atualizações através da Lei 14.945 de, promovendo mudanças significativas na estrutura do Ensino Médio originalmente reformada pela Lei 13.415/2017. Essas alterações foram motivadas pela necessidade de corrigir problemas emergentes, como a desigualdade de acesso a diferentes itinerários formativos e a desvalorização de disciplinas essenciais, além de aprimorar a formação dos professores e a infraestrutura escolar.

As novas atualizações estabelecem, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual para o ensino médio seja de 1000 horas, já ampliadas distribuídas em pelo menos 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais. Além disso, a lei prevê a ampliação progressiva dessa carga horária

mínima anual para 1.400 horas, em conformidade com os prazos e metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE). O currículo do ensino médio passou a ser composto por uma formação geral básica, sendo todas as disciplinas das áreas de conhecimento previstas na BNCC são obrigatórias ao longo dessa fase e itinerários formativos, com uma carga horária mínima total de 2.400 horas para a formação geral e 600 horas para os itinerários. As áreas do conhecimento foram reafirmadas, integrando linguagens, matemática, ciências da natureza, e ciências humanas e sociais aplicadas.

Conforme a Lei 14.945/2024, Art. 36, § 2º-A,

Os sistemas de ensino deverão garantir que todas as escolas de ensino médio ofereçam o aprofundamento integral de todas as áreas do conhecimento previstas nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo, organizadas em, no mínimo, 2 (dois) itinerários formativos com ênfases distintas, excetuadas as que oferecerem a formação técnica e profissional. (Brasil, 2024b).

A EF voltou a ser obrigatória no currículo do Ensino Médio. De acordo com o artigo 35-D,

A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio estabelecerá direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e educação física.” (Brasil, 2024b).

Isso significa que a EF, junto com outras disciplinas das áreas de conhecimento, é parte integrante do currículo obrigatório do ensino médio, garantindo que todos os alunos tenham acesso a essa disciplina ao longo de sua formação geral básica.

Através dessa análise, é válido resaltar que o Estado do Maranhão e sua rede de ensino têm buscado se adaptar à nova realidade. Diante desse processo de adaptação, é necessário entender como o estado tem oferecido a EF no NEM. Algumas inquietações surgiram a partir dessa reflexão: o que tem sido produzido sobre o NEM na EF? Como, na prática, a nova reforma do ensino médio tem afetado a EF? De que maneira essa reforma impacta a oferta de conteúdos e a carga horária da disciplina?

Tentando solucionar essas inquietações e questões norteadoras, elencamos que o objetivo geral deste trabalho é analisar como a disciplina de EF está configurada

no NEM do Maranhão. Para alcançar este objetivo, pretende-se: analisar a legislação educacional brasileira e a reforma do NEM; investigar os documentos legais que institucionalizam e regularizam o NEM no Estado do Maranhão e compreender como tem sido proposto, nos documentos oficiais, a ofertada a disciplina de EF nas escolas estaduais do Maranhão.

Durante meu período de graduação pouco debateu-se as mudanças após a aprovação para o NEM e o impacto na formação de novos professores, já que as mudanças alteraram a carga horária anual, pois se torna facultativa ao aluno e a implementação da disciplina pela gestão pedagógica. Entretanto, o ensino é obrigatório, porém não especificando se a necessidade do professor especializado na área desempenhar a função de ministrar as aulas. Buscando compreender melhor durante meu período de estágio optei por uma escola da rede pública de ensino que estava aplicando já nos dois primeiros anos de ensino o NEM, vivenciando como as aulas e professores tem sofrido com as mudanças, já que para completar a carga horária o professor tem que criar em conjunto com a coordenação os novos itinerários formativos e projetos de vida.

Para este trabalho optou-se por uma pesquisa de cunho documental, buscando identificar informações e fatos através das questões norteadoras supracitados, através da análise de documentos, onde Lüdke e Andre (1986, p.38) definem que “A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”, investigar de forma analítica, na tentativa de compreender o contexto da elaboração dos documentos.

Compreendendo as complexas relações que consiste o objeto de estudo tendo em conta a valor e importância dessa pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa, onde nos atentarmos não apenas ao texto dos documentos e leis, mas contextos e circunstâncias que foram elaborados e buscando uma percepção mais coerente com os aspectos da educação atual.

Os dados foram coletados seguindo orientações de Bell (2008), realizando uma busca nos arquivos públicos da União, do MEC, na plataforma digital do Governo Federal Brasileiro (GOV.BR) com intenção de ter acesso aos documentos oficiais: leis, Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC), regulamentos, portarias. Além da Biblioteca Eletrônica Científica Online como: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, a fim de encontrar informações que ajude a compreender o objeto dessa investigação.

A busca por documentos foi realizada através de fontes primárias, que Marconi e Lakatos (2010) definem como aquelas em que não tiveram uma análise adequada dos documentos, que em nesta pesquisa irá configura-se nos documentos oficiais sobre as leis referentes ao NEM e mudanças na Base nacional comum curricular, bem como nas fontes secundárias, aquelas que já tiveram uma análise feita por um/a pesquisador/a (Marconi; Lakatos, 2010).

Analisando os textos oficiais da Lei nº 13.415/2017, e as mudanças proposta pela Lei nº 14.945/2024, a Resolução nº 3/2018 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) bem como os artigos que tratam sobre o tema proposto, ressaltando que a pesquisa também caracteriza como pesquisa bibliográfica, já que a discussão sobre o assunto é pouco discutida em âmbito acadêmico. Foram pesquisados tanto nas fontes primárias quanto as secundárias (Marconi; Lakatos, 2010).

Examinaremos a BNCC desde sua origem até sua promulgação, com um foco específico da sua influência no ensino médio e na EF. A BNCC foi criada em resposta às exigências do PNE e a LDB de 1996, com a primeira formulação ocorrendo em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff. Seu processo de produção envolveu membros de diversas associações científicas e representantes do setor educacional e empresarial.

Este trabalho explorou, o processo de criação, e os principais objetivos e as críticas relacionadas à BNCC, com ênfase na área da EF no ensino médio. Analisaremos como as diretrizes da BNCC afetam o currículo e a prática pedagógica, buscando entender suas implicações para a formação integral dos alunos.

Apresentando os principais documentos oficiais emitidos pelo Governo do Maranhão para a implementação do NEM, seguindo a orientação da Lei Federal Nº 13.415/2017. Analisando a resolução Nº 277/2021 – Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA), assim como o Plano de Implementação da Reformulação Curricular do Ensino Médio (PLIMA).

Buscando compreender a implementação da LDB da Educação Nacional no Estado do Maranhão, analisarei os documentos disponíveis pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA), que envolve a adaptação das políticas estaduais às diretrizes nacionais. Através desses documentos que versam sobre a reforma do ensino médio e a BNCC, busco a compreensão do que esta sendo proposto para as aulas do ensino médio e em específico a disciplina de EF.

A SEDUC-MA do Maranhão tem desempenhado um papel crucial nesse processo, elaborando documentos orientadores e programas específicos para garantir a conformidade com a LDB e a BNCC. Entre os principais documentos elaborados pelo estado está o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), que adapta as diretrizes nacionais às realidades locais, respeitando as particularidades culturais e socioeconômicas do estado.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em sete capítulos principais. Na segunda seção, explora-se o histórico das reformas educacionais no Brasil, desde a Reforma Capanema até os interesses empresariais nas políticas educacionais e os desafios da LDB. Posteriormente, na terceira seção, analisa-se a nova configuração do ensino médio após a Lei nº 13.415/2017. Em seguida, a quarta seção discute a Resolução nº 3/2018 e suas implicações na implementação do NEM. Na quinta seção, abordam-se as recentes alterações na LDB pela Lei nº 14.945/2024 e seus impactos na educação. Seguindo, a sexta seção foca na implementação do NEM no Maranhão, analisando documentos oficiais e os desafios enfrentados. Por fim, o trabalho inclui uma análise aprofundada do Documento Curricular do Território Maranhense, com destaque para a organização curricular, flexibilização e os itinerários formativos, além de uma discussão sobre as áreas de conhecimento e a avaliação no contexto educacional maranhense.

## 2 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

As reformas educacionais no Brasil têm sido um tema recorrente ao longo da história, refletindo diferentes contextos políticos, sociais e econômicos. Desde o período colonial até os dias atuais, diversas reformas foram implementadas para enfrentar desafios específicos e se adaptar aos interesses dos governantes.

Durante a primeira república (1889-1930) “na qual [...] foi tomada como *marco zero*, lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil” (Schueler e Magaldi 2009, p.33). O país estava inserido em um contexto político, social e econômico dominado por uma elite oligárquica, com forte desigualdade social. A presidência era controlada por um acordo informal entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, conhecido como a “política do café com leite”, onde essas duas regiões se revezavam no poder executivo, “[...] tal modelo de decisão política fundamentava-se na redução das possibilidades de competição, reduzindo os marcos do mercado político, a urna disputa entre atores mais e menos iguais” (Viscard, 2001, p. 75). No entanto, essa dinâmica foi rompida em 1930, quando o então presidente Washington Luís decidiu apoiar Júlio Prestes, um candidato paulista, para sucedê-lo, contrariando o acordo que previa a escolha de um candidato mineiro. Em resposta, as oligarquias de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul formaram a Aliança Liberal, que, com o apoio militar, lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência.

A partir da década de 1930, especialmente com o governo de Vargas, reformas educacionais mais abrangentes começaram a ser implementadas. A Reforma Capanema, em 1942, foi um marco na reestruturação do ensino secundário, estabelecendo novos objetivos e promovendo mudanças significativas na estrutura e duração dos etapas de ensino.

### 2.1 A Revolução de 1930 e a Consolidação das Políticas Educacionais sob Getúlio Vargas

Esta revolução foi fundamental com a criação do MEC e suas Secretarias de Educação dos Estados. Antes desse período, a educação brasileira estava em grande parte nas mãos das elites, com acesso limitado para as camadas mais pobres da

população. Segundo Piletti apud Brejon, (1973, p. 63), o Governo Federal procurou alcançar três objetivos:

1°..) Ampliar sua faixa de participação no desenvolvimento da educação nacional, marcando dessa forma o término de um longo período de total - ou quase total - alheamento dos problemas relacionados com a educação popular.

2°..) Desenvolver os instrumentos destinados a unificar, disciplinar e proporcionar a articulação e integração aos sistemas isolados e duais os quais revistaram grande heterogeneidade em relação à organização das diversas modalidades de ensino a seu cargo.

3°..) Estabelecer os mecanismos destinados a promover o relacionamento federal com os diversos sistemas, definindo-se assim as formas de intervenção do ministério e de suas relações com as secretarias de educação estaduais e com os próprios estabelecimentos. (Piletti, 2006, p.74-75)

Dentre as mudanças feitas no período de governo de Getúlio Vargas, a inclusão de um capítulo na constituição de 1934 sobre a educação, estabeleceu pontos importantes, sendo estes, segundo Piletti (2006, p.75) “a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral; a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados etc.”, refletindo assim sobre o compromisso do governo com a promoção da educação como um direito básico sendo importante para desenvolver um sistema educacional sólido para o país, mesmo havendo dificuldades para implementação em todo território nacional devido aos recursos disponíveis.

Publicado em 1932, O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, teve grande influência na formulação das políticas educacionais no Brasil, assinado por 25 educadores, liderados por Fernando de Azevedo, levantando ideias que fortaleceram a educação durante a nova constituição, sendo essas:

A educação é vista como instrumento essencial para a reinserção da democracia no Brasil, com a integração de todos os grupos sociais. A educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudos, e desenvolver-se em estreita vinculação com as comunidades.

A educação deve ser "uma só", com vários graus articulados para entender as diversas fases do crescimento humano. Mas, unidade. Daí, embora única sobre as bases e os princípios estabelecidos pelo Governo Federal, a escola deve adaptar-se às características regionais.

A educação decidiu ser funcional e atividade e os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação.

Todos os professores, mesmo os do ensino primário, devem ter formação universitária. (Piletti, 2006, p.77).

Próximo ao fim do seu mandato, com a prerrogativa de conspiração por parte de comunistas, que através de um plano falso, o Plano Cohen, que em tese, instalava um governo comunista no Brasil, Getúlio Vargas com apoio militar decreta o estado de guerra, e em novembro de 1937 foi executado o golpe, onde Vargas se torna a "autoridade suprema do estado, que coordena os órgãos representativos de graus superiores, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintendente a administração do país" (Brasil, 1937, art.73). Fechando o Senado e centralizando o poder em suas mãos.

Durante as décadas de 1930 e 1940, o governo de Getúlio Vargas implementou uma série de políticas de modernização e desenvolvimento em diferentes setores, incluindo a educação, impulsionada pelo projeto de industrialização e urbanização. Com o crescimento das cidades e o desenvolvimento de setores industriais como o têxtil, o siderúrgico e o automobilístico, surgiu a necessidade de mão de obra mais qualificada e uma educação voltada para as necessidades do mercado de trabalho, tendo em vista que as instituições de ensino antes ligadas à Primeira República (1889-1930), eram destinadas ao ensino de ofícios artesanais e manufatureiros.

Faz-se necessário compreender como este poder centralizado influenciou as reformas educacionais, sendo um marco importante na história do Brasil, implementando mudanças significativas em consonância com o espírito centralizador que veio a predominar. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, comumente conhecida como "Reforma Capanema", promovida durante o governo do Estado Novo, Gustavo Capanema Filho, então Ministro da Educação e Saúde Pública, foi o principal responsável por liderar as iniciativas para reformar o sistema educacional brasileiro naquela época, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e na implementação do decreto. Como iremos ver mais detalhado na seção seguinte.

## **2.2 A Influência da Reforma Capanema na Educação Brasileira**

Dessa forma, Piletti (2006) destaca certos aspectos na formulação do Estado Novo, como:

O direito de todos à educação deixa de ser letra constitucional explícita, embora o artigo 129 garanta o ensino em instituições públicas "à infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares(...)". Como se vê a ênfase passa a estar nas escolas particulares.

Da mesma forma, ao mesmo tempo afirma que "o ensino primário é obrigatório e gratuito", o texto constitucional estabelece a exigência de "uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar" por parte daqueles que "não puderem alegar escassez de recursos" (art. 130). Sem dúvida, o preceito de que "o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do estado", tornou-se o mais polêmico entre os dispositivos que se referem à educação na Constituição de 1937. Para alguns educadores especialmente aqueles vinculados ao Estado Novo, trata-se de um avanço democrático, na medida em que o estado se dispõe a dar assistência aos mais carentes entre a população; para outros, o mesmo preceito é discriminatório e antidemocrático, pois o mesmo preceito é discriminatório e antidemocrático, pois pressupõe a existência de dois tipos de educação: a destinada às elites - ensino secundário e superior - e a destinada às classes populares - ensino primário e profissional. (grifos do autor, Piletti 2006, p.88-89).

O governo deu continuidade ao que foi estabelecido com a revolução de 1930, buscando ampliar o acesso à educação, produzindo mão de obra qualificada para melhorar a produtividade, impulsionando o Brasil na sua industrialização.

Diante disso, a Reforma Capanema ocorreu em um contexto marcado por transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil, segundo Assis et. al. (2022, p. 646):

Convém ressaltar que a sociedade brasileira, em 1930, ainda carregava as marcas da estrutura herdada de séculos da colonização europeia (1500-1822), que persistiram no período imperial (1822-1889), entre eles a escravidão e a economia centrada na agro exportação. Essa sociedade aos poucos foi abrindo espaço a outros sujeitos sociais, como a burguesia industrial e o operariado urbano, no período republicano, avançando nos períodos subsequentes. (Assis et. al. 2022, p. 646).

Segundo Dallabrida (2014), a Reforma Capanema, durante a ditadura do estado novo, trouxe novos rumos à educação. Além disso, Dallabrida frisa o "retorno das humanidades, pela nacionalização autoritária e pela permanência do método tradicional." (Dallabrida, 2014, p.408) e a busca pela "consciência patriótica" para fortalecer os ideais políticos vigentes no governo Vargas.

Em seu período como Ministro, Gustavo Capanema esteve à frente da criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 1938. Ademais, criando em sua gestão as leis orgânicas de ensino, popularizada como Reforma Capanema, Representou uma fase de maior centralização e controle por parte do Estado sobre a educação no Brasil. estas reformas surgiram por meio de oito decretos, implementadas de forma parcial, sendo essas, as Leis:

- 1) Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o SENAI;
- 2) Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- 3) Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- 4) Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- 5) Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- 6) Decreto-Lei nº 8.530, de 2 janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- 7) Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que cria o SENAC;
- 8) Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946:  
Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Saviani, 2007, p. 269).

Ampliado os objetivos do ensino secundário, o artigo 1º destaca três pontos, sendo esses: promover o desenvolvimento integral da personalidade dos adolescentes; fortalecer tanto a consciência política quanto a humanística; e fornecer uma base de preparação intelectual geral que possa facilitar estudos mais avançados em áreas especializadas. Em relação à estrutura, os dois níveis de ensino permaneceram, mas com alterações na duração: o curso ginásial foi estendido para quatro anos, seguido por um curso colegial preparatório para o ensino superior, com uma ênfase renovada na formação geral.

O atual ensino médio como conhecemos era dividido em dois direcionamentos, denominado colegial. O Colegial Clássico e o Colegial Científico possuíam disciplinas comuns Português, Matemática, Francês, Inglês, Espanhol, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil. No período de formação, as disciplinas ofertadas para os estudantes que cursaram o colegial clássico eram “o Grego e Latim durante os 3 (três) anos, História Natural só no 3º (terceiro) ano, Filosofia, Química e Física no 2º(segundo) e 3º (terceiro) ano, e não estudava desenho. Já no Colegial Científico as disciplinas ofertadas eram História Natural no

2º (segundo) e 3º (terceiro) ano; Filosofia apenas no 3º (terceiro) ano, Física e Química nos 3 anos, e era aplicada a disciplina de desenho” Piletti (2006).

A reforma unificou o currículo do ensino colegial em todo o país, estabelecendo um conjunto comum de disciplinas obrigatórias para todas as escolas secundárias, caracterizada no passado pela diversidade de modelos educacionais, com diferentes tipos de escolas secundárias e colégios. Segundo Senra (2010):

Tendo como limite Os anos de 1933 e 1945, verifica-se a ampliação do número de estudantes cursando o nível primário de 2.221.904 para 3.496.644; no secundário, de 66.420 para 256.664; em outros cursos de nível médio, de 101.221 para 209.145; e, no nível superior, de 24.166 para 26.757. (Senra, 2010, p. 62).

Sob a liderança do Ministro da Educação Gustavo Capanema, a reforma reestruturou o ensino secundário, ampliando seus objetivos para incluir o desenvolvimento integral da personalidade dos estudantes e uma preparação mais abrangente para estudos superiores e mercado de trabalho.

### **2.3 Educação Durante o Período Populista: 1945-1964**

O fim da II guerra mundial (1939-1945) coincidiu com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, marcando o início de quase duas décadas de democracia, marcando o período conhecido como República Populista, até o golpe militar de 1964. Segundo Pasinato (2013, p. 1) “O populismo, fenômeno típico da América Latina, surgiu a partir do período entre guerras, com a emergência das classes populares urbanas”, sendo resultado do forte estímulo da industrialização, tornando modelo nacional desenvolvimentista predominante ao agro-exportador.

Apesar das restrições, ocorreu um progresso nos movimentos populares no período de 1945 a 1964 devido ao funcionamento das forças democráticas. Piletti (2006) ressalta que as eleições diretas foram realizadas em todos os níveis, permitindo a atuação das organizações representativas dos diversos setores sociais, embora dentro de uma democracia restrita, com restrições como a legalização do partido comunista em 1947 e a exclusão dos analfabetos do direito de voto. Não obstante as persistentes disparidades, essas décadas constituíram um tempo de governo democrático em contraste com a ditadura prévia do Estado Novo e o autoritarismo pós-1964.

No âmbito educacional, houve avanços significativos na participação popular. O ensino técnico-profissional foi legalmente equiparado ao ensino secundário. A promulgação da LDB da Educação Nacional em 1961 marcou um processo democrático de discussão de treze anos no Congresso Nacional. Houve uma intensa luta pela expansão do acesso à educação pública e gratuita. Além disso, foram disseminadas campanhas e movimentos de educação popular, com destaque para a alfabetização de adultos.

Com a constituição de 1946 dispõe em seu capítulo sobre a educação, sendo a obrigatoriedade e gratuidade de todos os níveis de ensino primário e auxílio aos estudantes, dando continuidade ao que já existia na constituição de 1934. Tendo seu ensino obrigatoriamente sendo ministrado pelo poder público, deixando aos limites da lei a participação das iniciativas privadas. Todas as leis educacionais herdadas do estado novo tiveram vigência até 1961, quando teve início a vigência da LDB da Educação Nacional.

Em 1948, é apresentado pelo Ministro da Educação Clemente Mariano, uma proposta da LDB da Educação. Posto isso, formaram-se dois grupos. “De um lado, estavam os defensores da escola privada, no caso os empresários e principalmente a Igreja Católica; e do outro lado, estavam os defensores da escola pública.” (Pasinato 2013, p. 2).

Os interesses dos empresários na área da educação incluíam fortalecer seus interesses corporativos, garantir condições favoráveis de trabalho para os docentes, negociar salários e mensalidades, e evitar uma possível interferência total do Estado no sistema educacional. Buscando manter alianças estratégicas, como a hegemonia católica, “pelo seu peso, pela sua tradição educadora e por ser portadora de uma profunda reserva em relação à possibilidade do exercício de um possível ‘monopólio educacional’ por parte do Estado.” (Senra, 2010, p. 60).

A fundação da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) em 1945, através das iniciativas do cardeal D. Jaime de Barros Câmara, visava unificar as escolas católicas e educadores alinhados com os princípios católicos, representando os interesses das escolas particulares, durante as décadas democráticas iniciadas. Expandindo-se rapidamente defendendo ideais privatistas e o pluralismo educacional, de acordo com Senra, (2010, p.60) a “liberdade de ensino, direitos das famílias católicas e, diante da ampliação do papel do Estado, a defesa do pluralismo educacional”. Havia uma colaboração intensa entre a AEC e o sindicato patronal do

ensino privado, ambos defendendo os interesses das escolas particulares. No entanto, as políticas educacionais estatais cada vez mais centralizadas representavam um desafio para as escolas privadas, incluindo as católicas, que buscavam garantir sua autonomia e sobrevivência diante da crescente intervenção do Estado na educação.

Durante boa parte do período republicano, o ensino técnico profissional foi relegado como via de acesso ao ensino superior. Até 1949, os graduados de cursos técnicos precisavam frequentar o curso secundário para se candidatarem ao ensino superior. O primeiro passo para a equivalência entre os ensinos secundário e técnico ocorreu em 1950 com a Lei nº 1076, de 31 de março, que permitia a matrícula no ciclo clássico ou científico mediante exames das disciplinas não estudadas no curso técnico. Em 1953, a Lei nº 1821, de 12 de Março estendeu essa equivalência para o segundo ciclo, também mediante exames das disciplinas do curso secundário-ginásial e colegial, a qual o candidato não havia cursado. A verdadeira equiparação só foi alcançada em 1961 com a Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro, unificando o ensino médio ao secundário e técnico, permitindo o acesso direto ao ensino superior após a conclusão de qualquer ciclo educacional.

A LDB da Educação Nacional nº 4.024, embora promulgada em 1961 o seu projeto chegou em 1948 no congresso nacional, sendo discutida durante treze anos. Esta demora, de acordo com Pereira e Poll (2021, p.6) corresponde a “crises políticas, econômicas e sociais [...] agravou-se dado a intensificação das disputas políticas e ideológicas e da instabilidade institucional do país”. Apresentado pelo então Ministro da Educação, Clemente Mariani, por ordem do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

Segundo Pereira e Poll (2021) O ministro afirmou no documento "Exposição de Motivos" que o Projeto em questão estava em conformidade com os princípios democráticos que governaram o país desde o fim do Estado Novo. No mesmo documento, o ministro afirmou que o Projeto estava em desacordo com as crenças conservadoras que estavam firmemente a favor de uma gestão burocrática e centralizada da educação. Segundo Mariani (1948, p. 21), citada por Pereira e Poll (2021, p.6) “o projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...] integra-se no movimento de redemocratização do país [...]”

O Manifesto de 1959 (Manifesto dos educadores democratas em defesa do ensino público)

postulavam uma educação liberal, democrática, voltada para o trabalho e o desenvolvimento econômico; uma educação que buscasse a transformação do homem e de seu espaço social. Defendiam a escola pública, cujas portas, por ser escola gratuita, se franqueava a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças. Para esses educadores, esta escola era por definição, a única que estava em condições de se subtrair a imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso. (Vieira; Farias, 2007, p. 111).

O manifesto, portanto, contribuiu para a educação brasileira, sendo significativo para a criação da nossa Primeira LDB da Educação Nacional, dando seqüência ao Manifesto de 1932, o complementa e atualiza, com uma visão histórica, mais de vinte anos depois.” (Sanfelice, 2007, p.545).

Estruturando o sistema educacional brasileiro de forma abrangente teve como principais objetivos estabelecer diretrizes gerais para a organização da educação brasileira. Organizando-o em níveis de ensino, segundo Piletti (2006) são:

Educação pré-primária: para menores até sete anos, ministradas em escolas maternas ou jardins de infância.

Ensino primário: mínimo de quatro séries anuais; a duração poderia ser ampliada até seis anos pelos sistemas de ensino.

Ensino médio: dois ciclos (ginásial, de quatro anos. E colegial, de três anos); modalidades: tanto no ginásial quanto no colegial, o ensino médio abrangia o curso secundário, o curso técnico (industrial, agrícola, comercial e outros que fossem regulamentados) e o curso de formação de professores para primário é o pré-primário (ensino normal).

Ensino superior: ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisas e centros de treinamento profissional; cursos: graduação (para candidatos que concluíram o ensino médio), pós-graduação (para candidatos que concluíram o curso de graduação) e de especialização, aperfeiçoamento e extensão (requisitos a serem exigidos). (Piletti, 2006, p. 102).

Com as novas diretrizes o governo se propôs a promover a expansão do acesso à educação para todas as classes sociais, estabelecendo a obrigatoriedade da educação primária, garantindo que todas as crianças brasileiras tivessem acesso ao ensino básico gratuito, além de definir requisitos mínimos para a formação e qualificação dos professores, visando melhorar a qualidade do ensino.

A atualização curricular foi uma das principais mudanças realizadas pela LDB, a flexibilidade nos currículos adaptando-se às realidades locais e regionais,

“admitindo-se certa variedade, segundo as preferências dos estabelecimentos em relação às matérias optativas”. (Piletti, 2006, p. 102-103).

O currículo para a 3ª série, passa a ser diversificado, garantindo o preparo para o curso que desejar em nível superior, segundo Piletti (2006) o currículo era dividido em três partes:

Uma nacional, constituída por disciplinas obrigatórias indicadas pelo Conselho Federal de Educação: Português, História, Geografia, Matemática, Ciências e Educação Física; uma regional, abrangendo disciplinas também obrigatórias, fixadas pelos Conselhos de Educação dos Estados; uma própria dos estabelecimentos, cujas disciplinas seriam escolhidas pelas escolas a partir de uma lista elaborada pelos Conselhos de Educação dos Estados.(Piletti, 2006, p. 103).

Se tornou obrigatório pela LDB de 1961 o ensino da EF em todos os níveis da educação básica, visava promover o desenvolvimento físico, a saúde, e o bem-estar dos alunos, além de incentivar a prática de atividades esportivas e recreativas. Consolidando a disciplina como parte fundamental do currículo escolar brasileiro, como previsto no art. 22, “será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos.” (Brasil, 1961, art. 22).

#### **2.4 Ditadura Militar no Brasil e as Reformas Educacionais (1964-1985)**

Após a queda do então presidente da república João Goulart em 1964, o estado brasileiro se viu em meio ao autoritarismo. O golpe militar de 1º de abril de 1964 ocorreu em um contexto de profundas tensões políticas, econômicas e sociais. As reformas de base<sup>1</sup>, propostas durante o governo de João Goulart causaram descontentamento em setores conservadores da sociedade. Temendo a radicalização das políticas propostas e sua aproximação com países socialistas aumentaram as suspeitas de que ele poderia levar o Brasil a uma direção comunista em meio a guerra fria. Os objetivos dos militares ao assumirem o poder eram: “expurgar os indivíduos que, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, eram considerados ‘inimigos internos’; combater a corrupção; desenvolver o país; e eliminar a ameaça comunista.” (Oliveira, 2022, p.401). A educação foi vista como essencial

---

<sup>1</sup> As Reformas de Bases Essas tinham como objetivo modernizar o país e promover maior justiça social. Sendo essas as reformas: Reforma Agrária; Reforma Educacional; Reforma Fiscal; Reforma Eleitoral; Reforma Urbana; Reforma Bancária.

para o desenvolvimento econômico e a modernização do Brasil. O regime militar acreditava que um sistema educacional eficiente poderia formar mão de obra qualificada e para sustentar o crescimento econômico, servindo de base de apoio à Industrialização. Assim,

Os militares não só promoveram uma repressão política intensa aos movimentos que se opunham ao autoritarismo, mas também se preocuparam em legitimar o novo regime. Essas ações seriam realizadas por meio da supressão de organizações estudantis, principalmente as universitárias, e da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica, a fim de construir mecanismos que fortalecessem o moralismo e o patriotismo (Oliveira, 2022, p.401).

Piletti (2006) destaca os impactos negativos do regime militar de 1964 no Brasil, que derrubou o presidente João Goulart, visando conter os avanços populares. Politicamente, cassou mandatos, prendeu e exilou opositores, demitiu funcionários públicos e restringiu eleições. Economicamente, houve concentração de riqueza, com desigualdade na distribuição de renda, compressão de salários e aumento de preços, resultando em maior pobreza. A repressão sindical foi intensa, com invasões, prisões e proibição de greves, elevando o desemprego. A migração do campo para as cidades sobrecarrega a infraestrutura urbana, gerando favelas, falta de saneamento e condições de vida precárias, aumentando a mortalidade infantil e doenças. Enquanto isso, multinacionais dominaram a economia e a dívida externa superou cem bilhões de dólares.

Invasões nas escolas e universidades, levaram a prisão e exílio de estudantes e professores, passou-se a monitorar as instituições através do Serviço Nacional de Informação (SNI). Em 1964 a Lei nº 4.464 foi sancionada, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda (ministro da educação no período) sendo responsável por mudar órgãos estudantes transformados dependentes em verbas e orientação do MEC, reestruturados de acordo com as pautas militaristas.

As ameaças por parte do governo em aumentar a repressão política e ideológica, intensificaram através do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, "Dando plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos, etc". (Piletti, 2006, p. 116). Através do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, tinha como principal objetivo regulamentar a disciplina nas instituições de ensino para controlar e reprimir

manifestações políticas de estudantes, professores e funcionários dentro dessas instituições. Esta lei tinha como principal alvo as universidades, porém se estendia para toda rede de ensino básico. Silenciando a oposição e garantir a manutenção da ordem e dos princípios do regime militar.

Em meio a ditadura militar, reformas foram feitas na educação, sem a participação de alunos, professores e sociedade, que precisam estar alinhados às mudanças realizadas no ensino superior e as demandas do mercado. A LDB de 1971, Lei nº 5.692, de 11 de agosto, reformulou o sistema de educação básica do país. Esta lei substituiu a sua antecessora, Lei nº 4.024 de 1961. O documento sustentou a reforma das diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau. A Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional segundo o Art. 1º:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (Brasil, 1971).

A reforma educacional de 1971 no Brasil unificou o curso primário e o ginásio em um único curso de 1º grau de oito anos (atual ensino fundamental) eliminando os cursos profissionais existentes sendo esses: industrial; comercial; agrícola e normal. Focando apenas na educação geral, sem formação profissional, segundo Oliveira (2022, p. 403)

O 1º grau teria como objetivo, além da educação geral, a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho, não chegando a ser um ensino profissionalizante, mas que buscava a formação para uma vida em sociedade, priorizando o aspecto do trabalho. (Oliveira, 2022, p.403).

O 2º grau (atual ensino médio) tornou-se profissionalizante, com mais de 100 habilitações profissionais, para atender o crescimento econômico e industrial, reduzindo o acesso à universidade, segundo Piletti (2006, p.122) “O aluno só poderia concluir-lo mediante a obtenção de um diploma de auxiliar técnico (três anos) ou de técnico (quatro anos) [...] Para ingressar no ensino superior bastaria a conclusão do 3º ano e a classificação no concurso vestibular” no entanto com a obrigatoriedade do curso profissionalizante no 2º grau criou um caos, as escolas burlavam a lei adotando

currículos inexistentes, apenas para fiscalização ou adotando habilitações baratas e sem demanda de mercado.

A democratização e o acesso à escola pública foi um dos objetivos da reforma educacional de 1971, eliminando o Exame de Admissão entre o 5º e 6º ano, aumentando o número de alunos e o acesso à educação básica, reduzindo a evasão escolar e combatendo o analfabetismo. Em contrapartida houve sim o aumento no número de alunos, porém, a evasão escolar também cresceu, não havendo incremento nos investimentos educacionais, resultando na precarização do trabalho docente.

As principais alterações foram focadas na reorganização curricular e na introdução de uma educação mais voltada para a formação técnica e profissional, aumentou o número de matérias obrigatórias, para dez conteúdos específicos, divididos por “áreas de conhecimento”, limitando a liberdade dos sistemas estaduais e escolas de introduzir disciplinas reflexivas como filosofia, sociologia que foram excluídas do ensino de 2º grau. Segundo Piletti (2006) essas disciplinas são:

comunicação e expressão (língua portuguesa); três de estudos sociais (geografia, história e organização social e política do Brasil); dois de ciências (matemática e ciências físicas e biológicas); e quatro práticas educativas (Educação Física, educação artística, educação moral e cívica e programas de saúde). (Piletti, 2006, p. 122)

Integrando a formação geral e a formação técnica/profissional, A LDB buscou proporcionar aos estudantes uma base educacional ampla, que os preparasse tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos no ensino superior. Mantendo como base uma educação geral, com disciplinas como português, matemática, ciências, história e geografia, garantindo uma formação integral. Algumas disciplinas foram incluídas obrigatoriamente no currículo para todos os alunos do segundo grau, alinhadas com o contexto político da época, sendo essas: Educação Moral e Cívica; Organização Social e Política do Brasil; EF.

## **2.5 Reformas Educacionais no Contexto da Redemocratização**

A transição para a democracia entre as décadas de 1980 e 1990 no Brasil, com o movimento “Diretas Já”<sup>2</sup> ganhando força, exigindo eleições diretas para a presidência. Este período foi de suma importância para a reestruturação das políticas educacionais no país, garantindo a volta da liberdade civil e política, promovendo uma visão mais abrangente e inclusiva da educação. O Brasil, pela necessidade de expandir economicamente e adotar novas tecnologias, a partir da década de 1980, adotou uma série de reformas educacionais, com objetivo de alinhar a educação às demandas do mercado, essas reformas visavam criar uma força de trabalho qualificada para um mundo cada vez mais tecnológico.

Em 1985 Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, marcando o fim do regime militar. No entanto, devido a problemas de saúde, Tancredo não tomou posse e seu vice, José Sarney, assumiu a presidência. Com as novas mudanças e a retomada da democracia veio uma nova constituição. A Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, sendo a sétima constituição da história do Brasil e a lei maior, atualmente em vigor no país.

Segundo Guimarães (2015) a constituição de 1988, pretendia

Com essa nova legislação surgem também propostas educacionais que redefiniram a escola de maneira geral. Propostas como: valorização das realidades locais, descentralização da educação, tanto administrativa quanto pedagógica, maior valorização do professor, inserção das camadas populares e menos providas financeiramente. (Guimarães, 2015, p.105).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, estabelece que a lei criará o Plano Nacional de Educação, com duração de dez anos, para organizar o sistema nacional de educação em regime de colaboração. Esse plano definirá diretrizes, objetivos, metas e estratégias para garantir a manutenção e desenvolvimento do ensino em todos os níveis e modalidades, através de ações integradas dos poderes públicos em diferentes esferas. (BRASIL, 1988).

Os principais objetivos desta nova constituição incluíram:

erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho;

---

<sup>2</sup> O Movimento Diretas Já foi um importante movimento popular no Brasil, ocorrido entre 1983 e 1984, que teve como objetivo principal exigir a realização de eleições diretas para a Presidência da República. Esse movimento foi um marco significativo no processo de redemocratização do país após a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985.

promoção humanística, científica e tecnológica do País; estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.<sup>3</sup> (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988 do Brasil estabeleceu a necessidade de uma nova LDB, delineando princípios e diretrizes que deveriam ser regulamentadas, segundo Lima e Przylepa (2015, p.425) “[...] houve inúmeras discussões em Fórum Nacional para traçar propostas para a educação brasileira que culminou na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/96).” Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 foi fundamental para a consolidação do direito à educação como um direito social fundamental e a implementação de mecanismos para garantir sua universalização e democratização.

## **2.6 Interesses Empresariais e Reformas Educacionais: Reformadores Empresariais da Educação**

O período de 2016 e 2017 foi marcado por uma crise política e ideológica no Brasil, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do governo Michel Temer. Esse contexto político criou um ambiente propício para mudanças significativas na educação, influenciadas por uma nova direita e pelo interesse crescente de empresários no setor. É nesse cenário que se destacam os reformadores empresariais da educação.

O interesse dos empresários na educação não é uma novidade, mas sua presença e influência têm ganhado destaque crescente nas últimas décadas, especialmente em meio a debates sobre eficiência, qualidade e equidade no sistema educacional. Empresários de diversos setores têm direcionado recursos e capital financeiro e político para impulsionar mudanças na forma como a educação é concebida, entregue e avaliada para sanar as suas necessidades, em virtude daquilo que é necessário para a atual década. Desde filantropos bilionários até líderes corporativos visionários, esses reformadores empresariais têm se envolvido em uma variedade de iniciativas, desde escolas charter e parcerias público-privadas até a

---

<sup>3</sup> O Art. 214 da Constituição Federal de 1988 foi alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, para incluir o seguinte objetivo: "VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto." Essa emenda visa garantir que o financiamento da educação seja adequado e proporcional ao crescimento econômico do país, promovendo a melhoria contínua da qualidade do ensino e a equidade no acesso à educação.

defesa por políticas de reforma educacional.

Segundo Freitas (2018, p. 13-14) a ideia de origem desse movimento tem vies neo-liberal com características que apontam para o liberalismo clássico do século XIX com o surgimento de uma “nova direita” sendo abraçado pelo sistema capitalista, já que a sua forma clássica sofreu com as crises econômicas pós primeira guerra mundial e crise de 1929, propondo uma visão de mercado livre e redução do papel do Estado na economia e nos serviços públicos, presente e difundida pelos governos norte americano (Ronald Reagan), inglês (Margaret Thatcher) e chileno (Pinochet) até começo dos anos 1980 tornando se hegemônico em seus países.

Contudo, na década de 90, com a ascensão dos governos progressistas abrindo espaço para discussões sobre as reformas econômicas, sociais e educacionais, tendo compromisso com a democracia, visto que a visão neoliberal tem ligações políticas com o conservadorismo, surge na década atual como forma de resistência aos governos “sociais - democratas”, portanto, Freitas (2018, p.14) apoud Selwyn (2015) “na visão destes novos liberais, o liberalismo diz respeito à economia (que deve ser mínima), enquanto a democratização diz respeito à forma de manutenção de poder”. Em 2003 a coalização do governo do Partido Dos Trabalhadores (PT), durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, marcados por um forte incentivo e políticas na área da educação pública. No governo Lula projetos e programas ganharam destaque e melhorias, como o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2006, além da ampliação significativa para aumentar o acesso ao ensino superior através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) com reduções de juros e aumentos dos prazos de pagamento, abrangendo uma variedade maior de cursos e instituições de ensino. As iniciativas de programas que visavam melhorar o acesso do jovem à universidade, garantindo bolsas parciais e integrais através do Programa Universidade para Todos (ProUni). No governo Dilma houve o desenvolvimento do PNE elaborado em 2014 com metas a serem cumpridas no final de 2024 com propostas para melhoria da educação.

O FUNDEB foi criado através de uma emenda constitucional, sendo fundamental para o financiamento da educação básica no Brasil, substituindo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), tendo funcionado entre 1998 e 2006, sendo até então responsável pelo universalização do atendimento do ensino fundamental, não

contemplando as crianças na educação infantil e os jovens no ensino médio. Surge então a necessidade de um programa que abraçasse as três fases da educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio). Contribuindo assim para as quarenta metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que possuía em seu texto na forma de programas e projetos proporcionando o desenvolvimento da educação, melhoria da infraestrutura escolar, ampliação do acesso à educação infantil, reforma do ensino médio. Sendo assim, as medidas, na forma de programas ou projetos, são:

1) a criação do FUNDEB; 2) incentivo a ciência; 3) transporte escolar; 4) planos de metas do PDE; 5) Brasil Alfabetizado; 6) Luz para todos ; 7) piso do magistério; 8) formação de professores; 9) criação do Reuni; 10) Fies - acesso facilitado; 11) Biblioteca na escola; Educação profissional; 13) Estágio; 14) Proinfância; 15) Salas multifuncionais; 16) Pós-doutorado; 17) Censo pela Internet; 18) Saúde nas escolas; 19) Olhar Brasil; 20) Mais educação; 22) Educação especial; 22) Professor equivalente; 23) Guia de tecnologias; 24) Coleção educadores; 25) Dinheiro na escola; 26) Concurso; 27) Acessibilidade; 28) Cidades-pólo; 29) Inclusão digital; 30) Gosto de ler; 31) conteúdos educacionais; 32) Livre do analfabetismo; 33) PDE Escola; 34) Formação da saúde; 35) Literatura para todos; 36) Extensão, ensino e pesquisa; 37) Licenciatura de qualidade; 38) Nova CAPES; 39) Provinha Brasil; 40) Iniciação docência (Sousa, 2009 p. 37).

Com tudo, em sua análise, Sousa (2009) aborda que não há nada de novo no PDE, sendo que suas iniciativas já estavam sendo desenvolvidas pelo MEC ou em outros ministérios, “e foram apenas agrupadas numa espécie de guarda chuva” Sousa (2009 p.49), não havendo participação direta da sociedade e alguns educadores para a discussão e elaboração do projeto.

Após o fim do PDE, surge um segundo PNE pela Lei 13.005/2014, Com novas diretrizes, sendo essas:

I - Irradicação do analfabetismo ; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de

qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Brasil, 2014).

O PNE estabelece uma série de metas quantitativas e qualitativas para a educação brasileira a serem alcançadas ao longo de sua vigência. Com um total de vinte metas, sendo essas:

Meta 1 -Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE; Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE; META 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento); META 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados; META 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental; META 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica; META 7 -Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb; META 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; META 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional; META 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional; META 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50%

(cinquenta por cento) da expansão no segmento público; META 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público; META 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores; META 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores; META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; META 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino; META 17 - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE; META 18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal; META 19 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto; META 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. (Brasil, 2014).

Abrangendo diferentes aspectos da educação, como acesso, permanência, aprendizagem, infraestrutura e valorização dos profissionais que deveriam ser alcançadas no final do ano de 2024<sup>4</sup>. Cada meta estabelecida pelo PNE possui

---

<sup>4</sup> O presidente Lula sancionou a lei 14.934 em 25 de julho de 2024 que prorroga o PNE até 31 de Dezembro de 2025.

estratégias a serem utilizadas pelos Estados e Municípios, possibilitando o seu cumprimento.

Ao final desse período, está prevista a revisão e atualização do plano, com a definição de novas metas e estratégias para os próximos anos. Entre os principais objetivos do PNE estão a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade da educação básica, a expansão da oferta de ensino técnico e superior, e a valorização dos profissionais da educação, possuindo ao todo vinte objetivos.

Em 2016, o Brasil passava por uma crise política e ideológica que marcaram o processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. A ascensão de um novo governo e a mudança na organização política podem ter influenciado as agendas de reforma educacional. Após Michel Temer assumir a presidência do Brasil, houve algumas mudanças significativas na área da educação, como a reforma do ensino médio, reformulação da BNCC, os corte de recursos para a educação e o fim do ministério da cultura, que logo após ex-presidente (inelegível)<sup>5</sup> Bolsonaro assumir a presidência foi fundido com outro ministério, sendo este da cultura, transformando em MEC, cultura, esporte e turismo.

A MP 746/2016, posteriormente convertida em Lei nº 13.415/2017, foi apresentada no início do governo Temer com apoio de parlamentares, e setores empresariais, com ideias alinhados a “nova direita”, com o objetivo de implementar mudanças significativas no ensino médio brasileiro, LDB. Segundo Ferretti (2018, p.25) “foi objeto de crítica já a partir dessa origem autoritária, a qual provocou inúmeras ocupações de escolas públicas do país por parte dos alunos nelas matriculados, dirigidas tanto à forma quanto ao conteúdo da política educacional proposta”. gerando debates intensos, especialmente por sua forma de tramitação, criticada por diversos setores da sociedade civil e profissionais da educação devido à falta de consulta pública e debates mais amplos sobre o tema. No entanto, ela acabou sendo convertida em lei após passar pelo Congresso Nacional.

Os Reformadores Empresariais da Educação assumiram um papel importante para que essas mudanças acontecessem, a partir de uma variedade de incentivos

---

<sup>5</sup> Bolsonaro tornou-se inelegível por oito anos após decisão do Supremo Tribunal Eleitoral, devido a uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros no dia 18 de julho de 2023, e abuso de poder político.

econômicos, ideológicos e sociais. Contudo,

De acordo com a Lei 13.415, a reforma curricular tem por objetivo tornar o currículo mais flexível, para, dessa forma, melhorar atender os interesses dos alunos do Ensino Médio. Apoiar-se, para tal, em duas justificativas: a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país; a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação. (Ferretti, 2018 p. 26)

Apoiando-se nessas justificativas e com os conflitos existentes na política brasileira, estes empresários encontraram as brechas necessárias para reformular a última etapa da formação básica com base nas suas necessidades, sendo um dos principais setores da economia, considerando as demandas da sociedade civil pela busca de serviços educacionais de qualidade.

A parceria público-privada se torna atrativa em termos lucrativos para os empresários, angariando boa parte de recursos para prestação de serviços educacionais, expandindo o mercado tendo a oportunidade de ampliar seu alcance e diversificar seus negócios, oferecendo oportunidades significativas para o lucro. Contudo, optando por uma visão utilitarista da educação, dando prioridade a competências e habilidades diretamente aplicáveis ao mercado de trabalho. Buscando enfatizar a necessidade de manter a competitividade econômica de um país, argumentando-se que uma abordagem utilitária na educação pode levar a uma alocação mais eficiente de recursos, onde a força de trabalho altamente qualificada e produtiva é essencial para o crescimento econômico e o sucesso das empresas, onde a educação tem papel fundamental para esse processo. Desta forma, a influência empresarial sobre o NEM interferiu diretamente nas alterações realizadas na LDB.

Desta forma, segundo Freitas (2018 p.34) “as redes públicas vão sendo colocadas um ‘vetor de privatização’, no qual elas podem ser vistas como mais distantes ou mãos próximas de um estágio final de privatização e inserção em um livre mercado educacional”. Disciplinas que são importantes para uma formação ampla e desenvolvimento do senso crítico, são tratadas como supérfluas para detrimento da educação.

## **2.7 Fundamentos e Desafios da Educação Brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996**

A LDB de 1996, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro, foi um marco importante para a educação brasileira, visando estabelecer diretrizes abrangentes e modernizadoras, na busca de promover uma educação mais inclusiva, democrática, e de qualidade, porém, segundo Bollmann e Aguiar (2016, p.421.) “pode ser considerada uma lei enxuta e limitada”. Sua elaboração e implementação ocorreu em meio a disputas e contradições entre diferentes visões de sociedade e educação. Bollmann e Aguiar (2016) afirmam que:

O conflito ensino público versus ensino privado também vem novamente à tona no processo de elaboração da nova LDB, e o embate político ocorre entre o FNDEP, formado por entidades acadêmico-científicas, sindicais, de classe e estudantis e as entidades que representavam os interesses privados [...]. (Bollmann; Aguiar, 2016, p. 411)

Sancionada e implementada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, a LDB de 1996 demonstra mais uma vez a complexidade de se criar uma legislação educacional abrangente e inclusiva em um país tão diverso como o Brasil, abordando diferentes necessidades e perspectivas.

A LDB de 1996 estruturou o sistema educacional brasileiro em níveis e modalidades de ensino, abrangendo a educação básica, sendo esta composta por três etapas: Educação Infantil com o objetivo de atender crianças de até 5 anos de idade; Ensino Fundamental que atende crianças e adolescentes dos 6 aos 14 anos, promovendo o desenvolvimento integral do aluno, preparando-o para a continuidade dos estudos; Ensino Médio com o objetivo de atender adolescentes e jovens dos 15 aos 17 anos, oferecendo uma formação geral que o prepara para mercado de trabalho e para a continuação dos estudos em nível superior; Educação Superior destinada à formação profissional e acadêmica, bem como ao desenvolvimento de pesquisas.

A flexibilização curricular proposta pela LDB de 1996, buscava atender às diversas necessidades dos alunos, concedendo uma maior autonomia para que estados, municípios e escolas adaptassem seus currículos às necessidades locais. Algo semelhante ao que vimos na atual mudança feita na LDB em 2017. De acordo com a LDB,

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" (Brasil, 1996, Art. 26).

Conforme a LDB de 1996, havia uma previsão para a existência de uma base comum curricular, mas não na forma estruturada e detalhada como a BNCC que conhecemos atualmente. No currículo deve ser incluído obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa, matemática, ciências naturais, e a realidade social e política do Brasil. A arte deve ser um componente curricular obrigatório em todos os níveis da educação básica, assim como a EF, e o ensino da História do Brasil, contemplando as contribuições das diferentes culturas e etnias, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Sendo considerada uma disciplina importante no currículo escolar, antes mesmo da resolução da LDB de 1996, reforçando a obrigatoriedade da EF. A obrigatoriedade foi estabelecida no Artigo 26, §3º da LDB:

Art. 26. § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Brasil, 1996, Art. 26).

Reconhecendo seu papel fundamental no desenvolvimento integral dos alunos. Assegurando que a EF faça parte do currículo desde a educação infantil até o ensino médio, respeitando as especificidades de cada faixa etária e o contexto dos estudantes.

## **2.8 Educação Física e a BNCC: Estruturas, Competências e Desafios**

A BNCC surge em meio às exigências do PNE 2014-2025, porém na LDB de 1996 a uma condição para a sua implementação. Formulada no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma Rousseff. Segundo Marsiglia et. al.

Em seu processo de produção e organização, reúne membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e fundamental

mente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum. (Mardiglia et. al. 2017, p.108).

Sendo um documento estrutural, estabelece os conhecimentos fundamentais que todos os estudantes brasileiros têm direito de aprender ao longo da sua formação no ensino básico, melhorando a qualidade do ensino, promovendo uma formação integral do aluno, com diretrizes que contemplem a diversidade social, e cultural de cada região do Brasil. (Brasil, 2018a, p. 7)

O documento esteve aberto para discussões públicas entre o período de setembro de 2015 e março de 2016, contabilizando mais de 12.226.510 contribuições (Tenfen, 2016, p.1). Possibilitando a contribuição de educadores, especialistas, instituições e sociedade em geral na elaboração e melhoria dos textos. Passando por mais duas mudanças até sua versão final para Educação Infantil e Ensino Fundamental em 2017 e para o Ensino Médio em 2018, seguindo as alterações feitas através da Lei nº 13.415.

A segunda versão do documento foi elaborada após as contribuições recebidas através da consulta pública, sendo publicada no mês de abril de 2016, em meio ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef. Incorporando as sugestões recebidas servindo como base para discussões mais aprofundadas. Segundo Marsiglia et. al. (2017), ressalta “que as entidades e pesquisadores ouvidos foram aqueles que de alguma forma estavam ligados/interessados nas alterações de orientação curricular do país.” Mantendo a hegemonia da classe empresarial na formulação da BNCC.

A última versão da BNCC referente ao ensino médio foi homologada em 14 de dezembro de 2018, segundo Costa e Silva (2019) seguiu o mesmo processo acelerado de aprovação da reforma do ensino médio que ocorreu através de uma MP. Entende-se que após Michel Temer assumir a presidência toda a discussão referente a elaboração da BNCC foi diluída, passando por várias revisões e ajustes, garantindo que a BNCC estivesse alinhada com as políticas educacionais do governo e o interesse empresarial. Com as mudanças na liderança do MEC. Mendonça Filho foi nomeado Ministro da Educação e desempenhou um papel ativo na condução do processo de finalização e aprovação da BNCC. Em declaração, Mendonça Filho, diz

que “A BNCC é um documento plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo inspirado nas mais avançadas experiências do mundo” (Brasil, 2018a, p. 5).

Segundo Beltrão, Taffarel; Teixeira (2020, p. 664-665) ,

No que se refere aos fundamentos pedagógicos, a versão definitiva da BNCC do ensino médio tem o “foco no desenvolvimento de competências” (BRASIL, 2018a, p. 13), visto que a sociedade contemporânea “[...] requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender [...]” (BRASIL, 2018a, p. 14).

A BNCC definiu 10 (dez) Competências Gerais da Educação Básica que são desenvolvidas em todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e áreas do conhecimento. Essas competências visam formar cidadãos críticos, responsáveis com base “[...] no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.” (Brasil, 2018a, p. 9). sendo essas as seguintes competências:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões

comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;

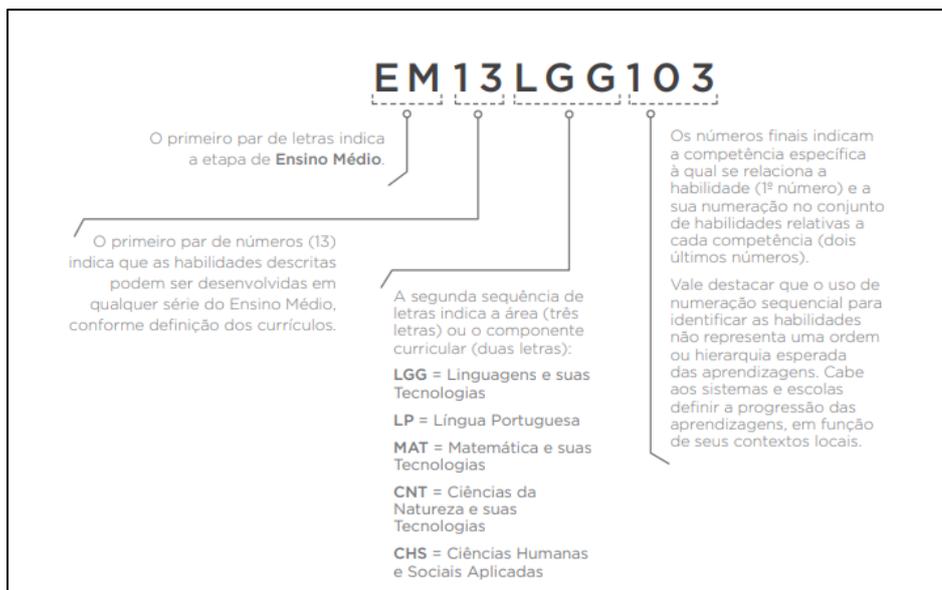
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Brasil, 2018a, p. 9-10).

Desta forma, organizou-se a BNCC em quatro áreas de conhecimento seguindo as determinações da LDB, sendo essas as seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. (Brasil, 2018).

Conforme a BNCC Brasil (2018a, p.33) as áreas de conhecimento estabelecem suas próprias competências específicas. Estas são habilidades e conhecimentos que os alunos devem desenvolver dentro de cada área ao longo do Ensino Médio, ligadas às competências específicas do Ensino Fundamental, adaptando-se a esta nova fase do estudante. O desenvolvimento dessas competências específicas deve ser promovido durante toda a fase do Ensino Médio. Isso ocorre tanto dentro da estrutura geral da BNCC quanto nos itinerários formativos específicos de cada área.

Para cada competência há um conjunto de habilidades, garantindo que os alunos desenvolvam as competências específicas de cada área do conhecimento, aprendizagens essenciais que todos os estudantes do Ensino Médio devem alcançar ao longo dos três anos finais da educação básica. Essas habilidades são identificadas por meio de um código alfanumérico, que possui a seguinte composição:

## **Figura 2 – Código Alfanumérico**



Fonte: BNCC (2018)

Presente na área de linguagens e suas tecnologias, a EF, assim como Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Arte são unificadas sob a premissa da linguagem como categoria central. Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020), questionam a utilização indevida de conceitos como corporeidade e cultura corporal sem uma justificativa adequada, colocando-os na mesma categoria. Segundo Scorsolini-Comin e Amorim (2008), O conceito de corporeidade é discutido por Polak (1997), que o define a partir da fenomenologia de Merleau-Ponty. Para Polak, a corporeidade vai além da materialidade do corpo e da soma de suas partes; é um processo contínuo de redefinição que abrange todas as dimensões humanas. Ela destaca que a corporeidade é o ato de permitir que o corpo seja o protagonista, sendo um aspecto essencial da existência e da história individual e coletiva. Deste modo, a corporeidade vê o corpo não apenas como um objeto físico, mas como um sujeito vivente, dotado de sensações, emoções e pensamentos, onde mente e corpo não estão separados. Ainda em sua pesquisa, Scorsolini-Comin e Amorim (2008) abordam o pensamento de Escobar (1995) que referiu-se a “Cultura Corporal” ao amplo e diversificado campo da cultura que abrange a produção de práticas expressivas e comunicativas, essencialmente subjetivas, que se manifestam através da expressão corporal. Essas práticas incluem atividades como dança, esportes, jogos e outras formas de movimento, que funcionam como textos culturais, expressando e comunicando significados e valores sociais e individuais.

A BNCC considera a linguagem corporal como um objeto de estudo, tratada como um foco ou conteúdo específico de estudo dentro do currículo da EF, sendo explorada como um tema ou área de conhecimento vindo a ser desenvolvido pelos estudantes. Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020), identificaram fragmentos na BNCC referentes ao objeto de ensino da EF, sendo esses:

No Ensino Médio, a área tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens –artísticas, corporais e verbais(oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) –, que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) (BRASIL, 2018a, p. 482). Cada conjunto de práticas corporais (jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, esportes e atividades corporais de aventura) apresenta especificidades de produção da linguagem corporal e de valores e sentidos atribuídos às suas práticas. Essa diversidade de modos de vivenciar e significar as práticas corporais é objeto de aprendizagem da área (Brasil, 2018a, p. 495).

A BNCC enfatiza a exploração dos movimentos e a reflexão dos alunos sobre suas próprias experiências corporais, promovendo uma abordagem mais subjetiva e centrada na experiência individual. No entanto, essa ênfase na expressão individual e na experiência subjetiva pode ser vista por alguns críticos como uma abordagem que subestima ou desvaloriza o ensino de conhecimentos mais estruturados e objetivos. Conforme apresentado na BNCC,

[...] a educação física possibilita aos estudantes explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas [...] nesse sentido, estimula o desenvolvimento da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação. (Brasil, 2018a, p. 483).

Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020) criticam a ideia, também destacada por Escobar (2012), de que a EF deve focar na linguagem corporal, como proposto na BNCC. Eles argumentam que, durante atividades como jogos, os indivíduos estão mais envolvidos na ação em si do que em expressar uma mensagem. A preocupação é que, ao focar principalmente na experiência pessoal e na interpretação subjetiva, a BNCC possa não dar a devida importância ao ensino de conteúdos técnicos e estruturados que são essenciais para o desenvolvimento completo dos alunos.

O texto da BNCC, enfatiza a importância de um estilo de vida ativo, saudável, de autocuidado e bem-estar,

No Ensino Médio, além da experimentação de novos jogos e brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, os estudantes devem ser desafiados a refletir sobre essas práticas, aprofundando seus conhecimentos sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de se assumir um estilo de vida ativo, e os componentes do movimento relacionados à manutenção da saúde. É importante também que eles possam refletir sobre as possibilidades de utilização dos espaços públicos e privados que frequentam para desenvolvimento de práticas corporais, inclusive as aprendidas na escola, de modo a exercer sua cidadania e seu protagonismo comunitário. Esse conjunto de experiências, para além de desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento, favorece o diálogo com as demais áreas de conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes a respeito dos fenômenos da gestualidade e das dinâmicas sociais associadas às práticas corporais. (Brasil, 2018a, p. 484).

A ênfase dada para promoção e desenvolvimento de hábitos saudáveis e de uma consciência corporal, apresentado na BNCC, pode ser vista como uma limitação no contexto da EF escolar. Com foco voltado na saúde e no autocuidado, assim como determina a BNCC, o currículo pode negligenciar outras dimensões importantes, como a prática e a compreensão de diferentes modalidades esportivas e o desenvolvimento de habilidades motoras específicas, assim desvalorização das competências técnicas, aspectos importantes para o crescimento. Reduzindo a oportunidade de os alunos explorarem essas diversas formas de expressão e movimento corporal.

A EF também desempenha um papel educacional amplo, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, valores éticos, trabalho em equipe e respeito à diversidade. Portanto, é essencial que o currículo seja equilibrado e ofereça uma variedade de experiências que abranjam o desenvolvimento físico, social e cultural dos alunos, garantindo uma formação integral na disciplina.

Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020, p.671) analisaram “[...] a relação das competências e habilidades esperadas e o conteúdo próprio da área da cultural corporal”. A BNCC garante o desenvolvimento de competências específicas para os estudantes do ensino médio, onde cada competência, possui habilidades que devem ser alçadas no final desta etapa, sendo um total de sete competências específicas de linguagem e suas tecnologias, que estão ligadas a vinte e oito habilidades. A BNCC destaca três competências (quatro, cinco e seis) que focam nas aprendizagens relativas às especificidades e aos saberes historicamente

construídos relacionadas às Línguas, EF e Arte, “as outras competências abrangem aprendizagens que se aplicam a todos os componentes da área”. (Brasila, 2018). Abaixo destaco as sete competências específicas de linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio:

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva. (Brasil, 2018a, p. 490).

Após a análise, Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020), constataram que apenas a competência cinco é a única que aborda diretamente a EF, onde, em seu objetivo

busca ajudar os estudantes a entenderem os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais. Isso significa que os alunos devem aprender como as atividades físicas e esportivas são criadas, entendidas e como os significados dessas práticas podem variar e serem negociados em diferentes contextos. As competências um e três não são exclusivas da EF, mas abordam as linguagens de forma geral, incluindo a linguagem corporal.

As competências quatro e seis, dispostas na BNCC embora não sejam diretamente relacionadas à EF como a competência cinco, proporcionam um contexto mais amplo que pode enriquecer a abordagem da EF. Permitindo que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda e crítica das práticas corporais como expressões culturais e artísticas, promovendo um ensino que valoriza a diversidade, a inclusão e a criatividade.

Seguindo a análise apresentada por Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020, p. 673), “[...] do conjunto de habilidades previstas nessa área, constatou-se que apenas 2 delas pressupõem os conhecimentos do objeto de ensino da educação física [...] ambas vinculadas à competência 5.” Sendo esses:

(EM13LGG501) Selecionar e utilizar movimentos corporais de forma consciente e intencional para interagir socialmente em práticas corporais, de modo a estabelecer relações construtivas, empáticas, éticas e de respeito às diferenças.

(EM13LGG503) Vivenciar práticas corporais e significá-las em seu projeto de vida, como forma de autoconhecimento, autocuidado com o corpo e com a saúde, socialização e entretenimento. (Beltrão, Taffarel e Teixeira, 2020, p. 673).

Outras seis habilidades estão ligadas ao objetivo de estudo da EF de forma secundária, segundo Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020), sendo esses:

Competência nº 2: (EM13LGG201) Utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso. (EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias. (EM13LGG203) Analisar os diálogos e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e em suas produções (artísticas, corporais e verbais). (EM13LGG204) Dialogar e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.

Competência nº 3: (EM13LGG301) Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

Competência nº 5: (EM13LGG502) Analisar criticamente preconceitos, estereótipos e relações de poder presentes nas práticas corporais, adotando posicionamento contrário a qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos. Adaptado de Brasil. (Beltrão, Taffarel e Teixeira, 2020, p. 674).

Deste modo, a BNCC descreve que ao fim do ensino médio,

[...] o jovem deverá apresentar uma compreensão aprofundada e sistemática acerca da presença das práticas corporais em sua vida e na sociedade, incluindo os fatores sociais, culturais, ideológicos, econômicos e políticos envolvidos nas práticas e nos discursos que circulam sobre elas. Prevê também que o jovem valorize a vivência das práticas corporais como formas privilegiadas de construção da própria identidade, autoconhecimento e propagação de valores democráticos. Nessa direção, é importante que os estudantes possam refletir sobre suas preferências, seus valores, preconceitos e estereótipos quanto às diferentes práticas corporais. (Brasil, 2018a, p. 495).

Portanto, as habilidades e competências relacionadas à EF no ensino médio não atingem o nível de complexidade esperado para essa etapa de ensino, limitando se aos aspectos críticos que englobam a EF e seu objeto de estudo, deixando outros componentes essenciais para o desenvolvimento do estudante nesta fase final, eliminando o conteúdo específicos das disciplinas, deixando em segundo plano ou subentendido em seus textos, o aprofundamento do que foi vivenciado nos anos finais do ensino fundamental, recebendo pouca atenção na BNCC.

### **3 A NOVA CONFIGURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO: IMPLICAÇÕES DA LEI Nº 13.415/2017**

Segundo informações do MEC, O NEM originou-se da MP 746/16, a Lei nº 13.415/17, fevereiro de 2017, assinada pelo ex-presidente Michel Temer, trouxe uma renovação para o ensino médio. O NEM recebeu críticas severas de educadores e movimentos sociais, que destacam as disparidades presentes no sistema de ensino do Brasil e a falta de estrutura adequada nas escolas para a aplicação das transformações.

Segundo dados do Censo Escolar, em 2023 foram registradas um total de 7.676.743 matrículas no ensino médio, em comparação ao ano de 2022 houve uma redução de 2,4%. Em comparação, a matrícula integrada à educação profissional cresceu 32,2% nos últimos cinco anos, passando de 623.178 em 2019 para 823.587 em 2023.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Brasil contava, em 2023, com 48,5 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos. Deste grupo, 15,3% estavam simultaneamente ocupadas e estudando, 19,8% não estavam nem ocupadas nem estudando, 25,5% não estavam ocupadas, porém estudavam, e 39,4% estavam ocupadas, mas não estudavam. A pesquisa destacou a disparidade entre os gêneros: “Cerca de 25,6% das mulheres não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando, enquanto 14,2% dos homens estavam nessa condição. Por outro lado, a proporção dos homens que apenas trabalhavam (47,3%) supera a das mulheres (31,3%) nessa condição”. Entre as pessoas brancas, 18,4% trabalhavam e estudavam, percentual superior ao das pessoas pretas ou pardas (13,2%). Contudo, 22,4% das pessoas pretas ou pardas não estudavam e não estavam ocupadas, contrastando com 15,8% das pessoas brancas nessa mesma situação.

Além disso, a pesquisa revelou que 9,0 milhões de pessoas no grupo etário de 14 a 29 anos não haviam completado o ensino médio, devido ao abandono escolar ou por nunca terem frequentado a escola. Desses, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres, enquanto 71,6% eram pretos ou pardos e 27,4% eram brancos. A coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, destacou um marco importante: “O grande marco da mudança foi a idade de 15 anos que, em geral,

é a idade de entrada no ensino médio. Nessa idade, o percentual de jovens que abandonaram a escola (12,6%) quase duplicou frente aos 14 anos de idade (6,6%)". Em 2023, 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo apontaram a necessidade de trabalhar como principal motivo para o abandono ou não frequência escolar, com esse número representando um aumento de 1,5 ponto percentual em comparação a 2022.

Entre os homens, 53,4% mencionaram a necessidade de trabalhar, seguida pela falta de interesse (25,5%), enquanto para as mulheres, além do trabalho (25,5%), a gravidez (23,1%) e a falta de interesse (20,7%) foram motivos significativos. Além disso, 9,5% das mulheres abandonaram a escola devido a afazeres domésticos ou cuidados com pessoas, uma taxa muito superior à dos homens, que foi de apenas 0,8%.

Segundo Tambara et al. (2024), a referência a diversos autores ilustra a importância de compreender o contexto dos alunos em escolas públicas brasileiras. Tambara et al. (2024) *apud* Paro (2001) destaca que "a grande maioria dos alunos em nossas escolas é proveniente de camadas sociais desfavorecidas e enfrenta uma série de desafios de ordem cultural, afetiva, material e psicológica". Nesse cenário, a instituição escolar tem o papel fundamental de implementar iniciativas que promovam a permanência dos alunos em sala de aula, visando a redução dos índices de evasão escolar. Adotando práticas inclusivas e integrativas, possibilitando o envolvimento das famílias no ambiente escolar.

O problema da evasão escolar no Brasil está fortemente relacionado a diversos fatores, segundo Bezerra *et. al.* (2001) entre os fatores relacionados à evasão escolar está o tamanho das turmas. As turmas com maior quantidade de alunos têm mostrado um impacto negativo no desempenho dos alunos em relação a turmas com menores quantidades, sugerindo que a redução do número de estudantes por classe poderia melhorar os resultados acadêmicos.

Outros fatores relacionados à evasão escolar são apresentados por Tambara et al. (2024, p. 4), destacam que "muitos jovens e crianças deixam a escola para ingressar no mercado de trabalho, pois a prioridade para eles não é a educação, mas sim a própria subsistência". Essa questão se relaciona com a qualidade do ensino e a falta de estímulo por parte dos familiares, uma vez que, segundo Tambara et al. (2024, p. 4), citando Trindade e Oliveira (2019), "[...] famílias muito pobres não mantêm seus filhos em idade escolar na escola".

O Governo Federal desenvolveu medidas para combater a evasão escolar e aprimorar o sistema educacional brasileiro, implementou uma série de medidas e leis. Entre elas, o PNE que estabelece metas para universalizar o ensino médio, enquanto programas sociais como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil incentivam a frequência escolar por meio de transferências condicionadas de renda, a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que “Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público.” (Brasil, 2024b).

A Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, denominada como “pé-de meia” tem como público-alvo os estudantes de baixa renda matriculados no ensino médio da rede pública e da educação de jovens e adultos, com renda mensal de até R\$218 por pessoa e beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), tendo direito a receber incentivo de R\$200, ao comprovar sua matrícula e incentivo mensal de R\$225 pela frequência, ao final de cada ano letivo, mediante a aprovação o aluno recebe R\$1000 na poupança que podem ser retirados após concluir o ensino médio, com adicional de R\$200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Lei nº 14.818, estabelece critérios para o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional brasileiro, mediante o cumprimento de determinados requisitos. Esses requisitos incluem a efetivação da matrícula no início de cada ano letivo, uma frequência escolar mínima de 80% do total de horas letivas, e a conclusão do ano letivo com aprovação.

Além disso, a lei exige a participação dos alunos nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, se aplicável, nos exames externos dos sistemas de avaliação dos entes federativos para o ensino médio. Para os estudantes do último ano do ensino médio público, é obrigatória a participação no ENEM, enquanto os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem participar do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) para serem elegíveis ao incentivo previsto por esta lei.

Sancionada logo após a Emenda Constitucional nº 95, de dezembro de 2016, conhecida como “PEC do Teto dos Gastos Públicos”, que determinou um limite para os investimentos governamentais em educação e saúde durante duas décadas A Lei nº 13.415/2017 surge com objetivo atender as demandas e anseios dos jovens, combatendo a evasão escolar e incentivando uma maior participação dos estudantes na decisão dos caminhos a serem seguidos e no aprofundamento em áreas de conhecimento de seu interesse.

Seguindo as determinações do Art. 35-A da Lei nº 13.415/2017, as disciplinas foram reorganizadas em áreas de conhecimento de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que define "[...] direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio [...]" (Brasil, 2017). Essas áreas abrangem: Linguagens e suas Tecnologias (incluindo Arte, EF, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Conforme o § 3º da Lei, "o ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas" (Brasil, 2017). Além disso, segundo o § 4º:

Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino (Brasil, 2017).

Com a introdução dos itinerários formativos, projetos de vida e o aumento das cargas horárias de português e matemática, a EF e outras disciplinas tiveram suas cargas horárias reduzidas. Entretanto, conforme previsto na Lei nº 13.415, Artigo 35-A, § 2º, "A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia". Brasil (2017). Não garantindo que os estudos e práticas, neste caso da disciplina de EF, sejam ministrados por um professor graduado em EF Licenciatura, assim como não garante que a EF faça parte do currículo de disciplinas ofertadas pelas escolas. Por estar incluída na área de conhecimento de linguagens e suas tecnologias, abre precedente para que outro professor dentro da área temática possa ministrar as aulas.

Os itinerários formativos apresentados no Art. 36 da Lei nº 13.415 são correspondentes às áreas de conhecimento, junto com a BNCC formam o currículo do ensino médio, oferecendo flexibilidade para atender às necessidades e contextos locais englobando as cinco áreas de conhecimento. Entende-se que as escolas devem oferecer um leque de itinerários formativos, não especificando um número mínimo de itinerários que devem ser oferecidos. A legislação dá uma certa flexibilidade para os sistemas de ensino definirem a quantidade e a natureza dos itinerários formativos. Segundo Bungenstab e Filho (2017),

Isso significa que podemos nos deparar com um cenário de dualismo total, onde as escolas periféricas ou em regiões afastadas podem optar pela formação técnica e profissional, enquanto as escolas privadas dos grandes centros continuarão formando para o vestibular de forma propedêutica. (Bungenstab e Filho, 2017, p.29).

Para que as instituições cumpram com as exigências curriculares, o Artigo 36, § 11 da Lei nº 13.415 autoriza os sistemas de ensino a reconhecer competências e a estabelecer convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento. Esse reconhecimento pode ocorrer por meio de diversas formas de comprovação, como demonstração prática de habilidades, experiência de trabalho supervisionado ou outras experiências adquiridas fora do ambiente escolar. Contudo, a possibilidade do ingresso de profissionais de notório saber na educação básica, no ensino regular para o ensino médio, traz algumas preocupações. Bungenstab e Filho (2017) afirmam:

Acreditamos que a ascensão do notório saber é prejudicial a curto e a médio prazo. A curto prazo, pela desvalorização do professor e do aluno em prol da valorização dos elementos puramente técnicos de ensino como apostilas, manuais e os processos. A médio prazo, pelo retorno dos fantasmas já superados pela educação física e pelo desinvestimento do Estado no que tange a formação de professores. (Bungenstab e Filho, 2017, p. 34).

Neste sentido abriu-se margem para o Ensino a Distância (EaD), e a contribuição de professores de notório saber, cuja experiência prática e conhecimento especializado podem ser formalmente reconhecidos através dessas estruturas.

A reforma do ensino médio promovida pela Lei nº 13.415/2017 trouxe alterações significativas na estrutura educacional, alterando a legislação sobre diretrizes e bases. A carga horária mínima foi ampliada de oitocentas horas para 1.400 horas anuais. Os sistemas de ensino deveriam oferecer em um prazo máximo de cinco anos o aumento gradual de 1.000 horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017, com prazo máximo de cinco anos, totalizando 3.000 horas ao longo dos três anos finais da formação básica. Deste modo a organização e divisão de horas obrigatórias das áreas de conhecimento e dos itinerários formativos fica a cargo de cada sistema de ensino.

#### 4. A RESOLUÇÃO Nº 3/2018 E SUAS IMPLICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO “NOVO” ENSINO MÉDIO

A Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, representa um marco importante na atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em todo o território brasileiro. Esse documento, promulgado CNE, visa alinhar as práticas educacionais, com o objetivo de adequar às mudanças trazidas pelas novas exigências impostas pela Lei nº 13.415/2017, que modificou a LDB (Lei nº 9.394/1996), devendo ser aplicadas a todas as modalidades do Ensino Médio.

Em seu texto, a Resolução Nº 3/2018 buscou apresentar o referencial legal e conceitual que fundamenta o ensino médio no Brasil, reforçando o seu caráter como um direito universal, conforme previsto na Constituição Federal e na LDB, estabelecendo um total de nove princípios norteadores dessa etapa educacional, onde os princípios I, II, III, V, VII, VIII e IX fortalecem a construção da EF.

I - formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais; II - projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante; III - pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos; V - compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas; VII - diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho; VIII - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo; IX - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. (Brasil, 2018b).

Para melhorar a compreensão, a resolução buscou esclarecer os termos utilizados, definindo os conceitos fundamentais para a compreensão da formação no ensino médio. Os termos apresentados foram: Formação Integral; Formação Geral Básica; Itinerários Formativos; Unidades Curriculares; Arranjo Curricular; Competências; Habilidades; Diversificação; Sistema de Ensino; Redes de Ensino. Dentre esses, estabeleceu os conceitos relacionados à Educação Profissional.

No Artigo 7º, é apresentado o conceito do que é um currículo. Sendo,

O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas

pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioemocionais. (Brasil, 2018b).

As instituições e redes de ensino têm autonomia para adaptar suas propostas curriculares dentro do que estabelecido pela BNCC, sendo relevante e pertinente, permitindo a troca entre diferentes áreas de conhecimento, refletindo as relações sociais e articulando as vivências e saberes dos estudantes. tendo em vista as habilidades essenciais que possam refletir também fora do âmbito escolar. Fica a cargo das instituições escolares a implementação em seu currículo possa desenvolver ações voltadas ao desdobramentos das competências e habilidades, possibilitando o “contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências pessoais, sociais e do trabalho” (Brasil, 2018b).

Define que a carga horária, tanto para a formação geral básica quanto para os itinerários formativos, deve ser estabelecida pelas instituições escolares. O artigo 17º propõe uma organização flexível e diversificada, permitindo diferentes formatos, como séries anuais, semestrais, ciclos e módulos, adaptando-se aos interesses e necessidades de aprendizagem dos alunos. Estabeleceu a ampliação da carga horária para 3.000 horas anuais até 2022, durante os três anos finais da formação básica, com uma carga horária anual de 1.400 horas. Para a EJA, a resolução possibilita que 80% da carga horária seja ofertada a distância, com suporte tecnológico e digital, ou não. Complementa que tanto a formação geral básica quanto os itinerários formativos podem ser oferecidos com ensino a distância, contemplando 20% da carga horária, podendo ser expandido para 30% no ensino médio noturno.

Contudo, O “Art. 8º estabelece que as propostas curriculares do ensino médio devem garantir o desenvolvimento das competências gerais e específicas da [...] BNCC”. (Brasil,2018b). Estabelece que é necessário promover a integração curricular, valorizando a cultura digital e o pensamento computacional, e reconhecer a importância da língua portuguesa para a comunicação e cidadania. Além disso, devem ser adotadas metodologias de ensino e avaliação que estimulem o protagonismo dos estudantes e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, integrando teorias e práticas através de diversas atividades, levando em consideração, que “a educação integral ocorre em múltiplos espaços de aprendizagem e extrapola a ampliação do tempo de permanência na escola”.

(Brasil,2018b). Pautando a construção do seu curricular nos princípios norteadores estabelecidos no artigo 5º da Resolução 3/2018.

A Resolução reitera as áreas de conhecimento, referente a formação geral básica previstas na BNCC, tendo carga horária total máxima de 1.800 horas. Sendo estas as áreas de conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. O currículo deve ser composto indiscutivelmente por formação geral básica e itinerários formativos.

Em seu artigo 11º reafirma os estudos e práticas da disciplina de EF, entretanto não cita se a aplicação do ensino deve ser aplicado por um professor licenciado. Fica a cargo das instituições escolares, disponibilizar em seu currículo a formação geral básica, em partes ou em seu todo. Entretanto as disciplinas de língua portuguesa e matemática devem compor obrigatoriamente o currículo durante os três anos do Ensino Médio.

A Resolução em seu Art. 12º trata da organização dos itinerários formativos no ensino médio, os quais devem ser estruturados a partir das áreas do conhecimento. Mediante a essa organização a área de linguagens e suas tecnologias deve conter as seguintes determinações;

I - linguagens e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino. (Brasil, 2018b, p.6).

Na determinação apresentada, observa-se que há uma interligação limitada com o conteúdo da EF, uma vez que não há a obrigatoriedade do professor de EF em ministrar esses conteúdos ou proposta de itinerários que se ligam a EF, já que esta pertence a uma área que abrange outras disciplinas. Essa perspectiva pode levar a uma leitura limitada da resolução na elaboração do plano de implementação ou do projeto pedagógico das instituições de ensino. Contudo, a EF não está sendo incluída de maneira enfática, portanto, a disciplina deve atuar de forma interdisciplinar para a promoção e o desenvolvimento de seus conteúdos.

Discute a organização e a implementação dos itinerários formativos no ensino médio, destacando a importância de uma abordagem flexível e integrada que atenda aos interesses e necessidades dos estudantes, bem como ao contexto local. Desta forma, os itinerários formativos devem promover o protagonismo dos alunos, permitindo que eles se tornem agentes ativos em seu processo de aprendizagem, organizados nos seguintes eixos:

I - investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade; II - processos criativos: supõe o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas pela resolução de problemas identificados na sociedade; III - mediação e intervenção sociocultural: supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade; IV - empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias. (Brasil, 2018b).

Segundo o artigo 17º As áreas do conhecimento podem ser organizadas de várias formas de várias formas, como “[...] unidades curriculares, competências e habilidades, unidades de estudo, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal ou transdisciplinar de temas ou outras formas de organização”. (Brasil, 2018b). Destacando a necessidade de oferecer espaços e tempos de aprendizado adaptados às diversas condições e interesses dos estudantes, por meio de parcerias com outras instituições, permitindo um desenvolvimento mais contextualizado e significativo dos saberes. Enfatiza a flexibilidade na criação de itinerários formativos, que devem articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura, refletindo a proposta pedagógica e as realidades locais. Além de Garantir a integração de diferentes áreas do conhecimento para abordar problemas complexos de forma colaborativa.

O Artigo 20º visa, “[...] garantir liberdade, autonomia e responsabilidade às unidades escolares, fortalecendo sua capacidade de concepção, formulação e execução de suas propostas pedagógicas” (Brasil, 2018b). Enfatiza a participação da

comunidade e a criação de alternativas organizacionais que respeitem a identidade dos alunos e proporcionem flexibilidade pedagógica. Além disso, os sistemas de ensino devem,

[...] instituir sistemas de avaliação e utilizar os sistemas de avaliação operados pelo Ministério da Educação, a fim de acompanhar resultados, tendo como referência a formação geral básica, a legislação e as normas, estas Diretrizes e as propostas pedagógicas das unidades escolares. (Brasil, 2018b).

O artigo 21º determina cinco pontos que as instituições escolares devem garantir para a implementação das diretrizes, sendo esses:

I - os recursos financeiros e materiais necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas unidades escolares; II - aquisição, produção e/ou distribuição de materiais didáticos e escolares adequados; III - professores com jornada de trabalho e formação, inclusive continuada, adequadas para o desenvolvimento do currículo, bem como dos gestores e demais profissionais das unidades escolares; IV - instrumentos de incentivo e valorização dos profissionais da educação, com base em planos de carreira e outros dispositivos voltados para esse fim; V - acompanhamento e avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e unidades escolares. (Brasil, 2018b).

Com apoio do MEC as instituições escolares contam com suporte técnico e financeiro para realização da implementação das diretrizes. A avaliação e revisão das políticas públicas educacionais devem ocorrer através da análise do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Mediante a avaliação dos estudantes as instituições escolares devem utilizar avaliações específicas para formação geral básica e os itinerários formativos.

Sendo assim, fica a cargo de cada instituição escolar a elaboração de seu projeto pedagógico, com atualizações periódicas e divulgação a comunidade escolar e famílias, estando presente os arranjos curriculares e a oferta dos itinerários formativos, garantido os direitos e autonomia dos estudantes e professores.

A Resolução, em seu artigo 27º, apresenta um total de vinte e três propostas pedagógicas a serem consideradas pelas instituições escolares. Dentre essas propostas, algumas estão diretamente ou indiretamente relacionadas aos objetivos da EF escolar. Sendo essas:

III - a aprendizagem como processo de apropriação significativa dos conhecimentos, superando a aprendizagem limitada à memorização; IV - valorização da leitura e da produção escrita em todos os campos do saber; [...] VI - articulação entre teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual às atividades práticas ou experimentais; [...] VIII - utilização de diferentes mídias como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem e construção de novos saberes; IX - capacidade permanente de aprender a aprender, desenvolvendo a autonomia dos estudantes; X - atividades sociais que estimulem o convívio humano; XI - avaliação da aprendizagem, com diagnóstico preliminar, e entendida como processo de caráter formativo, permanente e cumulativo; [...] XIII - atividades complementares e de superação das dificuldades de aprendizagem para que o estudante tenha êxito em seus estudos; XIV - reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira; XV - promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas; XVI - análise e reflexão crítica da realidade brasileira, de sua organização social e produtiva na relação de complementaridade entre espaços urbanos e do campo; [...] XVIII - práticas desportivas e de expressão corporal, que contribuam para a saúde, a sociabilidade e a cooperação; XIX - atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas; XX - produção de mídias nas escolas a partir da promoção de atividades que favoreçam as habilidades de leitura e análise do papel cultural, político e econômico dos meios de comunicação na sociedade; XXI - participação social e protagonismo dos estudantes, como agentes de transformação de suas unidades de ensino e de suas comunidades; XXII - condições materiais, funcionais e didático-pedagógicas, para que os profissionais da escola efetivem as proposições do projeto; XXIII - o projeto de vida e carreira do estudante como uma estratégia pedagógica cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades. (Brasil, 2018b).

Em seu artigo 28º trata da qualificação dos docentes para o ensino médio, diferenciando entre a formação em nível superior para professores da formação geral básica e itinerários formativos. A mesma qualificação não é prevista nos cursos técnicos, como presente no artigo 29º onde trata a possibilidade da contratação de professores com notório saber, mediante o reconhecimento do sistema de ensino.

Os artigos 33º, 34º e 35º estabelecem a estrutura para a implementação dos Itinerários Formativos e das Diretrizes Curriculares Nacionais no ensino médio. O artigo 33º atribui ao MEC a responsabilidade de criar os referenciais para os Itinerários Formativos dentro de um prazo de noventa dias. Enquanto o artigo 34º orienta que

essas diretrizes devem “nortear a elaboração curricular, a formação de professores, e os investimentos em materiais didáticos e os sistemas nacionais de avaliação da educação básica”. (Brasil, 2018b). Além disso, o parágrafo único exige que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se adeque às novas diretrizes. O artigo 35º organiza o cronograma de implementação dessas diretrizes conforme previsto pela Lei nº 13.415/2017.

Através da análise da Resolução 3/2018 é possível abranger as diretrizes cruciais para o desenvolvimento curricular e pedagógico do ensino médio, estruturando a formação de docentes, a definição de itinerários formativos, a distribuição da carga horária, definição e implementação da formação geral básica, a adequação dos materiais didáticos, entre outros pontos relevantes observados que serviram de alicerce para o plano de implementação do NEM no Maranhão.

No contexto do Maranhão, essa resolução influencia diretamente a adaptação das normas estaduais, exigindo que o Estado, ao formular suas próprias resoluções, garanta a conformidade com essas diretrizes nacionais. A articulação dessas normas com o Plano de Implementação da Lei 13.415/2017 demanda um equilíbrio entre a flexibilidade curricular e a busca por uma educação que atenda tanto à formação geral básica quanto aos itinerários formativos, contemplando as especificidades regionais.

No contexto do Maranhão, ela influencia diretamente a formulação de resoluções locais e o Plano de Implementação da Reforma do Ensino Médio, já que estas adaptações precisam se alinhar aos parâmetros nacionais e, ao mesmo tempo, considerar as particularidades regionais. Reforça a responsabilidade das instituições em promover a participação da comunidade e a adaptação às realidades sociais, culturais e econômicas locais. Assim, a Resolução 03/2018 serve como referência normativa para a execução das políticas educacionais no Estado, consolidando o currículo flexível e a formação integral dos estudantes, conforme previsto na Lei 13.415/2017.

Sendo pertinente destacar a ausência de menção explícita à BNCC na resolução. Embora as instituições sejam incumbidas de desenvolver os objetivos das disciplinas com base na BNCC, a omissão direta desse documento essencial pode gerar interpretações ambíguas sobre a organização dos conteúdos das áreas de conhecimento, inclusive da EF. Esse silêncio pode enfraquecer a padronização e clareza na construção de uma formação básica integral, que já é prevista tanto na

LDB 13.415/2017 quanto nas diretrizes gerais da BNCC, o que deveria ser enfatizado para garantir um alinhamento nacional sólido.

## **5 ALTERAÇÕES NA LDB PELA LEI Nº 14.945/2024: NOVOS RUMOS PARA A EDUCAÇÃO**

Buscando reestruturar a LDB e responder às críticas, o governo do então presidente Lula, sancionou a Lei nº 14.945/24, que visa corrigir pontos importantes dentro da LDB, após as atualizações promovidas pela Lei nº 13.415/17. Uma das alterações mais importantes está relacionada à carga horária mínima anual. A Lei nº 13.415/2017 já havia estabelecido uma carga horária mínima de 1.000 horas anuais para o ensino médio, distribuídas por no mínimo 200 dias de trabalho escolar, com exclusão do tempo reservado para exames finais. Entretanto, a Lei nº 14.945/24 foi além, ao prever uma ampliação progressiva dessa carga horária para 1.400 horas anuais, conforme os prazos e metas estabelecidos no PNE. A ampliação da carga horária busca garantir que os alunos tenham mais tempo para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC e nos itinerários formativos, proporcionando uma educação mais abrangente e equitativa.

Com as mudanças trazidas pela Lei nº 14.945/2024 na LDB, a Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, voltou a ter sua obrigatoriedade reafirmada no currículo escolar. A Lei nº 10.793/2003 torna obrigatória a inclusão da EF como componente curricular nos ensinos fundamental e médio. Embora as mudanças implementadas pela Lei nº 13.415/2017 tenham causado preocupações sobre a redução da carga horária de disciplinas como a EF em função da reorganização do currículo e da ênfase nos itinerários formativos, a Lei nº 14.945/2024 restabelece a obrigatoriedade e a importância da disciplina na formação integral dos estudantes.

Segundo Furtado e Borges (2020, p. 25) a EF mesmo com “[...] o status de ser uma disciplina legal (do ponto de vista da legislação educacional), por si só não torna”. Por meio da Lei de Nº 10.328 de 12 de dezembro de 2001, que segundo o “§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.” (Brasil, 2001). Até então a Lei No 9.394/96 não dispunha sobre a obrigatoriedade da EF na educação básica, sanando os problemas relacionados à legalidade e dando reconhecimento legislativo à EF.

Através do movimento renovador da EF que surgiu na década de 1980, com o objetivo de reformular e reestruturar a forma como a EF era concebida e praticada

nas escolas, buscou-se superar a perspectiva técnico-esportiva e biológico-funcional que conduziam o ensino-aprendizagem da EF na escola, transformando de uma mera atividade para uma disciplina essencial no currículo da Educação Básica.

Mesmo com as mudanças de perspectiva sobre a importância da EF no desenvolvimento e formação dos estudantes. As alterações realizadas na LDB em 2017, mostraram a fragilidade da EF como componente curricular, ligada ao fato segundo Furtado e Borges (2020, p. 25) “[...] abandono do trabalho docente, que no fundo contribuem para a falta de sentido da EF escolar” principalmente nos anos finais.

O artigo 35 da LDB estabelece as diretrizes fundamentais do ensino médio, como a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana, e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos. Estando presente na lei desde a sua promulgação em 1996 não sendo alterado pelas reformas introduzidas pela Lei nº 13.415/2017 ou pela Lei nº 14.945/2024.

O Art. 35-B, introduzido pela Lei nº 14.945/2024, reformula o currículo do ensino médio, que passa a ser composto por uma formação geral básica e por itinerários formativos. No § 1º descreve que as instituições de ensino médio deverão estruturar suas propostas pedagógicas levando em consideração determinados componentes, sendo esses:

I – promoção de metodologias investigativas no processo de ensino e aprendizagem; II – conexão dos processos de ensino e aprendizagem com a vida comunitária e social em cada território; III – reconhecimento do trabalho e de seu caráter formativo; IV – articulação entre os diferentes saberes com base nas áreas do conhecimento e, quando for o caso, no currículo da formação técnica e profissional. (Brasil, 2017).

Além disso, a legislação ressalta que "o ensino médio será ofertado de forma presencial, admitido, excepcionalmente, ensino mediado por tecnologia, na forma de regulamento elaborado com a participação dos sistemas estaduais e distrital de ensino" (Brasil, 2024). A Lei nº 14.945/2024 introduziu o Art. 35-C, que determina a quantidade de horas mínimas para a formação geral básica no ensino médio, estabelecendo que essa formação deve ter uma carga horária mínima total de 2.400

horas. Essa formação geral básica é composta pela articulação da BNCC e a parte diversificada mencionada no art. 26 da LDB.

Por meio do novo Art. 35-D da Lei nº 14.945/2024. Especificou as áreas do conhecimento que devem ser contempladas, como linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais aplicadas. Integrando as disciplinas como língua portuguesa, matemática, biologia, filosofia, EF, entre outras as suas respectivas áreas de conhecimento. Além disso, a lei assegura o uso das línguas maternas pelas comunidades indígenas e mantém a possibilidade de oferta de outras línguas estrangeiras, com destaque para o espanhol, conforme as condições dos sistemas de ensino. O cumprimento integral da BNCC durante a formação geral básica é uma exigência central desta reformulação.

A Lei nº 14.945/2024 introduziu importantes alterações no Art. 36 da LDB, estabelecendo diretrizes claras para os itinerários formativos, expandindo e detalhando essas diretrizes do ensino médio, garantindo uma carga horária mínima de 600 horas, incluindo o aprofundamento de pelo menos uma área de conhecimento, conforme as necessidades locais e as possibilidades dos sistemas de ensino. A lei exige que todas as escolas de ensino médio ofereçam ao menos dois itinerários formativos com ênfases distintas, garantindo a possibilidade de escolha para os estudantes. Essas mudanças visam fortalecer a conexão entre o currículo e as demandas regionais, promovendo uma educação mais contextualizada e relevante para os alunos. Além de revogar, especificamente, o § 11 do Art. 36, anulando a possibilidade de profissionais de notório saber para cumprimento das exigências curriculares do ensino médio. Isso significa que o reconhecimento formal de competências adquiridas fora do ambiente escolar, sob a justificativa do "notório saber", deixou de ser uma prática prevista na legislação atual.

## **6 A IMPLEMENTAÇÃO DO “NOVO” NO MARANHÃO: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS E DOS DESAFIOS NA ADAPTAÇÃO ÀS REFORMAS EDUCACIONAIS**

O Maranhão possui uma área aproximada de 332 mil km<sup>2</sup>, distribuídos em 217 municípios, a sua capital, São Luís, divide espaço geográfico com mais três municípios, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Com cerca de 6.776.699 habitantes, dados do IBGE de 2021 mostram que o Maranhão possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano do país com 0,676. o rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente no Maranhão referentes a 2023 é de R\$945.

Dados do último censo realizado pelo IBGE em 2023, mostram um aumento no número de matrículas referentes ao ensino médio com um total de 283.486 estudantes matriculados, e 1.082 estabelecimentos de ensino médio.

Para compreender as alterações na LDB e seu impacto na educação básica, é essencial analisar a importância dos documentos que guiam a implementação dessas reformas em âmbito estadual. Nesse contexto, destaca-se o Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE/MA), instituído pela Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014, em meio ao governo de Roseana Sarney, tendo vigência de dez anos, antecedendo o PNE. O PEE/MA articulou-se em versões preliminares do PNE com base no Projeto de Lei que estava em tramitação no Congresso Nacional. Contudo, seu processo de implementação ocorreu durante o governo de Flávio Dino que assumiu o cargo de governador do Estado do Maranhão em 2015. Esse documento realizou uma análise criteriosa da educação básica em seus diferentes níveis, apresentando um diagnóstico detalhado da educação no Maranhão entre os anos 2000 a 2012. O PEE/MA estabeleceu cerca de vinte e duas metas e trezentas e quinze estratégias, fundamentais para o desenvolvimento educacional do estado, direcionadas tanto para os sistemas de ensino estadual quanto municipal. No caso dos municípios, as ações estratégicas propostas pelo plano têm caráter de recomendação, servindo como orientações para a formulação dos planos decenais municipais de educação.

As metas estabelecidas pelo PEE/MA mostraram-se essenciais para a melhoria da educação, pois direcionam ações estratégicas que visam expandir o

acesso à educação, elevar a qualidade do ensino e promover a inclusão social. sendo essas:

META 3: Ampliar, até 2016, o atendimento escolar a população de 15 a 17 anos em até 99% a elevar até 2020 a taxa líquida\* de matrículas de 40,6% para 75,4% nessa faixa etária; META 4: Garantir, para a população de 04 a 17 anos, o atendimento escolar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a atingir, em cinco anos, pelo menos a 50% da demanda e até o final da década a sua universalização nas escolas da rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, públicos ou comunitários, confessionais ou filantrópicos sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público; [...] META 7: Garantir 100% das escolas da Educação Básica, níveis e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as diversidades e temas sociais (direitos socioeducacionais); META 8: Atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB para a Educação Básica do Estado do Maranhão; META 9: Elevar a escolaridade média da população a partir de dezoito anos, de modo a alcançar no mínimo, dez anos de estudos no último ano de vigência deste PEE, para negros, indígenas, quilombolas, populações do campo, povos das águas e povos das florestas, comunidades tradicionais da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com vistas à redução da desigualdade social; META 10: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,1% até 2015 e, até o final da vigência deste PEE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.; META 11: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensino Fundamental e Médio; META 12: Expandir a oferta de matrículas da Educação Profissional de nível médio em 60% no segmento público, até o final da vigência do PEE, assegurando a qualidade da oferta; [...]META 21: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do Estado no 5º ano de vigência desta Lei e no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio; META 22: O Estado e os Municípios deverão garantir investimentos de no mínimo 40% de suas receitas para melhoria do sistema educacional. (Maranhão, 2014).

As metas relacionadas ao ensino médio, por exemplo, buscam aumentar o número de matrículas, especialmente na faixa etária de 15 a 17 anos, o que é crucial para garantir que mais jovens tenham acesso à educação básica completa, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e da vida adulta. As metas

que se relacionam ao ensino médio apresentados pelo PEE/MA de forma direta ou indireta são:

Além disso, metas como a valorização dos profissionais da educação, previstas nas,

[...] Meta 16: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios no prazo de um ano de vigência deste PEE, política estadual de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica e suas modalidades que possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; META 17: Formar, em nível de pós-graduação, 40% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PEE, e garantir a todos profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino; META 18: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, respeitando seus direitos previstos legalmente, principalmente no que diz respeito ao piso salarial vigente; META 19: Assegurar, no prazo de cinco anos, a elaboração e implantação de planos de carreira, cargos e remuneração para os profissionais do magistério da Educação Básica e Educação Superior pública de todos os sistemas de ensino, tomando como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos inciso VIII do art. 206 Constituição Federal. (Maranhão, 2014).

São fundamentais, pois reconhecem que a qualidade do ensino está diretamente ligada à formação, ao desenvolvimento profissional contínuo e às condições de trabalho dos professores.

Garantindo a valorização do magistério não apenas melhora a qualidade do ensino, mas também motiva os educadores a se dedicarem mais, contribuindo para a redução da evasão escolar e o aumento do rendimento dos estudantes. Portanto, as metas do PEE/MA formam um ciclo virtuoso, onde a promoção da educação, o aumento das matrículas e a valorização dos profissionais se interligam para fortalecer o ensino médio no Maranhão e promover o desenvolvimento educacional do estado.

Disposta no Art. 3º onde “A avaliação do PEE/MA será feita de dois em dois anos pelo Poder Executivo, em articulação com outros entes federados e com a sociedade civil” (Maranhão, 2014)., garantindo que o progresso do plano seja monitorado e ajustado conforme necessário. Entretanto, esta avaliação ocorreu apenas em 2017 com um ano de atraso, o Estado do Maranhão disponibilizou o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação

2014- 2017, contendo as vinte e duas metas e seus objetivos. O relatório apresentou a situação atual do Estado em 2017 e as principais conclusões sobre o que havia sido alcançado, “com a observância dos desafios a serem superados e os esforços empreendidos para o atingimento da meta” (Maranhão ,2014).

Tendo em vista as discussões para atualizar a LDB em 2017, o governo do Maranhão garantiu que as diretrizes estabelecidas pelo PEE/MA fossem consideradas na formulação da Resolução 277/2021 do CEE/MA.

A Resolução Nº 277/2021 do CEE/MA surge como um marco normativo fundamental para a implementação do NEM no estado. Alinhada à Lei Federal nº 13.415/2017, a resolução estabelece diretrizes que visam à adaptação das instituições de ensino ao novo modelo curricular, destacando a importância da formação integral dos estudantes e a flexibilidade na organização do currículo.

Essa Resolução desempenha um papel crucial ao estabelecer as normativas para a adaptação e consolidação do NEM no estado, assegurando que as metas e estratégias traçadas no PEE/MA sejam integradas ao processo de reforma educacional.

Elaborado com base em um amplo conjunto de legislações e diretrizes, que inclui antigos marcos legais como atualizações recentes que refletem as mudanças significativas trazidas pelas reformas educacionais no Brasil. Dentre essas normas, destacam-se a Lei nº 9.394/96 – LDB, que sofreu atualizações importantes com a Lei nº 13.415/2017, e mais recentemente com a Lei nº 14.945/2024. No Art. 1º, a Resolução visa "estabelecer normas complementares para implementação do Ensino Médio, nos termos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão" (Maranhão, 2021a). Entretanto, essas alterações presentes na Resolução nº 277/2021 correspondem às mudanças na LDB pela Lei nº 13.415/2017, buscando aplicar e contextualizar essas diretrizes de forma a atender às necessidades e peculiaridades do sistema educacional maranhense, ao mesmo tempo em que assegura a qualidade da educação e o cumprimento dos direitos de aprendizagem previstos na BNCC.

## **6. 1 Reorganização do Currículo no Maranhão: Análise da Resolução 277/2021**

A Resolução 277/2021 do CEE/MA é um documento de referência fundamental para a implementação e adaptação do NEM no estado. Sua elaboração se baseou

em um conjunto de leis e resoluções que visam estabelecer diretrizes claras e objetivas para a educação básica. Entre os marcos legais considerados estão a Lei nº 9.394/96 – LDB da Educação Nacional, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, a Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018, a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, e a Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014. Cada um desses instrumentos legais contribuiu para moldar as políticas educacionais que a Resolução 277/2021 busca implementar, oferecendo uma análise detalhada dos desafios e oportunidades que surgem no contexto maranhense, buscando proporcionar aos estudantes uma formação que vá além do conteúdo acadêmico tradicional.

Seguindo as diretrizes da LDB, a Resolução 277/2021, traz como objetivo geral para o ensino médio, o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, promovendo o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes e do pensamento crítico. Estruturando o currículo do Ensino Médio por meio da formação geral básica e itinerários formativos, adaptando-se ao contexto local e aos interesses dos estudantes. Nesse contexto, a Resolução destaca como ela deve ser organizada,

[...] estruturado em tempos e espaços próprios, deve considerar a formação integral do estudante, em seus aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, devendo assegurar:

I - os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades, nos termos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

II – a contextualização e a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas do conhecimento, propiciando a interlocução dos saberes para a solução de problemas complexos;

III – a opção para as disciplinas eletivas, de cunho regional ou local;

IV – a construção do projeto de vida;

V– as vivências práticas, vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho;

VI – o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho. (Maranhão, 2021a).

Em seu Artigo 5º, estabeleceu a carga horária mínima para o Ensino Médio, para três mil horas a partir de 2022 para os três anos desta etapa, sendo mil horas anuais, com a possibilidade de ampliação da carga horária para mil quatrocentas horas anuais. Esta carga horária está distribuída de forma a contemplar a Lei nº

13.415/2017, sendo mil e oitocentas horas para a formação geral básica e mil e duzentas horas para os itinerários formativos. O ensino médio noturno, a Lei propôs em seu parágrafo 3º,

[...] pela especificidade de seus estudantes, pode ampliar a duração do curso para mais de 3 (três) anos, com redução na carga horária diária e anual, garantindo o total mínimo de 3000 (três mil) horas, enfatizando a importância da distribuição equilibrada entre os componentes curriculares. (Maranhão, 2021a).

A formação geral básica no Ensino Médio é estruturada a partir das competências e habilidades estabelecidas na BNCC, com um limite máximo de 1.800 horas, organizadas em quatro áreas de conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e ciências humanas e sociais aplicadas, conforme o Art. 7º da Resolução nº 277/2021 seguindo as determinações das mudanças do NEM. segundo consta nos parágrafos a seguir:

§ 1º As instituições ou redes de ensino têm autonomia para organizar a distribuição da carga horária da formação geral básica ao longo do Ensino Médio. § 2º As instituições de ensino que optarem por organizar as áreas de conhecimento a partir de componentes curriculares devem observar os princípios integradores em cada um deles. § 3º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades deve constar na proposta pedagógica das instituições de ensino, observando que o currículo deve ser organizado de forma que os componentes de uma mesma área sejam trabalhados de forma integrada. § 4º O ensino de língua portuguesa e de matemática é obrigatório em todos os anos do Ensino Médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. § 5º A oferta de estudos de língua inglesa é obrigatória nos currículos do Ensino Médio, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários das instituições de ensino. § 6º No caso de oferta de outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, esta deve compor o itinerário formativo, sendo sua carga horária acrescida à carga horária mínima obrigatória. (Maranhão, 2021a).

A obrigatoriedade da EF, reforçada no Artigo 8º, garante que todos os estudantes tenham acesso a uma formação física adequada, fundamental para o desenvolvimento integral proposto pelo NEM.

Mediante a EJA no Ensino Médio a Lei nº13.415/2017 reconheceu as particularidades presentes nesta modalidade, tendo a necessidade de adaptação às realidades específicas desses estudantes. Sendo assim o § 4º

[...] deve ser ofertado, preferencialmente, integrado com a formação técnica e profissional, podendo ter ampliado seus tempos de organização curricular com menor carga horária diária e anual, garantindo a carga horária mínima de 1200 (um mil e duzentas) horas, distribuídas em até 960 (novecentas e sessenta) horas destinadas para a formação geral básica e 240 (duzentos e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido. (Maranhão, 2021a).

O EJA pode ser ofertado de forma online, sendo “possível oferecer até 80% (oitenta por cento) da carga horária à distância, mediante condições tecnológicas e pedagógicas”. (Maranhão, 2021a).

Deste modo, o Artigo 8º propõe para o ensino médio a inclusão obrigatória no currículo das instituições escolares os estudos e práticas, que são,

[...] tratados de forma contextualizada e interdisciplinar, de língua portuguesa, matemática, língua inglesa, educação física, arte, sociologia e filosofia, conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, história do Brasil e do mundo, história e cultura afro-brasileira e indígena. (Maranhão, 2021a).

Segundo os § 1º e § 2º, os currículos devem incluir temas contemporâneos e transversais, integrando-os de forma contextualizada nas áreas de conhecimento. Além disso, na Educação Escolar Indígena, Quilombola e de outras comunidades tradicionais, é importante considerar os saberes específicos e relevantes para essas realidades.

O currículo do Ensino Médio, conforme estabelecido pela Resolução 277/2021, organiza-se em torno de duas partes fundamentais: a formação geral básica e os itinerários formativos. Segundo consta no Artigo 9º, A formação geral básica “ [...] deve identificar, de maneira clara, as principais competências e os conteúdos de cada área de conhecimento.” (Maranhão, 2021a). As instituições escolares devem ofertar tanto a formação geral básica quanto os itinerários Formativos.

O NEM, conforme previsto no Artigo 11º da Resolução Nº 277/2021, permite uma maior flexibilidade curricular, incluindo atividades diversas que possam ser contabilizadas na carga horária dos estudantes como:

[...] aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e outras atividades de caráter pedagógico orientadas pelos professores. (Maranhão, 2021a).

A carga horária dessas atividades é definida pelas instituições escolares que devem seguir as normas estabelecidas pela Resolução apresentada no Artigo 3º. Essas atividades podem ser realizadas de forma presencial ou a distância em parcerias com outras instituições credenciadas pelo CEE/MA.

A Resolução em seu § 3º do Artigo 11º determina que o ensino a distância,

[...] podem atingir até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo se estender até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno contemplando tanto a formação geral básica como, preferencialmente, os itinerários formativos, desde que a instituição ofereça suporte tecnológico - digital ou não – e pedagógico adequado, sob a coordenação de professor da instituição de ensino onde o estudante se encontra matriculado, além de obedecer norma específica deste Conselho para a referida modalidade de ensino. (Maranhãoa, 2021a).

A implementação do EaD no Ensino Médio na modalidade noturna deve ser acompanhada por um suporte tecnológico e pedagógico obrigatório por parte das instituições de ensino. Permitir que as escolas decidam se oferecem ou não esse suporte não é adequado, já que o sucesso dessa modalidade depende diretamente de recursos e orientação adequada. Tornar o suporte obrigatório garantiria que todos os estudantes tivessem as mesmas condições de aprendizagem, evitando desigualdades e garantindo a qualidade do ensino a distância.

A organização dos itinerários Formativos Apresentados no Artigo 13º da Resolução 277/2021, segue as determinações apresentadas na Lei N° 13.415/2017. Organizados seguindo as áreas de conhecimento e da formação técnica, destinadas a aprofundar e ampliar as aprendizagens,. Segundo o "§ 1º Cada área de conhecimento que compreende os Incisos de I a IV é responsável pela formação de um conjunto de competências e habilidades capaz de articular os saberes nelas desenvolvidos e a contextualização com a realidade". (Maranhãoa, 2021a).

Conforme os artigos 15 e 16, os itinerários formativos podem ser organizados de maneira integrada, combinando diferentes áreas de conhecimento e formação técnica, e distribuídos ao longo dos três anos do Ensino Médio, o que permite aos estudantes cursar múltiplos itinerários de forma simultânea ou em sequência.

Art. 15 As instituições de ensino, de acordo com suas possibilidades, podem organizar itinerários formativos integrados, que correspondem à combinação de mais de uma área de conhecimento ou entre uma

área de conhecimento e uma formação técnica e profissional, por meio de arranjos curriculares, levando em consideração a vocação regional e local, o interesse dos estudantes e as possibilidades das instituições de ensino.

Parágrafo único. As instituições e redes de ensino devem explicitar em seu Regimento e Propostas Pedagógicas as formas de integração dos itinerários formativos a serem adotadas, sem prejuízo das competências previstas para o Ensino Médio.

Art. 16 A carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos pode ser distribuída em parte ou em todos os anos do Ensino Médio, permitindo ao estudante cursar mais de um itinerário formativo de modo concomitante ou sequencial. (Maranhão, 2021a).

Essa flexibilidade é reforçada pelo artigo 17, que define os eixos estruturantes dos itinerários como investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural, e empreendedorismo, refletindo as competências essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 17 Os itinerários formativos devem ser organizados em um ou mais eixos estruturantes, a saber: I- investigação científica; II- processos criativos; III- mediação e intervenção sociocultural; IV- empreendedorismo. § 1º Os eixos estruturantes que têm por objetivo integrar e integralizar os diferentes arranjos de itinerários formativos, conectam experiências educativas com a realidade contemporânea e desenvolvem habilidades relevantes para a formação integral, oportunizando aos estudantes vivenciar experiências que promovam a formação pessoal, profissional e cidadã. § 2º A investigação científica é um procedimento lógico das ciências que tem a intenção de ampliar os horizontes do estudante para a interpretação de ideias que explicam os eventos do mundo, acrescentando informações para o enfrentamento do cotidiano e propondo intervenções para o desenvolvimento regional e local e melhoria da qualidade de vida da comunidade. § 3º Os processos criativos objetivam ampliar a capacidade do estudante para, a partir dos conhecimentos científicos, idealizar e executar projetos associados às áreas de conhecimento que respondam aos problemas demandados pela sociedade. § 4º A mediação e intervenção sociocultural propõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas em que o estudante atue como sujeito ativo do processo de mudança e de construção de uma sociedade mais ética, justa, democrática, inclusiva, solidária e sustentável. § 5º O empreendedorismo indica a mobilização do conjunto de conhecimentos, habilidades e competências de áreas diferentes para empreender seu projeto de vida articulados com os projetos pessoais e produtivos. (Maranhão, 2021a).

Ademais, os artigos 18 e 19 destacam a importância de considerar o contexto local, as demandas do mercado de trabalho e os interesses dos estudantes na definição dos itinerários, assegurando que a rede pública de ensino ofereça, em cada município, mais de uma opção, ampliando as possibilidades de escolha dos alunos.

Art. 18 Para a definição dos itinerários formativos e seus respectivos arranjos curriculares, deve-se observar as demandas e necessidades do mundo atual, do contexto regional e local, dos interesses dos estudantes, sua inserção nas comunidades e as condições estruturais e de recursos das instituições e rede de ensino, podendo envolver os quatro eixos estruturantes. Art. 19 Na oferta do Ensino Médio, a rede pública de ensino deve garantir, por município, mais de um itinerário formativo, em diferentes arranjos curriculares e áreas para a escolha dos estudantes, assegurando a heterogeneidade e pluralidade de condições, interesses e aspirações. (Maranhão, 2021a).

A orientação contínua, mencionada nos artigo 20, é crucial para guiar os estudantes na escolha dos itinerários mais adequados ao seu projeto de vida,

Art. 20 As instituições de ensino devem orientar os estudantes, previamente, na opção de escolha dos itinerários formativos que serão ofertados, incluindo as aprendizagens a serem desenvolvidas em cada um deles. (Maranhão, 2021a).

O artigo 21, garante a parceria com outras instituições para cumprimento dos itinerários formativos mediante:

I- as propostas pedagógicas e os planos curriculares das escolas explicitem as aprendizagens que serão desenvolvidas pelos estudantes; II- as parcerias sejam firmadas mediante assinatura de termo de cooperação, contrato ou convênio, dispondo sobre as responsabilidades de cada uma das instituições; III- as instituições e os cursos estejam com seus atos regulatórios devidamente válidos. (Maranhão, 2021a).

Enquanto os artigos 22 e 27 permitem a mudança de itinerário durante o curso, garantindo a continuidade e o alinhamento formativo.

Art. 22 Ao longo do curso, o estudante pode mudar o itinerário formativo anteriormente escolhido, na mesma instituição ou entre instituições de ensino, desde que sejam observadas: I - as condições de oferta; II - a garantia de continuidade do percurso formativo do estudante.

Art. 27 Em caso de transferência do estudante ou mudança de itinerário formativo ao longo do Ensino Médio, as instituições devem realizar a análise do histórico escolar, computando a carga horária cumprida com êxito pelo estudante em seu percurso formativo anterior, devendo, se necessário, ofertar atividades e estudos complementares: I- para recuperação paralela das competências e habilidades constantes na BNCC; II- para o alinhamento ao itinerário que o estudante irá cursar, sem que haja prejuízo para o tempo de conclusão da referida etapa de ensino.

Parágrafo único. No itinerário de formação técnica e profissional, deve ser cumprida integralmente a carga horária referente à habilitação pretendida, podendo, neste caso, ser estendida a conclusão do Ensino Médio. (Maranhão, 2021a).

O artigo 24, reforça a necessidade de incluir aprofundamento nas áreas do conhecimento ou na formação técnica e profissional, por Eletivas e por Projeto de Vida, determinando que:

§ 1º O Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento ou na Formação Técnica e Profissional, escolhido pelo estudante, se dá no conjunto das habilidades básicas requeridas na área de conhecimento ou pelo mundo do trabalho. § 2º As Eletivas são unidades curriculares que visam possibilitar a ampliação e experimentação de diferentes temas, vivências e aprendizagens, de maneira a diversificar e enriquecer o itinerário formativo do estudante. § 3º O Projeto de Vida deve ser desenvolvido ao longo do curso, com o objetivo de orientar o estudante, em seu processo educativo, a desenvolver a capacidade de dar sentido a sua existência, tomar decisões e planejar o futuro com autonomia e responsabilidade, ofertado, preferencialmente, como componente curricular. (Maranhão, 2021a).

Permite a ampliação da carga horária dos itinerários formativos para atender ao projeto de vida do estudante, segundo consta no artigo 25 “A carga horária dos itinerários formativos pode ser ampliada para desenvolver competências eletivas complementares atendendo ao projeto de vida do estudante.” (Maranhão, 2021a). A oferta de Eletivas deve considerar o número de turmas e os interesses dos estudantes, presente no artigo 26.

Embora a Resolução Nº 277/2021 do CEE/MA seja um documento normativo fundamental para a implementação do NEM no estado, é notável a ausência de menção explícita ao PEE/MA em vigência até o final do ano de 2024. O PEE/MA é um documento estratégico que define as diretrizes e metas educacionais para o estado, alinhado ao PNE, e sua ausência na Resolução pode causar questionamentos sobre a integração das políticas educacionais estaduais. A falta de referência ao PEE/MA na Resolução pode indicar uma desconexão ou, no mínimo, uma oportunidade perdida de reforçar o alinhamento entre as diretrizes estaduais e as novas exigências curriculares. Essa omissão pode levantar discussões sobre a necessidade de um diálogo mais coeso entre os diversos instrumentos normativos que orientam a educação no Maranhão.

A Resolução Nº 277/2021 do CEE/MA não especifica diretamente quais serão os professores responsáveis por ministrar os itinerários formativos, as eletivas e os projetos de vida no NEM. A resolução foca mais na organização dos itinerários e nas diretrizes gerais para sua implementação, mas não detalha explicitamente a atribuição dos docentes para essas áreas. Na ausência de uma determinação explícita sobre quem deve ser responsável por ministrar esses componentes a responsabilidade fica a cargo das próprias instituições de ensino.

Torna-se possível que as instituições escolares direcionam o professor de EF para ficar responsável por alguns dos componentes dos itinerários formativos, eletivas, ou projetos de vida, especialmente considerando a redução da carga horária tradicional da disciplina de EF no novo currículo do Ensino Médio. Aproveitando a competência em áreas como saúde, bem-estar, esporte, e atividades físicas que podem ser relevantes para determinados itinerários formativos ou projetos de vida dos alunos, dando oportunidade de diversificar sua atuação e se envolver em outras áreas do desenvolvimento integral dos estudantes. Com a diminuição da carga horária anual da disciplina a um impacto no ensino das competências e habilidades propostas pela BNCC, o desafio é garantir que essas habilidades sejam adequadamente trabalhadas, mesmo com menos tempo disponível.

Essa redução pode resultar em uma dificuldade maior para o professor cobrir todo o conteúdo previsto, o que pode comprometer a qualidade e a profundidade do ensino dos conteúdos da EF. Diminuindo a oportunidade dos estudantes a prática das atividades que são fundamentais para o desenvolvimento dessas habilidades. Com a carga horária reduzida, é essencial que a área de linguagens da EF seja integrada aos itinerários formativos, permitindo ao professor criar projetos interdisciplinares que estendam a disciplina para além das aulas tradicionais. Dessa forma, os projetos podem ser estruturados de maneira a gerar maior identificação e engajamento por parte dos estudantes, além de contribuir para a formação integral prevista pela BNCC.

## **6.2 Análise do Plano de Implementação da Reformulação Curricular do Ensino Médio**

O Plano de Implementação da Lei nº 13.415/2017 no Maranhão teve início em 2018, com a adesão ao Programa NEM e a seleção de 44 escolas, das quais 11 são de tempo integral, conforme a Portaria Nº 649/2018. O objetivo foi sustentar a implantação do NEM por meio do Plano de Acompanhamento da Proposta de Flexibilização Curricular (PAPFC), que realizou um diagnóstico inicial das condições das escolas piloto, mapeando dados de forma quantitativa e formação dos docentes, infraestrutura, e número de estudantes por turma e turno. Além disso, o Plano incluiu a análise das condições para a oferta de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) e técnicos, nas escolas de tempo integral, considerando arranjos produtivos locais. A implementação foi apoiada por formações para gestores e coordenadores, com base nas diretrizes da Reforma do Ensino Médio e na experiência das escolas de tempo integral. O cronograma de expansão, iniciado em 2022, prevê a total implementação até 2024.

Os dados referentes ao Ensino Médio no Maranhão de 2020 mostravam uma rede composta por 1.061 instituições escolares, com 90,4% dos estudantes matriculados na rede estadual. O Censo Escolar de 2021 revelou que o estado atendia 249.864 estudantes. Em 2023, o último censo realizado pelo IBGE indicou um aumento significativo, com 283.486 estudantes matriculados e um crescimento no número de instituições escolares de ensino médio para 1.082. Esses dados destacam a expansão e a crescente demanda pela educação no estado.

A implementação da Lei nº 13.415/2017 exigiu um diagnóstico detalhado das condições socioeconômicas e de infraestrutura, destacando a diversidade das juventudes maranhenses e seus Projetos de Vida. O PLIMA revela que, em 2020, o estado se destacou na oferta de educação integral, com 78 instituições de tempo integral beneficiando 25 mil estudantes. Esse total incluía 23 Unidades Plenas do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), concentradas principalmente em São Luís, e 55 Centros Educa Mais. Dados mais recentes indicam uma expansão significativa: em 2023, o Maranhão contava com 57 Centros Educa Mais, cerca de 46 IEMAs de Ensino Médio Técnico em Tempo Integral e 27 IEMAs vocacionais para cursos FIC. Além disso, o estado já havia implementado a carga horária mínima de 1.000 horas anuais nas escolas de tempo parcial, atendendo à exigência da Lei nº 13.415/2017, e evitando a necessidade de ajustes adicionais em contratações de professores e recursos. A rede estadual de ensino médio do Maranhão conta atualmente com 28.132 professores, dos quais 93,07%

possuem nível superior completo, sendo 86% com licenciatura plena e 7,7% com bacharelado, o que indica um quadro docente qualificado.

Visando a flexibilização curricular através dos Itinerários Formativos, com uma carga horária de 1.200 horas, a SEDUC-MA, envolvendo estudantes, professores e gestores, realizou processo de consulta com o objetivo de identificar interesses e necessidades para a construção dos Itinerários Formativos no NEM. Através de rodas de conversa e escutas realizadas entre 2019 e 2021, os diferentes grupos tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões sobre aspectos fundamentais, como a estrutura escolar, o uso de tecnologias, o projeto de vida e a escolha de disciplinas. Participaram da pesquisa cerca de 11.723 estudantes da rede pública e privada, sendo 4.482 estudantes do gênero masculino e 7.212 estudantes do gênero feminino.

Dentre as escutas realizadas, os estudantes avaliaram a estrutura escolar, atividades artísticas e relações interpessoais considerando fatores como alimentação, esportes, relação com a equipe escolar, professores, uso de tecnologias, aulas e materiais pedagógicos. Sendo assim sobre os objetivos da escola:

[...] 5.171 (44,1%) estudantes indicam que a escola deveria ter como foco a preparação para o ENEM; 3.970 (33,9%), ingresso no mercado de trabalho; para proporcionar aprendizagem, 3.172 estudantes (27,1%) opinam que a escola deve desenvolver aulas teóricas; para 2.920 (24,9%), a escola deve desenvolver projetos práticos e resolução de problemas. Outros 1.714 (14,6%), destacam a importância da interação escola e comunidade e 1.547 (13,2%) assinalaram a necessidade das aulas serem feitas com uso de tecnologias. (Maranhão, 2021b).

Os estudantes expressaram suas preferências sobre a escolha de disciplinas no ensino médio. 31,3% defendem a combinação de disciplinas obrigatórias com a escolha de temas livres dentro do horário escolar. Já 24,7% preferem escolher apenas as disciplinas de interesse, enquanto 21,5% sugerem a escolha de disciplinas livres fora do horário escolar. Por fim, 12,6% acreditam que o aprendizado deve ser integrado, sem divisão por disciplinas. Essa autonomia dos estudantes deve ser considerada na estruturação do NEM.

Para melhorar a aprendizagem com recursos tecnológicos, 30,2% dos estudantes sugeriram o uso de ferramentas de pesquisa on-line, 17,6% preferem jogos educativos digitais, 11,9% apontaram robótica e programação, e 10,7% destacaram a importância de livros digitais.

Sobre o auxílio para escolha de vocações, 25,7% dos estudantes preferem conversas em sala de aula, 21,4% optam por atendimentos individualizados, e 16,1% sugerem aulas semanais especiais como forma de suporte.

Em relação à oferta dos Itinerários Formativos, 44% dos estudantes acreditam que o ideal é escolher o itinerário no momento da matrícula na 1ª série do Ensino Médio. Outros 17,5% preferem fazer essa escolha no 2º semestre da 1ª série, enquanto 16,1% acham cedo demais para decidir. Para 13,7%, a escolha deveria ocorrer no 1º semestre da 2ª série, e 9,8% apontam o 2º semestre da 2ª série como o momento adequado.

Ao escolher o itinerário formativo, 27,1% dos estudantes indicam afinidade com a área de conhecimento como principal motivação. Outros 24,8% fazem a escolha com base na faculdade de sua preferência, 22,2% priorizam o conhecimento específico, e 21% consideram a preparação para o ENEM e vestibulares. Apenas 3% mencionam a indicação de um professor como fator decisivo.

Os professores foram contemplados na pesquisa, totalizando 2.650 participantes, dos quais 1.441 eram do gênero feminino e 1.202 do gênero masculino. A análise do nível de formação revelou que 746 possuíam apenas o ensino superior completo, 1.631 tinham especialização, e 228 eram mestres. A maioria dos docentes, 2.604, era formada em licenciatura, enquanto apenas 46 eram bachareis

Os professores também destacam o foco desejado para o Ensino Médio: 1.759 (66,4%) acreditam que ele deve preparar os estudantes para o exercício da cidadania, enquanto 1.360 (51,3%) veem a formação técnica e profissional como prioridade, e 1.331 (50,2%) consideram o foco na preparação para o ENEM e vestibulares. Quanto ao Projeto de Vida, 1.517 professores (57,2%) acreditam que ele deve ser um princípio educativo da formação integral, 659 (24,9%) preferem que seja um tema transversal, e 474 (17,9%) sugerem que seja um componente curricular. Sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), 1.239 professores (46,8%) indicaram ter um bom domínio, 1.015 (38,3%) um conhecimento razoável, 345 (13%) excelente domínio, e 51 (1,9%) afirmaram não possuir conhecimento das TICs.

A pesquisa realizada com gestores e supervisores contou com 688 participantes, sendo 446 (64,5%) do gênero feminino e 242 (35%) do gênero masculino, coletando dados por meio de formulário eletrônico. A análise das respostas indicou que 68% dos gestores (474) acreditam na viabilidade de aplicar a BNCC como um guia para as aprendizagens essenciais dos estudantes. Além disso,

67,4% (466) destacaram a importância de permitir que os alunos escolham quais áreas de conhecimento desejam aprofundar por meio dos itinerários formativos, e 41,5% (287) ressaltaram a relevância da formação técnica profissional como componente a ser oferecido nas escolas.

Esses dados refletem o entendimento dos gestores sobre a importância da flexibilização curricular e da personalização do ensino, considerando a BNCC e as demandas específicas dos estudantes. A oferta de itinerários formativos e de formação técnica-profissional nas escolas é vista como um fator-chave para preparar os alunos para o futuro, alinhado às mudanças propostas pela reforma do ensino médio.

Portanto, a análise do panorama do Maranhão no contexto da implementação e adaptação ao NEM, reflete o esforço de adaptação ao novo para o NEM, ao investigar as preferências e necessidades dos estudantes em relação à escolha de disciplinas, itinerários formativos e o uso de tecnologias educacionais. Esse diagnóstico, realizado pela SEDUC-MA, valoriza o protagonismo estudantil, um dos pilares da reforma, e fornece dados importantes sobre as expectativas dos estudantes quanto à flexibilidade curricular e suas demandas por uma educação mais personalizada, pontos essenciais para entender os desafios e avanços no processo de implementação no Estado do Maranhão.

A implementação das mudanças no currículo, começou em 2019 com a (re)elaboração e flexibilização do currículo escolar. Esse processo foi conduzido pela equipe técnica da Supervisão de Currículo Escolar e da Superintendência de Gestão do Ensino, com foco na implementação da BNCC, sendo responsáveis por desenvolver o DCTMA-Vol.II. A equipe técnica, responsável por planejar e executar essa reformulação, foi composta por 26 membros, incluindo coordenador de etapa, coordenadores de áreas de conhecimento, articuladores para os itinerários formativos, articuladores para itinerários integrados de educação técnica e profissional, e redatores.

A implementação da reforma do ensino médio no Maranhão envolveu uma série de ações coordenadas, incluindo reuniões formativas para assimilação dos documentos legais e a criação de um cronograma para a elaboração do Documento Curricular. Foram promovidos oito encontros formativos, focados no aprofundamento de conceitos sobre itinerários formativos, Projeto de Vida e Eletivas. Também foram realizadas oficinas em parceria com as instituições escolares que já praticavam a

flexibilização curricular, como os Institutos de Educação do Maranhão (IEMA) e Instituições escolares de tempo integral.

A partir dessas experiências, o NEM foi implantado em 28 instituições escolares de tempo parcial e 13 de tempo integral, com a inclusão das unidades curriculares de Eletivas e Projeto de Vida. O PLIMA destaca 22 principais ações que foram realizadas sendo esses:

[...] adesão da SEDUC junto ao MEC para a implantação do novo ensino médio; reuniões com o CEE-MA e o Fórum da Educação do MA; elaboração do PAPFC da SEDUC e definição das escolas pilotos; instituição do GT do do novo ensino médio -SEDUC-MA; realização do I Seminário Virtual com gestores regionais, gestores escolares e coordenadores e professores de todas as escolas da rede estadual de ensino para apresentação do do novo ensino médio e das ações iniciadas pela SEDUC-MA; reuniões formativas ao longo de 2019 em parceria com o ITAÚ BBA para compreensão dos Itinerários Formativos e orientação para o 5º Itinerário; formação continuada ofertada pelo ITAÚ BBA aos gestores, professores e coordenadores das escolas pilotos sobre o do novo ensino médio; ações de elaboração do Documento Curricular para o do novo ensino médio; formação junto aos gestores e coordenadores sobre Gestão e Rotinas Pedagógicas no Modelo ICE; novas formações junto aos gestores, coordenadores e professores para orientações sobre o desenvolvimento de Projetos de Vida (PV) e Eletivas, no modelo ICE; consulta sobre os interesses dos estudantes e professores quanto ao do novo ensino médio; diagnóstico do potencial econômico do entorno das escolas (localidades próximas e de potencial no município); diagnóstico qualitativo das condições físicas efetivas das escolas para implantação do 5º Itinerário; diagnóstico do perfil formativo dos docentes para atender ao 5º Itinerário; início da elaboração do PLANO DE COMUNICAÇÃO para a divulgação da escrita do Documento Curricular do do novo ensino médio; realização de Rodas de Conversa com todas as redes de ensino: professores, gestores, coordenadores e estudantes; realização de Rodas de Conversa com representações de todas as instituições de ensino do Estado do Maranhão, sindicatos e movimentos sociais por meio do Fórum Estadual de Educação; realização de escutas por meio de Google Forms junto aos segmentos de professores, gestores e estudantes de todas as redes de ensino; realização da 1ª Consulta Pública; elaboração preliminar da 2ª Parte do Documento Curricular, onde foram apresentados os Itinerários Integrados, em parceria com o ICE; e entrega do Documento Curricular DCTMA à sociedade maranhense. (Maranhão, 2021b).

A partir das ações foi desenvolvido o PLIMA é estruturado em torno de quatro eixos principais: organização da oferta; ensino-aprendizagem; ensino-aprendizagem; comunicação e mobilização; normalização e articulação. Visando garantir a efetividade das mudanças e a integração da comunidade escolar.

O PLIMA sugeriu uma proposta curricular para o Ensino Médio a ser adotada pelas demais instituições escolares da rede pública. Estas propostas são apresentadas em quadros que determinar a distribuição da carga horaria entre formação geral básica e parte diversificada como podem serem vistos no anexo I.

Nos quadros apresentados, o componente curricular de EF para os três anos do ensino médio na Formação Geral Básica possui uma carga horária semanal de 1 hora, totalizando 40 horas anuais e 120 horas ao longo dos três anos, aplicando-se a quase todos modelos de ensino (tempo parcial, integral, campo, indígena, quilombola e IEMA). Sendo que no IEMA a EF tem a menor oferta de carga horaria entre as disciplinas. No entanto, a EF não aparece entre os componentes curriculares no quadro destinado à modalidade de EJA. A soma da carga horária referente à Formação Geral Básica e à Parte Diversificada totaliza cerca de 1.200 horas, distribuídas ao longo dos três anos do ensino médio, somando um total de 3.600 horas. No modelo de ensino integral, a carga horária anual é de 1.800 horas, resultando em um total de 5.400 horas ao fim dos três anos de formação. A carga horária anual é compatível com a ampliação estabelecida pela atualização da LDB pela Lei nº 13.415/2017, que introduziu o NEM, e pela recente mudança promovida pela Lei nº 14.945/2024. Essas leis reforçam a necessidade de aumentar a carga horária para melhorar a formação integral dos estudantes e possibilitar uma maior flexibilidade e aprofundamento nos itinerários formativos.

Visando substituir o enfoque tradicional por uma abordagem mais democrática e inclusiva, que valorize a identidade cultural e as habilidades emocionais dos estudantes. Nas instituições escolares de Tempo Parcial, serão introduzidas novas unidades curriculares na 1ª série, como Eletivas de Base, Pré-Itinerário Formativo, Projeto de Vida e Tutoria, totalizando 400 horas. Nas 2ª e 3ª séries, além dessas, haverá Aprofundamentos de Itinerários Formativos, Projetos de Corresponsabilidade Social e o Pós-Médio, somando 800 horas. Nas instituições escolares de Tempo Integral, a 1ª série conta com 600 horas dedicadas a Eletivas de Base, Pré-Itinerário Formativo, Projeto de Vida, Tutoria, Estudos Orientados e Avaliação Semanal. Já na 2ª e 3ª séries, além desses componentes, são incluídos Aprofundamentos de Itinerário Formativo, Projetos de Corresponsabilidade Social, Pós-Médio, Práticas Experimentais e Projetos Empreendedores, totalizando 2100 horas.

Nas escolas de tempo parcial e integral, os estudantes devem cursar no mínimo duas eletivas semestrais, com a escola de tempo integral podendo oferecer

mais conforme seu currículo. As Eletivas de Base serão definidas conforme os objetos da BNCC, alinhadas às necessidades dos alunos e seus Projetos de Vida. As modalidades de ensino, para a educação do campo, indígena e quilombola, apresentam unidades curriculares específicas na parte diversificada para atender às particularidades dos estudantes, como: “História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e Agroecologia e Corresponsabilidade Social e Movimento dos Trabalhadores das Áreas de Assentamento de Reforma Agrária”.(Maranhão, 2021b, p.33).

Os Itinerários Formativos devem ser definidos pela escola com base nas expectativas dos alunos, após uma pesquisa no final de cada ano letivo e na capacidade da instituição, sendo obrigatório oferecer ao menos dois itinerários, exceto em escolas de pequeno porte, que podem oferecer um, mas devem buscar parcerias com outras instituições, conforme a Resolução CEE/MA Nº 277/2021.

A proposta dos Itinerários Formativos Integrados na rede estadual organiza-se em arranjos curriculares que flexibilizam e integram as Áreas de Conhecimento, agrupando cursos com características comuns e desenvolvendo os Aprofundamentos de Itinerário Formativo em cada escola. Os estudantes podem cursar mais de um itinerário, conforme a Resolução nº 03/2018, embora seja recomendado focar em um, com a escolha sendo feita no segundo semestre da 1ª série do Ensino Médio, com base no Projeto de Vida. A rede estadual usa estratégias como rodas de conversa, vídeos e folders para orientar os estudantes e apresentar os itinerários.

No processo de organização dos Itinerários Formativos, as escolas devem considerar o Projeto Pedagógico e as demandas da comunidade escolar, levando em conta o porte da escola, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual Nº 31.358/2015 e a Resolução CNE/CEB nº 3/2018. As redes de ensino precisam garantir a oferta de mais de um itinerário formativo por município, respeitando as especificidades locais. No ensino noturno, é permitida a utilização de EaD para complementar a carga horária de acordo com a legislação. O EaD pode contemplar até 20% da carga horária total referente aos itinerários formativos, podendo expandir para 30% no ensino noturno dependendo do regulamento do sistema.

O texto aborda as ações que a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão utilizou para implementar as atualizações e adequar as Propostas Pedagógicas (PP) das escolas em decorrência da implementação do NEM, que incluem:

a institucionalização e fortalecimento de uma equipe intersetorial; a elaboração de um cronograma de trabalho com as unidades de ensino; a realização de reuniões técnicas com as unidades escolares para devidas orientações e sanamento de dúvidas; a elaboração de um roteiro para a reelaboração da PP em consonância com o NEM; a elaboração de estratégias para o envolvimento da comunidade escolar no processo de reelaboração da PP; o assessoramento e acompanhamento das adequações do Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares; a reelaboração da proposta pedagógica que deve conter o desenho dos arranjos curriculares a serem oferecidos pela unidade escolar, bem como as estratégias para a oferta de itinerários formativos; a apresentação à comunidade e às famílias da PP reelaborada; a promoção de momentos de formações, sessões de estudo e planejamento para fortalecer trocas de saberes e experiências; e a elaboração do PIIF nas unidades escolares, seguida de análise pela Secretaria. (Maranhão, 2021b).

Destaca-se a colaboração entre diferentes instituições, tanto públicas e privadas, como a Frente Curricular/CONSED e o ITAÚ/BBA, de forma a orientar e apoiar na compreensão da Lei nº 13.415/2017 e no desenvolvimento dos Itinerários Formativos. Propondo formas de monitoramento e avaliação dos Itinerários Formativos, através de indicadores de desempenho, que serão utilizados pelas secretarias e unidades de ensino para analisar dados e avaliar a qualidade e o impacto do processo formativo medindo a performance das secretarias e escolas, permitindo a correção de erros no processo formativo. Referente ao material didático utilizado pela rede estadual de educação Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) já adaptado ao NEM, com proposta da possibilidade de o estado elaborar seu próprio material didático.

Estabelece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCN-EM) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Profissional Tecnológico (DCN-EPT) será regulamentada pelo CEE/MA, contemplando as seguintes normas:

As normas do novo ensino médio incluem o processo de escolha do Itinerário Formativo pelos estudantes; a oferta de mais de um Itinerário por município; a possibilidade de transferência entre instituições ou mudança de itinerários; a oferta por meio de parcerias, com credenciamento de instituições de ensino; autorização para cursos experimentais que não constam no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; contabilização e certificação de atividades complementares no histórico escolar; ampliação dos ambientes de aprendizagem para incluir espaços profissionais; realização de atividades pedagógicas a distância, respeitando as cargas horárias previstas; aproveitamento

de estudos em processos de transferência; reconhecimento e certificação de saberes adquiridos na escolarização e na vida; organização de propostas de progressão baseadas na BNCC; e o reconhecimento de profissionais com notório saber para atuarem como docentes no Itinerário de Formação Técnica e Profissional.(Maranhão, 2021b).

Salienta que as normas já existentes deverão adequar-se às novas diretrizes curriculares. Tendo em vista o papel fundamental do CEE/MA para planejamento, supervisão e execução dos currículos da Rede Pública Estadual, aliado ao NEM.

Deste modo, o PLIMA cita o PEE-MA ainda em vigência, propondo novas metas para melhoria da qualidade de ensino e formação docente, sendo um total de 13 metas, sendo essas:

1. Reformular o Documento Curricular Estadual para a oferta do Ensino Médio, com vistas ao fortalecimento das práticas pedagógicas curriculares em prol do desenvolvimento de currículos escolares que organizem de maneira flexibilizada e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte até 2022.
2. Ofertar formação para 100% dos professores da rede estadual de ensino quanto a implementação do Novo Currículo, ampliado e articulado com as áreas de conhecimento, considerando a experimentação e iniciação científica, incluindo a formação intercultural para os povos do campo, indígenas e quilombola, até 2024.
3. Fortalecer as parcerias com instituições acadêmicas, esportivas e culturais para gestão Inter setorial na oferta de um currículo ampliado até 2024.
4. Equipar e manter 100% das escolas de Ensino Médio com acervo bibliográfico, tecnologias e laboratórios que favoreçam a vivência de práticas curriculares até 2024.
5. Garantir padrão básico para 100% das escolas de Ensino Médio no que se refere a rede física, manutenção e suporte para o ensino até 2024.
6. Manter e ampliar programas e ações de Correção de Fluxo Escolar por meio do acompanhamento individualizado ao estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade, até 2024.
7. Expandir a oferta de EPT no Ensino Médio, junto às escolas que apresentarem condições de e vocação para a oferta da educação profissional, em consonância com a Nova Lei nº 13.415/2017, levando-se em consideração a vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, das pessoas com deficiência e dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar, até 2024.
8. Ofertar o Ensino Médio em 100% das escolas do campo com metodologias e estratégias adequadas à realidade das diferentes populações camponesas, conforme preconiza a legislação, ajustadas

ao Novo Documento Curricular para a rede o Estado do Maranhão, até 2024. 9. Expandir a oferta de educação profissional de nível médio na modalidade de educação à distância, disponível a 100% da rede estadual de ensino, utilizando-se a mediação tecnológica, com a finalidade de democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, até 2024. 10. Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, até 2024. 11. Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico, considerando o mundo do trabalho e a formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades, até 2024. 12. Elevar o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, por meio do acesso ao transporte escolar a 100% dos estudantes do ensino médio, em seus diferentes espaços, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio, até 2024. 13. Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais de acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, até 2024. (Maranhão, 2021b).

Desta forma, o PLIMA finaliza apresentando as diversas ações elaboradas para a efetivação do NEM, conforme detalhado no cronograma a seguir: a primeira ação é a finalização do Documento de Consulta Pública para a Parte III - Itinerários Formativos, com previsão de execução entre janeiro de 2020 e novembro de 2021. Em seguida, estão programados nove eventos formativos sobre o NEM, que ocorrerão de novembro a dezembro de 2021, visando apresentar a Proposta Curricular para a rede estadual de ensino. A elaboração da proposta curricular será finalizada entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, seguida pela solenidade de entrega do Documento Oficial, prevista para janeiro de 2022. Além disso, será executado um Plano de Comunicação do NEM, com divulgação programada de agosto de 2021 a julho de 2022, e a adequação das plataformas da SEDUC-MA para promover o acompanhamento da implementação do NEM, com prazo de janeiro de 2020 a agosto de 2022. Por fim, a formação continuada dos profissionais da educação será realizada de janeiro de 2019 a novembro de 2024, garantindo a apropriação de todas as alterações feitas ao currículo escolar.

## **7. ANÁLISE DO DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE**

Neste capítulo, será realizada uma análise detalhada do DCTMA vol.II, com foco em seus objetivos, diretrizes pedagógicas e adaptações às realidades locais e nacionais. O documento, resultado de um processo colaborativo entre a Secretaria de Educação, professores e especialistas, almeja estruturar um currículo que atenda tanto às demandas do NEM, instituído pela Lei nº 13.415/2017, quanto às especificidades socioeconômicas e culturais do Maranhão.

A primeira versão do DCTMA está voltada para o ensino infantil e fundamental a qual serve como base para as instituições escolares públicas e privadas que fornecem essa modalidade de ensino a reelaborarem ou elaborarem seus Projetos Político-Pedagógicos e auxiliar os docentes na elaboração dos planos de aulas.

A análise será dividida em seções que abordarão temas centrais do DCTMA, como as reflexões iniciais sobre: Textos introdutórios; A organização curricular do ensino médio para o Estado do Maranhão; Um olhar mais profundo sobre as áreas de conhecimentos: seus componentes, competências e habilidades; A flexibilização curricular e os itinerários formativos; Formação docente para a implementação do novo currículo. Cada capítulo visa discutir as bases teóricas e metodológicas do documento, suas implicações no ensino médio maranhense e os desafios para sua implementação.

### **7.1 Textos Introdutórios e Reflexões Iniciais**

O DCTMA é fruto de uma ação colaborativa entre a Secretaria de Educação, professores e especialistas, com o objetivo de alinhar as práticas pedagógicas às diretrizes nacionais e estaduais. Baseado na Lei nº 13.415/2017 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2018, o documento serve como guia para as escolas no desenvolvimento curricular, abordando desde os desafios educacionais no Maranhão até os princípios pedagógicos que fundamentam o ensino médio. Deste modo, a estrutura do documento se dá

[...] a partir de uma importante reflexão sobre o ensino médio oferecido no Estado do Maranhão, desde os seus desafios aos princípios educacionais que orientam o projeto escolar e as práticas pedagógicas. Na sequência, trazemos um aprofundamento sobre as áreas de conhecimento para, então, introduzir o tema flexibilização

curricular – enfaticamente presente no novo ensino médio e toda a sua estruturação. (Maranhão, 2022).

O DCTMA inicia apresentando reflexões acerca da construção coletiva de um currículo escolar para o ensino médio no Maranhão, destacando a importância de reconhecer e valorizar a diversidade sociocultural e a "maranhensidade" como eixo central. Aborda-se a necessidade de um currículo que considere tanto as especificidades locais quanto às exigências globais, visando uma formação integral dos estudantes.

Traz em seu texto uma contextualização histórica referente a LDB abordada pela Lei nº 9.394, de 1996, como marco legal sobre o ensino médio no Brasil, mencionando as mudanças trazidas pela Lei nº 13.415/2017, que estabelecem novas diretrizes a etapa final da educação básica, menciona as metas do PNE como a redução da evasão escolar e o aumento da escolarização, indicando uma análise crítica da situação educacional no país. Apresentando dados educacionais, com destaque para os desafios enfrentados no Maranhão, especialmente em relação à desigualdade educacional e ao analfabetismo, e a importância de políticas públicas para superá-los.

O documento aborda a diversidade juvenil no ensino médio do Maranhão, destacando que a juventude é uma condição sócio-histórica-cultural complexa. Ele reconhece as especificidades dos estudantes, como quilombolas, indígenas e camponeses, e enfatiza a necessidade de um currículo que considere as realidades locais e múltiplas culturas juvenis para promover uma educação inclusiva e representativa. Destacando a evolução do termo juventude e sua visibilidade em agendas internacionais e nacionais. Sendo assim, devemos tratar a “[...] juventude como diversidade geográfica, hábitos e gostos diferentes que precisam ser respeitados, além dos potenciais que os jovens têm”. (Maranhão, 2022). Traz a possibilidade do jovem ser o fator ativo do seu processo formativo, respeitando a sua capacidade onde, “a escola precisa construir um currículo que esteja conectado com a realidade desse jovem, e o ensino médio tem como objetivo encorajá-lo e despertá-lo.” (Maranhão, 2022).

Em seus textos introdutórios discute a transição do ensino fundamental para o ensino médio, com ênfase nas diretrizes estabelecidas pela BBNCC, baseada na LDB de 1996 e no PNE de 2014 e seu alinhamento com o DCTMA. Destaca

A transição entre etapas da educação básica e, de forma mais específica, do ensino fundamental para o ensino médio, exige cuidados que permitam a integração e continuidade dos processos de aprendizagem, respeitando a infância em desenvolvimento. Essa mudança é vista por educadores e especialistas como a mais marcante e profunda das três transições pelas quais um estudante passa ao longo de sua vida escolar, tendo em vista a fase da adolescência, os conflitos pessoais e sociais que possam existir e, ainda, a questão da afirmação da sexualidade, caso está se configure como uma guerra de emoções. (Maranhão, 2022).

Apresenta diferentes concepções curriculares e a proposição teórico-metodológica adotada no ensino do Maranhão, com destaque para a pedagogia histórico-crítica como base do DCTMA. Descreve como a metodologia de ensino deve guiar o processo pedagógico, sendo orientadora e prescritiva para garantir que o professor transmita os conteúdos de forma eficaz e significativa para os alunos. O DCTMA cita Gaspari (2005) adotando propostas metodológicas que auxilia o professor no direcionamento do ensino, organizada em cinco passos pedagógicos:

Passo 1: Prática Social Inicial – refere-se ao nível de desenvolvimento atual do educando e se expressa pela prática social inicial dos conteúdos. Tem seu ponto de partida no conhecimento prévio do professor e dos educandos. Passo 2: Problematização – consiste na explicação dos principais problemas postos pela prática social relacionados ao conteúdo que será tratado. Este passo desenvolve-se na realização de uma breve discussão sobre esses problemas em sua relação com o conteúdo científico do programa, buscando as razões pelas quais o conteúdo escolar deve ou precisa ser aprendido; em seguida, transforma-se esse conhecimento em questões, em perguntas problematizadoras, levando em conta as dimensões científica, conceitual, cultural, histórica, social, política, ética, econômica, religiosa etc., conforme os aspectos sob os quais se deseja abordar o tema, considerando-o sob múltiplos olhares. Passo 3: Instrumentalização – expressa-se no trabalho do professor e dos educandos para a aprendizagem. Para isso, o professor apresenta aos estudantes, por meio de ações docentes adequadas, o conhecimento científico, formal, abstrato, conforme as dimensões escolhidas na fase anterior; e os educandos, por sua vez, por meio de ações, estabelecem uma comparação mental com a vivência cotidiana que possuem desse mesmo conhecimento, a fim de se apropriar do novo conteúdo. 4º passo: Catarse – é a expressão elaborada de uma nova forma para entender a teoria e a prática social, que se realiza por meio da nova síntese mental a que o educando chegou; manifesta-se por meio da nova postura mental, unindo o cotidiano ao científico, em uma nova totalidade concreta no pensamento. Neste momento, o educando faz um resumo de tudo o que aprendeu, segundo as dimensões do conteúdo estudadas. É a elaboração mental do novo conceito do conteúdo, podendo essa síntese se expressar por meio de uma avaliação oral ou escrita, formal ou informal, em que o educando traduz tudo o que aprendeu até

aquele momento, levando em consideração as dimensões sob as quais o conteúdo foi tratado. 5º Passo: Prática Social Final – novo nível de desenvolvimento atual do educando, que consiste em assumir uma nova proposta de ação, a partir do que foi aprendido, que se manifesta pela nova postura prática, novas atitudes, novas disposições, que se expressam nas intenções de como o estudante levará a prática fora da sala de aula, os novos conhecimentos científicos; pelo compromisso e pelas ações que o educando se dispõe a executar em seu cotidiano, pondo em efetivo exercício social o novo conteúdo científico adquirido. (Maranhão, 2022)

Deste modo, salienta que a proposta de um currículo escolar deve valorizar o diálogo entre cultura histórica, interesses dos estudantes e o ritmo de aprendizagem, visando um ensino atraente e inovador, com foco na interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos. Destaca-se a importância de planejamentos que promovam inclusão, diversidade e rejeitem discriminações como homofobia, racismo e machismo, além de metodologias diversificadas que incentivem a cooperação e o respeito à diversidade. O currículo deve refletir a diversidade social e cultural do Maranhão e garantir o direito de acesso e permanência a todos, com especial atenção à inclusão de pessoas com deficiência, conforme previsto na LDB da Educação e reforçado pela BNCC.

Estabelecendo os princípios educacionais que devem orientar o currículo escolar no Maranhão, baseados na Constituição Federal de 1988 e no Art. 3º da LDB. O documento enfatiza a importância de um currículo inclusivo que reflita a diversidade do povo maranhense e promova a participação de todos os grupos sociais, combatendo a segregação e acolhendo as diferenças étnicas, raciais, culturais, sociais, religiosas, físicas e mentais. O professor tem papel central no acompanhamento da aprendizagem e na garantia do sucesso escolar, deve “precisa ter claros os princípios pedagógicos como elementos orientadores e indispensáveis para o exercício docente.” (Brasil, 2022).

Aborda as práticas pedagógicas transversais e interdisciplinares que dialoga com as demais áreas de conhecimento. Considera algumas etapas desse trabalho educacional como: “[...] levantamento das práticas sociais dos estudantes; problematização da prática social mais comum dos estudantes; instrumentalização com os conteúdos temáticos e disciplinares; e proposição de uma síntese individual ou em grupo.” (Maranhão, 2022). Sendo assim,

Os componentes curriculares transversais e interdisciplinares devem ter uma carga horária a ser definida de acordo com a proposta curricular de cada unidade de ensino. Nesta proposta, apresentamos os seguintes formatos didáticos: Aula com o tema transversal; Projeto

didático por área ou mais de uma área do conhecimento; Eletiva transversal aos projetos de vida; Oficina da Comissão Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Com Vida. (Maranhão,2022).

A avaliação da aprendizagem deve ser entendida como um processo dinâmico e reflexivo que articula o pensar e o fazer, indo além do mero cumprimento de exames e memorização. A transformação das práticas avaliativas é essencial diante das rápidas mudanças sociais e tecnológicas, que exigem uma abordagem mais significativa e integrada ao cotidiano dos estudantes. Nesse sentido, a avaliação precisa ser diagnóstica e formativa, promovendo a autonomia e a responsabilidade dos alunos em relação ao seu aprendizado.

Para isso, é necessário diversificar os instrumentos avaliativos, priorizando aspectos qualitativos que considerem a prática social dos estudantes como ponto de partida para novas aprendizagens. Assim, a educação se torna um espaço de reflexão crítica e de construção de conhecimento, preparando os jovens não apenas para a vida escolar, mas para o exercício consciente da cidadania em uma sociedade em constante transformação.

O DCTMA buscou abordar de forma prévia em seus textos introdutórios às áreas de conhecimento conforme orientado pela BNCC. Ao dividir as áreas em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e Ciências da Natureza, a BNCC busca proporcionar uma formação integral que articule competências fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e político dos jovens. Referente a área de Linguagens e suas Tecnologias, a qual a EF está agregada, “visa aprimorar, consolidar e ampliar as aprendizagens vistas durante o ensino fundamental desses componentes curriculares.” (Maranhão, 2022). Enfatiza a autonomia, o protagonismo e a diversidade de linguagens, reflete um compromisso com uma formação integral do estudante, voltada para a realidade atual.

Destaca cinco campos de atuação social que a área atua, sendo esses: “o campo da vida pessoal; o campo das práticas de estudo e pesquisa; o campo jornalístico- -mediático; o campo de atuação na vida pública; e o campo artístico.” (Maranhão,2022). Sendo assim,

No ensino médio, nos diferentes componentes curriculares da área de Linguagens e suas Tecnologias, procura-se garantir aos estudantes aprofundar aprendizagens, consolidar autonomia, promover valores e desenvolver habilidades, buscando uma formação integral que amplie as práticas de linguagem e dos repertórios, a diversificação dos campos

nos quais atuem, a análise das manifestações artísticas, corporais e linguísticas e de como essas manifestações constituem a vida social em diferentes culturas pertencentes a variadas localidades do nosso território nacional. (Maranhão,2022).

Embora a BNCC proponha uma abordagem crítica e inclusiva, garantindo o uso criativo das mídias e a articulação entre diferentes manifestações culturais, o sucesso dessa implementação depende de condições materiais e de formação docente que muitas vezes são insuficientes, particularmente em escolas de regiões periféricas. Determina um conjunto de ações e práticas pedagógicas que devem ser implementadas na área de Linguagens e suas Tecnologias:

[...] a) proporcionar que os estudantes trabalhem com a semiose, ou seja, que explorem as possibilidades expressivas das diversas linguagens; b) possibilitar que os estudantes compreendam e reflitam sobre a emancipação; c) garantir a inclusão na aprendizagem; d) permitir meios para fomentar o protagonismo juvenil; d) relacionar os conhecimentos específicos de cada componente com os Temas Transversais; e) considerar como base, na prática de ensino, o tratamento metodológico da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. (Maranhão, 2022).

Assim, a área de Linguagens e suas Tecnologias deve transcender a mera reprodução de conteúdos, exigindo uma prática pedagógica inovadora, reconhecendo as desigualdades educacionais e sociais que permeiam o sistema de ensino brasileiro.

## **7.2 Diretrizes Curriculares e sua Aplicação: Uma análise sobre a organização curricular do ensino médio para o Estado do Maranhão**

O capítulo 2 do DCTMA de início, aborda a organização do ensino médio no estado, destacando sua inserção nas mudanças legais da educação, reguladas pela LDB e pela Constituição de 1988. Destaca a diversidade de modalidades de ensino que o Estado do Maranhão atende, incluindo “quilombolas, indígenas, EJA, educação especial e apenados” (Maranhão,2022). Além da ampliação das escolas de tempo integral, visando cumprir as metas do PNE e PEE. Para minimizar desafios enfrentados pelo ensino médio nas redes públicas de ensino, por meio da política educacional como a Escola Digna, o governo do Maranhão implementou uma série de melhorias que envolve a infraestrutura das escolas, a formação continuada e qualificação de professores.

O texto debate a importância de diagnósticos realizados na rede estadual, baseados em escutas pedagógicas com gestores, docentes e discentes, que nortearam o planejamento educacional do governo do Maranhão. Além disso, discute o papel do Sistema de Avaliação Estadual do Maranhão (SEAMA), que realiza avaliações anuais para identificar fragilidades e monitorar a aprendizagem.

A formação do estudante é vista sob uma perspectiva ampla, que visa desenvolver jovens autônomos, solidários e competentes, com habilidades cognitivas, emocionais e sociais, esta visão é apoiada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) desde 2015 adquirida com a política de educação integral. A implantação do NEM amplia essa abordagem formativa, enfatizando o protagonismo dos alunos e a flexibilização curricular, dando ênfase na definição de premissas e no desenvolvimento dos itinerários formativos.

Dentro da proposta referente a construção dos itinerários formativos por parte das instituições escolares, o DCTMA trata a construção do projeto de vida como parte mais importante do projeto escolar,

[...] com seus projetos de vida elaborados de acordo com as suas escolhas e decisões conscientes, refletem a efetividade de um currículo cujos processos asseguraram práticas pedagógicas orientadas pela excelência acadêmica, pela formação e consolidação de valores e pelo desenvolvimento de competências e habilidades sociais e emocionais. (Maranhão, 2022).

Tratando-se de uma mudança de perspectiva e realidade dos estudantes ao ingressarem no ensino médio, essa nova fase é marcada por profundas transformações intelectuais, emocionais e sociais.

Sendo assim, estabelece premissas para a preparação dos estudantes para o seu projeto de vida, a oferta de uma formação geral básica pela BNCC e o aprofundamento em áreas específicas por meio dos itinerários formativos, sempre preservando o interesse individual do estudante. Posto isto, na 1ª série, o foco é oferecer orientação estruturada para a escolha consciente dos itinerários formativos. Já na 2ª e 3ª séries, o currículo inclui componentes da BNCC e permite o aprofundamento em áreas de interesse dos estudantes, alinhados com seus projetos de vida. Avaliações devem ser feitas de forma contínua para identificar a satisfação dos estudantes com as suas escolhas, a orientação por parte do corpo docente tem

a necessidade de reflexão e ajustes em suas decisões, visando garantir que os esforços dos estudantes estejam alinhados com seus projetos de vida.

Abordando a estrutura dos itinerários formativos no NEM maranhense, destaca como eles combinam componentes da BNCC e da formação diversificada para garantir a continuidade da formação geral básica dos estudantes, permitindo o aprofundamento em áreas de interesse e preparando-os para prosseguir estudos ou ingressar no mercado de trabalho, alinhando suas escolhas e perspectivas futuras. Sendo cinco itinerários formativos, quatro propedêuticos e um técnico-profissional, organizados com base nos componentes curriculares da BNCC. Aborda os objetivos dos itinerários formativos no território maranhense, incluem:

Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às áreas de conhecimento e/ ou à formação técnica e profissional; Consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus projetos de vida; Promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; e Desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida. (Maranhão,2022).

O texto aborda a importância dos itinerários formativos integrados no NEM, destacando a EF como parte dessas trajetórias. Ele enfatiza a diversidade de carreiras, como medicina e psicologia, e a transição de uma abordagem curativa para uma preventiva na saúde, refletindo a preocupação com a qualidade de vida. Essa perspectiva pode limitar a compreensão da EF ao restringi-la principalmente ao seu papel na saúde, pode-se negligenciar outros aspectos importantes da EF, como o desenvolvimento de habilidades sociais, a inclusão, a expressão cultural, e a formação ética e cidadã.

A carga horária do ensino médio no Maranhão já era de 3.000 horas anuais para as instituições de ensino de tempo parcial e 4.500 horas para os Centros Educa Mais. Com base nas novas diretrizes trazidas pela Lei nº 13.415/2017, o território maranhense passa a adotar 1.800 horas dedicadas aos componentes curriculares da BNCC e 1.200 horas para a flexibilização curricular, conforme previsto na LDB. Para os Centros Educa Mais, a estrutura inclui também 1.800 horas para a BNCC e 2.700 horas para a flexibilização, distribuídas ao longo do mesmo período.

O texto aborda a formação geral no currículo maranhense, enfatizando a necessidade de reorganização e reestruturação das orientações curriculares na rede estadual, conforme a Resolução CNE/CEB nº 3/2018. Essa resolução define o currículo como uma proposta educativa que envolve a seleção de conhecimentos relevantes e pertinentes, articulando as vivências e saberes dos estudantes para desenvolver suas identidades e habilidades socioemocionais. O currículo deve adotar abordagens metodológicas que priorizem a contextualização, diversificação e transdisciplinaridade, integrando a educação escolar ao mundo do trabalho e reconhecendo saberes adquiridos em experiências pessoais e sociais. Essas diretrizes estão alinhadas com as mudanças introduzidas pela Lei nº 13.415, que reformou o ensino médio.

Em seu texto aborda a implementação do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA) e Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas (SIAEP) no Estado do Maranhão, destinados ao monitoramento e avaliação das atividades escolares e do desempenho acadêmico dos alunos. Esses sistemas visam registrar não apenas o desempenho acadêmico, mas também a frequência de docentes e discentes, com o objetivo de elevar a aprendizagem escolar.

Aborda as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, apresentando um total de nove conhecimentos e seus objetivos que devem ser trabalhados ao longo desta etapa final. Dando destaque as dez competências gerais para o ensino médio apresentadas na BNCC, enfatiza a responsabilidade das escolas e da rede de ensino em implementar estratégias pedagógicas que promovam essas competências, reconhecendo que as leis e diretrizes educacionais têm uma dimensão política que deve contribuir para um projeto de nação que forma cidadãos ativos e participativos.

### **7.3 Um olhar mais aprofundado em relação a área de linguagens e suas tecnologias segundo o DCTMA**

A princípio o texto debate a importância da comunicação como prática social essencial, destacando a relevância da linguagem como principal ferramenta para interações sociais. Elenca os elementos da comunicação por Roman Jakobson, como emissor, receptor, mensagem, canal, código e contexto. Sendo fundamentais para a troca de comunicação, aborda a necessidade de estudar essas competências dentro

da área de Linguagens e suas Tecnologias, conforme proposto pela BNCC. As áreas de conhecimento foram pensadas como estratégia para promover a transdisciplinaridade, integrando os conteúdos, possibilitando que os professores trabalhem de forma conjunta e contribuam no desenvolvimento de habilidades dos estudantes. A área de linguagens e suas tecnologias é composta pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Literatura, Artes, EF e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Discute a organização curricular da Área de Linguagens e suas Tecnologias, destacando que seus conteúdos devem contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes em quatro aspectos principais: “continuidade dos estudos, inserção no mercado de trabalho, resolução de problemas complexos da vida cotidiana e exercício da cidadania”. (Maranhão, 2022, p.75). Seguindo as determinações da BNCC (Brasil, 2018a, p.481) onde prevê que os estudantes desenvolvam competências que articulem conhecimentos acadêmicos e socioemocionais de maneira significativa para sua formação integral.

Destaca o papel da Área de Linguagens e suas Tecnologias, destacando que sua função principal é a comunicação, utilizando signos, símbolos e diferentes formas de expressão (verbal, visual, corporal etc.), fundamentais para o processo cognitivo e criativo humano. Além disso, a EF é mencionada, sendo proposta como

[...] o domínio do corpo como forma de expressão e de qualidade de vida. A educação Física se propõe a tematizar as práticas corporais em suas diversas manifestações, explorando movimentos e gestos de diferentes culturas e sociedades, possibilitando novas experiências aos estudantes. (Maranhão, 2022, p.76).

A área de Linguagens no ensino médio tem o desafio de aprofundar o uso da língua (oral, escrita, visual-motora) e de respeitar a diversidade cultural e linguística do Brasil, ampliando o repertório dos alunos. Além disso, destaca-se a importância da criação e apreciação estética, tanto nas linguagens artísticas quanto nas práticas corporais, como forma de desenvolver a curiosidade e autonomia dos estudantes.

Discute a importância da implementação do NEM pelas redes de ensino em todas as esferas (estaduais, municipais, federal e distrital). Assim, “[...] possibilitará uma prática docente inovadora, tendo como aliados os recursos tecnológicos, de modo a garantir uma aprendizagem significativa e transformadora para os estudantes.” (Maranhão, 2022). Dando destaque aos cinco campos de atuação da

área de linguagens (campo da vida pessoal; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo jornalístico-midiático; campo de atuação na vida pública; campo artístico.) aos quais a EF pode ser integrada de diferentes maneiras. Deste modo o campo da vida pessoal

[...] possibilitar uma reflexão sobre as condições que cercam a vida contemporânea e a condição juvenil no Brasil e no mundo e sobre temas e questões que afetam os jovens. As vivências, experiências, análises críticas e aprendizagens propostas nesse campo podem se constituir como suporte para os processos de construção de identidade e de projetos de vida [...] que possibilitam uma ampliação de referências e experiências culturais diversas e do conhecimento sobre si (Brasil, 2018a, p. 490).

A EF relaciona-se ao campo da vida pessoal por meio do desenvolvimento da identidade e dos projetos de vida, ao se trabalhar com práticas corporais que promovem autoconhecimento, autoestima e desenvolvimento pessoal. A prática de atividades físicas e esportivas auxilia na reflexão sobre saúde, bem-estar e qualidade de vida, temas fundamentais para os jovens. Tendo em vista que a

BNCC, a organização por campos de atuação corresponde a três importantes dimensões de formação do sujeito do ensino médio: uma formação estética [...] uma formação para o exercício mais direto da cidadania [...] uma formação que contempla a produção do conhecimento e a pesquisa. (Maranhão, 2022).

O campo das práticas de estudo e pesquisa,

Abrange a pesquisa, recepção, apreciação, análise, aplicação e produção de discursos/textos expositivos, analíticos e argumentativos, que circulam tanto na esfera escolar como na acadêmica e de pesquisa, assim como no jornalismo de divulgação científica (Brasil, 2018a, p. 490-491).

A EF pode incentivar a pesquisa e análise de temas como a saúde, a importância do movimento, biomecânica, fisiologia do exercício, entre outros. Estudos sobre o impacto das atividades físicas no cotidiano e na aprendizagem são exemplos de como esse campo se aplica na área, sendo assim conectando se ao campo das práticas de estudo e pesquisa.

Em relação ao campo jornalístico-midiático é,

Caracterizado pela circulação dos discursos/textos da mídia informativa (impressa, televisiva, radiofônica e digital) e pelo discurso publicitário. Sua exploração permite construir uma consciência crítica

e seletiva em relação à produção e circulação de informações, posicionamentos e induções ao consumo (Brasil, 2018a, p. 491).

Em relação ao campo jornalístico-midiático, a EF conecta-se ao abordar como as práticas esportivas e o estilo de vida ativo são tratados pela mídia. A análise crítica da cobertura esportiva, o marketing de produtos relacionados ao corpo, esporte e saúde, e o impacto das mídias sociais na percepção das relações sociais.

O campo de atuação na vida pública,

contempla os discursos/textos normativos, legais e jurídicos que regulam a convivência em sociedade, assim como discursos/textos propositivos e reivindicatórios (petições, manifestos etc.). Sua exploração permite aos estudantes refletir e participar na vida pública, pautando-se pela ética. (Brasil, 2018a, p. 491).

Através da compreensão do objetivo do campo de atuação na vida pública é relacioná-lo a EF por meio da promoção de uma cidadania ativa, com discussões sobre direitos ao esporte, à saúde e ao lazer.

O campo artístico,

É o espaço de circulação das manifestações artísticas em geral, contribuindo para a construção da apreciação estética, significativa para a constituição de identidades, a vivência de processos criativos, o reconhecimento da diversidade e da multiculturalidade e a expressão de sentimentos e emoções. Possibilita aos estudantes, portanto, reconhecer, valorizar, fruir e produzir tais manifestações, com base em critérios estéticos e no exercício da sensibilidade. (Brasil, 2018a, p. 491).

Por fim, a EF pode explorar o campo artístico ao trabalhar com práticas corporais como a dança, ginástica rítmica, capoeira, e outras manifestações culturais que unem expressão corporal, estética e movimento. Essas práticas permitem a exploração do corpo como instrumento de expressão artística e cultural.

O DCTMA apresenta a EF como um componente curricular essencial, destacando sua constante vinculação a modelos ideais de políticas educacionais. O documento ressalta a legitimidade e obrigatoriedade dessa disciplina na educação básica, conforme estabelecido pela LDB de 1996. Além disso, são mencionados os elementos fundamentais e as áreas temáticas da EF, conforme proposto pela BNCC, com ênfase na cultura corporal de movimento, inserida na área de Linguagens e suas Tecnologias, e no aprofundamento das práticas iniciadas no ensino fundamental. Destaca a importância de abordar temas como o direito da comunidade ao acesso às

práticas corporais, além de problematizar a relação dessas atividades com saúde e lazer. Também enfatiza a necessidade de incentivar a autonomia e a autoria dos estudantes ao se envolverem com diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. O objetivo é possibilitar aos estudantes o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades importantes (Brasil, 2018a). O texto sugere que as práticas devem tematizar a “cultura corporal de movimento, que tem por finalidade potencializar o estudante para intervir, de forma autônoma, crítica e criativa nessa dimensão social.” (Maranhão, 2022).

Referente a avaliação no contexto da área de Linguagens e suas Tecnologias o DCTMA enfatiza que currículo e avaliação são indissociáveis, ou seja, as competências e habilidades ensinadas devem ser as mesmas que são avaliadas. O texto critica as práticas tradicionais de avaliação, como o uso exclusivo de provas, e defende uma abordagem mais ampla. Lukas Mujika e Santiago Etxebarria (2009), apresentam que

A avaliação é o processo de identificação, coleta e análise de informações relevantes, que podem ser quantitativo ou qualitativo, sistemático, rigoroso, planejado, dirigido, objetivo, credível, confiável e válido com base em critérios e referências pré-estabelecidas determinar o valor e o mérito do objeto educacional em questão, a fim de tomar decisões que ajudem a otimizar o referido objeto . (Lukas Mujika e Santiago Etxebarria 2009).

Destaca-se a importância da diversificação dos instrumentos de avaliação, pois diferentes ferramentas permitem uma análise mais completa das aptidões dos estudantes. Mencionando a insuficiência de utilizar apenas um único instrumento de avaliação para mensurar as diversas capacidades e aprendizagens dos alunos.

#### **7.4 Compreendendo a flexibilização curricular e os itinerários formativos mediante ao DCTMA**

A princípio o DCTMA descreve como o currículo foi reorganizado conforme as mudanças promovidas pela Lei nº 13.415/2017 e a LDB nº 9.394/96. Dividindo o currículo em duas partes, sendo a primeira uma comum, com 1.800 horas dedicadas à formação geral básica, baseada nas competências e habilidades da BNCC e outra parte flexível, com no mínimo 1.200 horas, que se refere aos itinerários formativos, “, igualmente distribuídas na 1ª, 2ª e 3ª série” (Maranhão, 2022). Buscou ressaltar a

importância dos itinerários formativos no NEM, oferecendo aos estudantes diferentes trajetórias educacionais, organizadas de forma flexível, para atender às suas especificidades e interesses. As competências e habilidades desenvolvidas nos itinerários seguem os eixos da BNCC e abrangem áreas de conhecimento. A escolha dos itinerários permite que o estudante personalize sua formação, “que o acompanhará até a definição de sua trajetória acadêmica, consolidando-se com sua atuação profissional no mundo do trabalho [...] como ação humanizadora, por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (Maranhão, 2022).

O diagnóstico mencionado no NEM do Estado do Maranhão, que incluiu a escuta de estudantes, professores, gestores e outros agentes educativos, já havia sido amplamente discutido no PLIMA. Este diagnóstico foi fundamental para orientar a elaboração do DCTMA, servindo como base para a organização dos itinerários formativos e a flexibilização curricular. Portanto, embora o diagnóstico seja um componente relevante, ele já foi detalhado anteriormente e será aqui considerado como um suporte para a construção das novas diretrizes educacionais propostas no DCTMA.

Dando destaque ao protagonismo estudantil no currículo do NEM e sua relação com o projeto de vida dos alunos. Discute a importância das eletivas no currículo, evidenciando que elas devem estar ligadas a mais de um componente curricular, “para assegurar o enriquecimento e a diversificação de conceitos, procedimentos ou temáticas relativas aos componentes relacionados” (Maranhão, 2022). Sendo parte integrante do currículo, as eletivas não são elementos opcionais e nem atividades isoladas. Portanto, o projeto de vida serve como orientação para o estudante identificar seus interesses, tendo todo suporte pedagógico e orientações necessárias sobre os itinerários formativos. O DCTMA enfatiza a abordagem interdisciplinar e promove o desenvolvimento de habilidades colaborativas. Essas eletivas possibilitam que os estudantes cultivem a corresponsabilidade em grupos e exercitem a flexibilidade no trabalho em equipe. Por fim, menciona a aplicação dos eixos estruturantes, como “investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e protagonismo, que são fundamentais para a formação integral dos alunos” (Maranhão, 2022).

Mediante a proposta curricular da rede estadual de ensino,

[...] trazem a diversificação e flexibilização asseguradas pelos componentes da formação diversificada que, além de projeto de vida e eletivas, propõe práticas experimentais, tutoria, estudo orientado, projetos empreendedores, corresponsabilidade social, cultura espanhola, pós-médio, entre outros. Tendo o projeto de vida e a tutoria, nesta proposição, papéis determinantes na escolha mais consciente do itinerário formativo que o estudante irá escolher. (Maranhão, 2022).

Trabalhando com o protagonismo dos estudantes, o texto discute a importância de orientar os jovens na construção de seu projeto de vida, sendo um processo contínuo e pessoal, evitando a imposição de padrões ou expectativas externas, mediante a velhos preceitos. Enfatiza a necessidade de apoiar os jovens em sua autorreflexão e autoconhecimento, ajudando-os a explorar quem são e quem aspiram ser. Sendo assim, como apresentado no DCTMA o governo do Estado do Maranhão tem intenção em integrar competências socioemocionais no currículo do NEM, indo além do simples conhecimento acadêmico. Essas competências incluem proatividade, empatia, equilíbrio emocional, cooperação, criatividade, pensamento crítico, tomada de decisões responsáveis e liderança. O objetivo é proporcionar uma formação mais completa e adaptada às necessidades dos estudantes, capacitando-os tanto para o mercado de trabalho quanto para a vida em sociedade.

Elenca cerca de nove diretrizes para a organização e desenvolvimento das eletivas:

desenvolvida partindo de um diagnóstico oriundo do projeto de vida do estudante; interdisciplinar; semestral; relacionada aos interesses de estudo alinhado ao projeto de vida dos estudantes; associada às competências gerais e às áreas de conhecimentos previstas na BNCC, tendo por base as necessidades de aprendizagens identificadas pelos professores, por meio das avaliações de conhecimentos; associada a um itinerário formativo da área de conhecimento ou ao itinerário de formação profissional; incluída no cronograma de planejamento da escola, reservando momentos específicos para o seu planejamento; planejada com base em um cronograma e exposta para toda a comunidade escolar (divulgação de painéis e vídeos nas salas virtuais); finalizada com uma culminância, a partir da criatividade de cada escola. (Maranhão, 2022).

Disponibilizando um esboço para elaboração e planejamento das eletivas, conforme os elementos propostos:

Título: nome objetivo e atraente que facilite a compreensão e motive a escolha dos estudantes; Professor(es) responsável(is): nome do(s) professor(es) autores da eletiva; Resumo: descrição sucinta e

interessante que ajude professores e estudantes a compreenderem a proposta da eletiva; 1Área(s) do conhecimento: indicação da(s) área(s) do conhecimento a serem trabalhadas pela eletiva, lembrando a recomendação de que sejam interdisciplinares e possam aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais áreas do conhecimento ou, ainda, estar associada a uma formação profissional; Habilidades: indicação das habilidades a serem desenvolvidas, lembrando que as eletivas podem ter diversos formatos e abordar diferentes objetos de conhecimento, desde que trabalhem de forma intencional as aprendizagens relacionadas às áreas do conhecimento, às competências gerais da BNCC ou a pelo menos um eixo estruturante dos itinerários formativos; Objetos de conhecimento: identificação dos objetos de conhecimento a serem estudados ao longo da eletiva; Eixos estruturantes: indicação de que(quais) eixo(s) será(ão) trabalhado(s) pela eletiva; Objetivos: descrição das mudanças que se espera promover nos estudantes; Unidade curricular: definição da natureza da eletiva (núcleo de estudos, laboratório, projeto, oficina, FIC, entre outros); Sequência de situações/atividades educativas: roteiro de estratégias metodológicas; Carga horária: indicação da duração de cada eixo estruturante e/ou de cada situação ou atividade educativa; Perfil docente: indicação de quantos professores serão necessários e dos conhecimentos, habilidades e características que eles devem ter; Perfil dos participantes: ano e quantidade mínima e máxima de estudantes por turma; Recursos: indicação dos espaços, equipamentos e materiais necessários; Avaliação: definição de como avaliar o desenvolvimento dos estudantes; Fontes de informação: indicação de livros, filmes, sites, vídeos. (Maranhão,2022).

Mediante a abordagem das eletivas como oportunidades de aprendizado diversificado as instituições escolares devem avaliar as expectativas dos estudantes com base em seus projetos de vida, garantindo a oferta de, no mínimo, dois itinerários formativos, caso a região possua apenas uma instituição escolar. tendo em vista as parcerias com outras instituições as instituições escolares de pequeno porte podem fornecer apenas um itinerário. para a oferta de itinerários formativos em instituições escolares de médio e grande porte, essas instituições podem oferecer múltiplos itinerários, desde que respeitem a carga horária definida na matriz curricular.

## **7.5 Compreendendo a proposição curricular para a rede estadual de ensino propostas pelo DCTMA**

Inicialmente o documento discute a organização da proposição curricular para a rede estadual de ensino. Detalha que, ao final da 1ª série do ensino médio, os estudantes devem escolher seu itinerário formativo, baseando-se no suporte fornecido pelas unidades curriculares, como projeto de vida, eleições, pré-itinerário formativo e tutoria. Indica como será disposto o currículo nos anos finais da educação

básica, sendo a 1ª série é composto pela BNCC e formação diversificada, enquanto nas 2ª e 3ª séries, essa formação se integra com os itinerários formativos. Apresenta a diversidade de unidades curriculares que compõem a formação diversificada da rede estadual de ensino, sendo composta por: projeto de vida, eletiva, tutoria, pós-médio, estudo orientado, corresponsabilidade social, cultura espanhola, práticas experimentais e projetos empreendedores. São descritos os três tipos de eletivas oferecidas: eletivas da BNCC, eletivas pré-itinerário formativo e eletivas de itinerário formativo, cada uma com características e enfoques distintos.

Apresenta abordagens a quais os itinerários formativos e unidades curriculares devem adotar em seus currículos, sendo essas:

Estudo orientado para orientação e organização dos estudos como rotina. Projeto de vida com enfoque na identidade, habilidades e processo decisório para a escolha do IF. Eletivas pré-IF para ampliar a compreensão sobre os IF, seus temas e conteúdos específicos. Práticas experimentais para a realização de experimentos em física, matemática, química e biologia. Pós-médio para apresentação do estudante aos processos seletivos após a formação acadêmica. Explora a dimensão produtiva dos IF. Eletivas de Base para enriquecer, ampliar e/ou diversificar temas da BNCC. São introduzidas por aulas para iniciação científica. Tutoria para acompanhamento e orientação no desempenho acadêmico para apoiar a escolha do IF. Projetos Empreendedores Para realização de atividades curriculares voltadas para a ação empreendedora. Projeto de corresponsabilidade social para vivências práticas de intervenção no contexto social. (Maranhão, 2022).

Destaca que os itinerários formativos devem estar alinhados às demandas do mundo contemporâneo, aos interesses dos estudantes, e ao contexto local, visando o aprofundamento de aprendizagens nas áreas de conhecimento, promovendo o protagonismo juvenil, alinhada a pelo menos um eixo estruturante que orientam esses itinerários, oferecendo aos estudantes diversas oportunidades de aprendizagem em diferentes contextos:

Investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade; Processos criativos: supõe o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas pela resolução de problemas identificados na

sociedade; Mediação e intervenção sociocultural: supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade; Empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias. (Maranhão, 2022).

O DCTMA apresenta o conceito de itinerários formativos onde os itinerários formativos são compostos por unidades curriculares que permitem aos estudantes aprofundar conhecimentos e se preparar para o trabalho ou para a continuidade dos estudos, contribuindo para a resolução de problemas sociais. A rede estadual de ensino do Estado do Maranhão, para os itinerários formativos, oferece as e 1.200 horas distribuídas nas três séries do ensino médio. Apresenta o Art. 12 da Resolução nº 3/2018 do CNE ao qual apresenta a organização da formação técnica e profissional e os itinerários formativos referente a área de linguagens e suas tecnologias. Aborda também as unidades curriculares, que possuem carga horária pré definida e possuem competências específicas mediante a um conjunto de estratégias.

O documento apresenta quatro objetivos referentes aos itinerários formativos, sendo esses utilizado ao longo dos três anos do ensino médio:

Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às áreas de conhecimento e/ ou à formação técnica e profissional; Consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus projetos de vida; Promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; Desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida. (Maranhão, 2022).

Em relação a duração e a escolha dos itinerários formativos, o documento estabelece a duração de pelo menos quatro semestres, os estudantes devem escolher os itinerários formativos que desejam no final da 1ª série do ensino médio e deverá cursá-lo a partir da 2ª série.

Discute a importância de uma prática pedagógica orientada pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no currículo escolar. Essa abordagem visa aprofundar o conhecimento, conectando os conceitos e conteúdos de diferentes componentes curriculares. De acordo com o artigo 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o currículo deve promover contextualização, diversificação e

interação entre saberes, integrando vivências práticas com o mundo do trabalho e a prática social, além de reconhecer os saberes adquiridos fora do ambiente escolar.

a necessidade de diversificação no currículo escolar, refletida nos itinerários formativos. A ideia central é que a escola deve se adaptar à globalização e à complexidade do mundo moderno. Zabala (2002), ressalta a diversificação dos conteúdos escolares a partir de uma perspectiva disciplinar. A transdisciplinaridade abordada no currículo visa atender às necessidades reais dos estudantes, oferecendo uma educação mais integrada e multidimensional, permitindo a compreensão ampla e complexa do mundo.

Ressalta que a organização dos itinerários formativos integrados, são estruturados em arranjos curriculares flexíveis e integrados com áreas de conhecimento relacionadas. Esses arranjos atendem às necessidades dos cursos subsequentes ao ensino médio, como os do ensino superior. Cada instituição de ensino tem autonomia para elaborar as eletivas que compõem esses itinerários, adaptando-os às características dos cursos oferecidos. A proposta foi desenvolvida com base em pesquisas feitas por equipes do Currículo da SEDUC-MA, em instituições como UFMA, UEMA, IFMA e CEUMA.

A proposta desses itinerários foi elaborada com base na estrutura das instituições de ensino superior do Estado do Maranhão. As nomenclaturas dos cursos são ajustadas conforme as demandas e realidades locais. Dessa forma, os itinerários formativos foram agrupados em quatro áreas principais: Ciências Exatas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Linguagens, e Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas, considerando as especificidades locais, a estrutura das escolas e os recursos disponíveis. Enfatizando a necessidade de garantir padrões básicos de aprendizagem e ensino, além da “[...] articulação com os aprofundamentos dos conhecimentos dos componentes curriculares que compõem cada itinerário x competências x habilidades” (Maranhão, 2022).

A disciplina de EF está diretamente integrada a dois dos quatro itinerários formativos apresentados no documento. Sendo esses os itinerários formativos de Ciências da Saúde ao qual o enfoque é nas disciplinas de Biologia, Química, EF e Matemática e no Itinerário de Ciências Humanas e Linguagens, ao qual o foco são nas disciplinas de Língua portuguesa, Línguas estrangeiras (inglês e espanhol), Arte, EF, Geografia, História, Sociologia, Filosofia. Nos demais itinerários (Ciências

Sociais, Econômicas e Administrativas, e Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra), a EF se relaciona indiretamente. Dessa forma, a EF se integra da seguinte maneira:

Itinerário de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra: O componente curricular a educação física poderá proporcionar um aprofundamento na sua formação, contribuindo ao desenvolvimento de suas habilidades e competências, buscando atender às necessidades, mantendo um diálogo mais dinâmico com os estudantes por meio do estudo e da experimentação das práticas corporais; Itinerário de Ciências da Saúde: O componente curricular educação física contribuirá para debater as questões referentes às práticas corporais, preservando os valores, identidades e culturas, em suas diversidades, buscando sempre a inclusão de todos e refutando todo tipo de preconceito; Itinerário de Ciências Humanas e Linguagens: A importância do componente curricular educação física proporcionará e incentivará o protagonismo para que os estudantes possam dialogar mais com as culturas juvenis, incluindo a cultura corporal do movimento, criando oficinas de práticas corporais, clubes, entre outros, de acordo com seus interesses e dentro do seu contexto local, fomentando sempre a construção coletiva das práticas corporais; Itinerário de Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas: O componente curricular educação física contribuirá, entre outras coisas, para criar itinerários formativos inovadores e flexíveis, calcados na realidade e nas necessidades locais do estudante, buscando a inclusão de todos para vivenciarem e continuarem desenvolvendo suas competências e habilidades através das práticas corporais. (Maranhão, 2022).

A avaliação e monitoramento dos itinerários formativos será feita através de indicadores, sendo ferramentas utilizadas pelo sistema de gestão das secretarias e das unidades de ensino que permitem quantificar e qualificar a performance das secretarias e escolas, com o objetivo de corrigir falhas nos processos formativos e avaliar a qualidade e o impacto dos itinerários, levando em consideração a perspectiva dos estudantes sobre suas experiências pedagógicas. A implementação será supervisionada pela Secretaria Estadual de Educação, que “por meio de reuniões periódicas das equipes técnicas, para análise das evidências coletadas e posterior tomada de decisão” (Maranhão, 2022).

Referente a avaliação dos estudantes, o texto enfatiza que deve abranger o desenvolvimento de habilidades e competências, não apenas o aprendizado de conteúdo. Propõe que as escolas adotem métodos diversificados, como autoavaliação, experimentos, portfólios, produções textuais e seminários, incentivando a participação ativa dos estudantes e promovendo um papel mais protagonista no processo de aprendizagem. Discute ainda a avaliação dos

componentes curriculares relacionados ao projeto de vida, tutoria e pós-médio, determina que a avaliação deve ocorrer de forma qualitativa focando na observação da participação e na qualidade do envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, com acompanhamento sistemático por parte dos professores responsáveis.

## **7.6 Formação docente para a implementação do novo currículo: competências necessárias para a prática docente**

A discussão referente à formação docente trazida pelo DCTMA inicia pela ressalva a Constituição Federal de 1988, apresentando o artigo 39, § 2º,

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (Brasil, 1988).

Destaca a importância da formação ao longo da vida profissional, visando a melhoria constante dos serviços prestados à população. Discute a clareza da LDB em relação à formação docente. O § 1º do artigo 61º estabelece que a formação inicial dos professores deve incluir um curso superior de licenciatura, habilitando-os para atuar nas diversas disciplinas da educação básica. Além disso, a LDB prevê a formação continuada dos professores, por meio da capacitação em serviço. Ainda, o “artigo 67º assegura a progressão funcional baseada em titulação [...] garante ao docente a reserva de período para estudos, para planejamento e para avaliação, incluídos na carga horária de trabalho” (Brasil, 1996).

O texto discute a necessidade de alinhar a formação docente às diretrizes nacionais e estaduais, com o objetivo de desenvolver competências e habilidades essenciais à prática profissional. São definidos onze princípios orientadores para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, que incluem:

1. Formação dos profissionais da educação como projeto social, político e ético;
2. Estabelecimento de efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente (Fepad);
3. Regime de colaboração entre os entes federados;
4. Garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação inicial e continuada;
5. Articulação entre a teoria e a prática na formação profissional como estímulo à inovação e à investigação;

6. Utilização de tecnologias digitais de informação como recurso administrativo ou pedagógico das formações para produzir conhecimentos e potencializar aprendizagens; 7. Utilização da escola como locus da formação continuada; 8. Domínio dos conhecimentos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 9. Visão de totalidade; 10. Formação humana integral; 11. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e interculturalidade. (Maranhão, 2022)

O texto discute a formação de professores para atender às exigências do novo currículo do ensino médio, destacando as mudanças trazidas pela BNCC. Autores como Cericato (2016) afirma que “[...] a docência se configura, sim, como profissão, na medida em que consiste em um trabalho que não pode ser realizado sem criteriosa formação especializada”. Nóvoa (1992) reflete sobre a formação docente como um processo contínuo, influenciado por experiências de vida, cultura e valores. A BNCC relaciona competência à mobilização, que envolve colocar em ação conhecimentos, valores e atitudes. Assim, o professor mobiliza, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento integral dos alunos.

O documento propõe uma reflexão sobre a formação docente que integre uma base cultural sólida, capaz de permitir leituras de mundo interdisciplinares e significativas, alinhadas às demandas de um currículo flexível e diferenciado dos métodos tradicionais. A formação dos professores deve desenvolver a habilidade de conectar e mobilizar, de maneira ativa, conhecimentos, valores e atitudes, permitindo que o docente auxilie os estudantes a se tornarem protagonistas do próprio aprendizado, especialmente em um mundo em constante transformação. Nesse contexto, os professores devem se orientar pelas dez competências propostas pela BNCC, fundamentais para guiar sua prática pedagógica:

1. Conhecimento — Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 2. Pensamento científico, crítico e criativo — Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 3. Repertório cultural — Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Comunicação — Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital – e conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e

partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5. Cultura digital — Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. 6. Trabalho e projeto de vida — Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentação — Argumentar, com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. 8. Autoconhecimento e autocuidado — Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Empatia e cooperação — Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Responsabilidade e cidadania — Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Maranhão, 2022).

Para a formação continuada de professores, o documento destaca a importância de políticas que promovam a formação ao longo da vida profissional dos docentes. A formação continuada deve ser implementada pelas instituições escolas, alinhada às necessidades reais dos contextos em que os professores atuam, estruturada de maneira diversificada, proporcionando aos professores oportunidades de desenvolvimento de aprendizagens significativas e contextualizadas com suas práticas pedagógicas.

O DCTMA apresenta as sete competências específicas da área de Linguagens e suas Tecnologias, organizando os componentes curriculares de maneira estruturada por série. No caso da EF, os conteúdos são distribuídos ao longo dos quatro bimestres, sendo que, para cada período, é proposto um conjunto de competências específicas relacionadas às habilidades indicadas pela BNCC. O documento também lista os objetivos e conteúdos a serem trabalhados, garantindo

que o planejamento pedagógico seja coerente com as diretrizes nacionais e promova um aprendizado significativo. O quadro detalhado com essa organização encontra-se disponível no anexo II.

## 8 CONCLUSÃO

Pode-se compreender que o "Novo" Ensino Médio não é tão novo assim. A busca por melhorar a educação e sanar as mazelas que afetam o desenvolvimento dessa etapa sempre foi uma pauta de qualquer governo que passou pela República Brasileira. O foco nos itinerários formativos e a redução da carga horária para a formação geral, sem levar em consideração os avanços das últimas décadas, representou um afrontamento à comunidade acadêmica. Isso revela o desrespeito, por parte do governo, em resolver problemas como a evasão escolar a qualquer custo, sem identificar e dialogar de maneira adequada com a sociedade, garantindo ao menos uma participação mínima nas decisões políticas voltadas para a educação.

Tendo em vista toda a análise referente à LDB e sua construção ao longo das décadas, é possível identificar a difícil compreensão da última etapa da educação básica. As reformas educacionais, especialmente as mais recentes, como a Lei nº 13.415/2017, trouxeram novos desafios para a estruturação do ensino médio, que historicamente enfrenta uma tensão entre preparar o estudante para o mercado de trabalho e garantir uma formação integral. A flexibilização curricular, as mudanças na carga horária e a introdução dos itinerários formativos refletem a tentativa de adaptar o ensino médio às novas demandas sociais e econômicas. No entanto, essas mudanças também geram incertezas quanto à real eficácia na preparação dos alunos, especialmente em disciplinas como a Educação Física, que precisam se adaptar a novos contextos sem perder de vista seus objetivos fundamentais.

Essa adaptação levou a novas críticas, sendo necessária uma nova alteração da LDB pela Lei nº 14.945/2024, que buscou, por meio de novas medidas, sanar as críticas relacionadas à não obrigatoriedade de disciplinas e ao aumento da carga horária da formação básica. As discussões em torno dessas mudanças revelam uma preocupação com a qualidade do ensino oferecido e a tentativa de equilibrar a flexibilidade curricular com a necessidade de garantir uma formação sólida e abrangente. A implementação dessas novas diretrizes sinaliza o esforço contínuo de ajuste na busca por um ensino médio que atenda às demandas tanto da sociedade quanto do mercado, sem comprometer o desenvolvimento integral dos estudantes.

Como previsto na Lei nº 13.415/2017, o ensino médio passou por mudanças significativas, com a ampliação da carga horária anual de 800 para 1.000 horas.

Contudo, o estado do Maranhão já adotava essa carga horária desde 2010. A Resolução nº 3/2018 estabelece um total de 3.000 horas para todo o ensino médio, sendo 1.800 horas destinadas à formação geral básica e 1.200 horas aos itinerários formativos, divididas igualmente ao longo dos três anos da última etapa da educação básica.

A carga horária para o modelo de ensino parcial, conforme o PLIMA é de 3.600 horas, distribuídas igualmente ao longo das três séries. Desse total, 2.160 horas são destinadas à formação geral básica, e 1.440 horas compõem a parte diversificada, que inclui: cultura espanhola, projeto de vida, eletivas de base, pré-IF Ciências da Saúde, pré-IF Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas, pré-IF Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra, pré-IF Ciências Humanas e Linguagens, aprofundamentos IF I e II, tutoria, corresponsabilidade social e pós-médio.

No modelo de ensino em tempo integral, há um aumento na carga horária da parte diversificada, que passa a ser de 3.240 horas, totalizando 5.400 horas anuais, dividido igualmente para as três séries. Esse aumento inclui o aumento de componentes curriculares para a parte diversificada maior carga horária para componentes como: língua espanhola, eletivas de base, pré-IF da Saúde, pré-IF Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra, pré-IF Ciências Humanas e Linguagens, projeto de vida, pós-médio, estudo orientado, avaliação semanal, tutoria, práticas experimentais, projetos empreendedores, corresponsabilidade social e aprofundamentos IF I, II, III e IV.

Na modalidade de EJA, a EF não está incluída como componente curricular. No entanto, nas modalidades de ensino voltadas para as populações do campo, quilombola e indígena, a disciplina de Educação Física é mantida como componente curricular.

Embora a Lei nº 13.415/2017 não torne a disciplina de EF obrigatória, seu estudo e suas práticas continuam sendo exigidos. No entanto, essa obrigatoriedade não garante que a disciplina seja ministrada por um professor licenciado em EF, uma vez que ela está incluída na área de Linguagens e suas Tecnologias. Com a implementação dos itinerários formativos, houve um aumento da carga horária para disciplinas como português, matemática e inglês, que são obrigatórias ao longo dos três anos da formação básica. Esse aumento de carga horária, no entanto, não resultou em melhorias para a Educação Física, que acabou sendo impactada pela

redução da carga horária destinada às disciplinas não obrigatórias, a oferta ou não fica a cargo das instituições ou do planejamento educacional do estado.

No Maranhão, embora a educação física tenha mantido sua obrigatoriedade nos três anos de formação básica, a disciplina sofreu uma redução significativa, passando de 80 para apenas 40 horas anuais resultando em apenas uma hora-aula semanal. Essa diminuição levanta preocupações quanto ao impacto na qualidade e abrangência dos conteúdos, limitando a profundidade das experiências pedagógicas. Para atender às diretrizes da BNCC é essencial desenvolver itinerários formativos que correspondam aos interesses dos alunos, permitindo que os professores orientem na elaboração de conteúdos que possam ser aprofundados.

A Lei nº 14.945/2024 determinou a ampliação da carga horária anual para 1.400 horas, com uma carga mínima de 1.000 horas anuais, totalizando 3.000 horas ao longo dos três anos de ensino médio, podendo chegar a 4.200 horas. A formação geral básica foi expandida para 2.400 horas, reintegrando as disciplinas não obrigatórias ao currículo das instituições. Além disso, foram destinadas 600 horas para os itinerários formativos, proporcionando maior flexibilidade e equilíbrio entre a formação básica e os percursos formativos oferecidos. No entanto, essa mudança também resultou na diminuição da carga horária destinada aos itinerários formativos.

Entretanto, as alterações previstas pela Lei nº 14.945/2024 ainda não possuem uma resolução específica para a implementação e para as alterações no currículo da educação em todo o território nacional. A ausência de diretrizes claras gera incertezas sobre como as instituições de ensino irão adaptar seus currículos, especialmente no que se refere à integração das novas cargas horárias e à reorganização das disciplinas.

É importante destacar que o PEE/MA não é mencionado na Resolução nº 277/2021, nem no PLIMA. A ausência dessa referência pode indicar uma falta de articulação entre os documentos que regem a implementação da reforma educacional no estado e o PEE/MA, o que levanta questionamentos sobre como os objetivos e metas estaduais estão sendo considerados no processo de adaptação curricular.

Nota-se que as disciplinas, incluindo a EF, não são discutidas de forma específica nas resoluções e no PLIMA. Elas são mencionadas apenas por meio das competências e habilidades apresentadas na BNCC. Embora a BNCC sirva como uma orientação para a organização dos conteúdos, pode resultar em um

aprofundamento insuficiente nas disciplinas, limitando a clareza sobre os temas e metodologias que devem ser adotados nas práticas pedagógicas.

Conforme abordada a disciplina de EF é abordada no DCTMA revela uma escassez no aprofundamento da sua concepção na educação básica, abordando-a de forma superficial e não considerando as necessidades específicas dos estudantes maranhenses. A análise crítica do DCTMA mostra que a disciplina é apresentada apenas em função de seus objetivos, conforme delineado na BNCC, sem uma conexão clara com as realidades culturais e sociais da região. Essa abordagem pode comprometer a eficácia do ensino e a relevância das práticas educativas, uma vez que a Educação Física deve ser adaptada para incluir práticas culturais locais, abordar questões sociais pertinentes e promover um aprendizado mais significativo. A adaptação da Educação Física às particularidades do Maranhão não apenas enriquece a formação integral dos estudantes, mas também contribui para a construção de uma educação mais contextualizada e alinhada às diretrizes da BNCC.

Com a mudança proposta pela Lei nº 13.415/2017, a EF no estado Maranhão conforme o DCTMA, sofreu uma redução em sua carga horária. Ao identificar a relação direta da EF com os itinerários formativos de Ciências da Saúde e Ciências Humanas e Linguagens, reflete na flexibilidade e interdisciplinaridade propostas pelo NEM. A disciplina se conecta de forma clara e concisa ao seu objetivo, complementando e reforçando os conteúdos desses eixos formativos, sem perder seu propósito pedagógico central. No entanto, mesmo que a EF esteja conectada de forma indireta nos itinerários formativos de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra, assim como em Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas, sua função como disciplina curricular aparece mais como um complemento e suporte aos estudos desenvolvidos nesses eixos. O objetivo da EF, conforme proposto pela BNCC, não é apresentado de forma clara, o que enfraquece a definição de seu papel específico dentro dessas propostas de itinerários formativos.

O fato de a Educação Física estar diretamente ligada a esses dois itinerários formativos e indiretamente conectada aos demais demonstra que ela pode contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades propostas pela BNCC, especialmente em caráter social e cultural, alinhando-se aos objetivos de uma formação mais ampla. Ao dialogar com disciplinas como Biologia e Química nos itinerários de Ciências da Saúde, a Educação Física pode explorar temas relacionados à saúde, bem-estar, fisiologia e qualidade de vida. Nos itinerários de

Ciências Humanas e Linguagens, por outro lado, ela pode abordar questões de identidade, expressão corporal e aspectos socioculturais.

Esse arranjo curricular multidimensional é positivo, pois mantém a disciplina de Educação Física presente na última etapa da formação básica, ajudando a fortalecer seu papel no desenvolvimento integral dos estudantes. Ao se articular com outras áreas de conhecimento, a EF promove uma formação mais completa, assegurando e ampliando suas contribuições para o processo educativo.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Sandra Maria De et al. A reforma Capanema e as leis orgânicas de 1942: mudanças e permanências no ensino técnico industrial. In: **OPEN SCIENCE RESEARCH II**. Editora Científica Digital, 2022. p. 644-661. Disponível em: <<https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/220207674>>. Acesso em: 02 maio. 2024.

**BELL, J. Projeto de pesquisa:** guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

BELLO, Luiz; BRITTO, Vinícius. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência IBGE de Notícias**, 22 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, David Romão; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A Educação Física no Novo Ensino Médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela bncc. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020. DOI: 10.22481/rpe.v16i43.7024. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7024>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BEZERRA, Leonardo Ferreira; GONÇALVES, Clayton Pereira; CUNHA, Diego de Oliveira da; OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. Análise da correlação entre a média de alunos por turma na taxa de rendimento de alunos nas escolas públicas de ensino médio no Município do Rio de Janeiro. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/analise-da-correlacao-entre-a-media-de-alunos-por-turma-na-taxa-de-rendimento-de-alunos-nas-escolas-publicas-de-ensino-medio-no-municipio-do-rio-de-janeiro>> Acesso em: 13 ago. 2024.

**BRASIL.** Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 nov. 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 1942. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm)>. Acesso em: 31 maio 2024.

**BRASIL.** Lei nº 1076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 01 abr. 1950. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 maio. 2024.

**BRASIL.** LEI No 1.821, DE 12 DE MARÇO DE 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 mar. 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L1821.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1821.htm)>. Acesso em: 27 maio. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: 27 maio. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 nov. 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 maio. 2024.

**BRASIL.** Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 dez. 1968. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 27 maio. 2024.

**BRASIL.** Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 fev. 1969. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm)>. Acesso em: 27 maio. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 out. 1969. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1044.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL. Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 10.328, de 12 de Dezembro de 2001. Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3o do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10328.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10328.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 de jun. de 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Texto para impressão Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 11.494, de 20 de junho de 2007, e 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo

Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: <<http://fila.mec.gov.br/manutgeral.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2018b. Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN32018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Projeto de Lei nº 5.230, de 19 de dezembro de 2023, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Projetos/Ato\\_2023\\_2026/2023/PL/pl-5230.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2023/PL/pl-5230.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jan. 2024a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14818-16-janeiro-2024-795255-publicacaooriginal-170861-pl.html>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 jul. 2024b.

Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm)>. 03 mar. 2024.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega ; AGUIAR, Letícia Carneiro. LDB - projetos em disputa: Da tramitação à aprovação em 1996. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407–428, 2017. DOI: 10.22420/rde.v10i19.703. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/703>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; LAZZAROTTI FILHO, Ari. A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivizante” da vida. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 19–37, 2017. DOI: 10.5007/2175-8042.2017v29n52p19. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p19>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CAMPELO, Calebe Lucas Feitosa. **Reforma Capanema e Reforma Mendonça Filho: primeiras aproximações**. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. Anais [...]. São Luís: JOINPP, 2017. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/reformacapanemaereformamendoncafilhoprimeirasaproximacoes.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto.; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. DILMA, UMA “PRESIDENTE FORA DE SI”: O IMPEACHMENT COMO UM PROCESSO PATRIARCAL, SEXISTA E MIDIÁTICO. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45–65, 2016. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9158>>. Acesso em: 4 set. 2024.

CERICATO, Itale Luciane. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, p. 273-289, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ZGXLgG4kzTjqx5bqcc9pshS/>>. Acesso em: 4 set. 2024.

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO (CEE/MA).** Resolução nº 277, de 9 de dezembro de 2021. Estabelece normas complementares para implementação do Ensino Médio, nos termos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências. São Luís: Conselho Estadual de Educação, 2021. Disponível em: <[https://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2019/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-277-2021\\_APROVADA-1.pdf](https://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2019/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-277-2021_APROVADA-1.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2024.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e Novo Ensino Médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**. Mato Grosso, v. 24, p. 01-23, 2019. DOI: 10.1590/S1413-24782019240047. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/?lang=pt>>. Acesso em: 04 jul. 2024

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. Planejamento da Educação no Brasil: “todos ou “alguns” pela educação. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org). **Reflexões Sobre Políticas Educacionais no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2009.

DALLABRIDA, Norberto. O MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 32, n. 2, p. 407–427, 2014. DOI: 10.5007/2175-795X.2014v32n2p407. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n2p407>>. Acesso em: 02. maio. 2024.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 93, p. 25–42, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180028. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152508>>. Acesso em: 27 maio. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expansão Popular, 2018.

FURTADO, Renan Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Educação Física Escolar, Legitimidade e Escolarização. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.10, p. 24-38, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2356>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GUIMARÃES, Claudivan Santos. A EDUCAÇÃO NO BRASIL APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-2002). **Revista Fundamentos**, Piauí, V.2, n.1, p. 98-117, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/3780/2187>>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2023 para Brasil e unidades da federação. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

**INEP**. Censo escolar da educação básica 2023: Versão preliminar. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf)> Acesso em: 13 ago. 2024.

LIMA, Paulo Gomes; PRZYLEPA, Mariclei. Contexto de Influências das Políticas Curriculares no Brasil a Partir do Processo de Redemocratização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13 n.3, p. 418-451, set. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76642173004>>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

LUKAS MUJIKÁ, J. F.; SANTIAGO ETXEBERRIA, K. Concepto, componentes y fases de la evaluación. In: LUKAS MUJIKÁ, J. F.; SANTIAGO ETXEBERRIA, K. **Evaluación educativa**. 2. ed. Madrid: Alianza, 2009. p. 87-126.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

**MARANHÃO**. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. São Luís: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 2014. Disponível em: <[https://www.educacao.ma.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/suplemento\\_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf](https://www.educacao.ma.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2024.

**MARANHÃO**. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 277, de 29 de novembro de 2021. Estabelece normas complementares para implementação do Ensino Médio, nos termos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, São Luís, 30 nov. 2021a. Disponível em: <[https://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2019/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-277-2021\\_APROVADA-1.pdf](https://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2019/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-277-2021_APROVADA-1.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2024.

**MARANHÃO**. Secretaria de Estado da Educação. Plano de Implementação da Reformulação Curricular do Ensino Médio. São Luís: Secretaria de Estado da Educação, 2021b, p. 62. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/PLIMA.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

**Maranhão**. Secretaria de Estado da Educação. Documento curricular do território maranhense: ensino médio / Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022. v.2: il

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão *et. al.* A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM NOVO EPISÓDIO DE Esvaziamento da Escola no

BRASIL. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Espírito Santo, v. 9, n. 1, p. 107–121, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i1.21835. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>>. Acesso em: 4 jul. 2024.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. 1992. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758>> Acesso em: 4 set. 2024.

OLIVEIRA, Antonio Robson. Ditadura Civil-Militar (1964-1985): Educação e Civismo - Um estudo de caso sobre a EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE.

**Temporalidades – Revista de História**, Minas Gerais, v. 14, n. 2, p. 399-410, jan. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/41072>>. Acesso em:

PASINATO, Darciel. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, Passo Fundo, RS, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647>>. Acesso em: 14 maio. 2024.

PASINATO, Darciel. Importância do Manifesto de 1959 Para a Educação. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, Passo Fundo, RS, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4367/2852>>. Acesso em: 14 maio. 2024.

PEREIRA, Alexandre Macedo; POLL, Margarete von Mühlen. A odisseia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil (1945-1964). **Educação - Revista do Centro de Educação da UFMS**, Campo Grande, MS, v. 46, n. 1, p. 1–21, 2021. DOI: 10.5902/1984644438609. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/38609>>. Acesso em: 14 maio. 2024.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Etica, 2006. 183 p.

SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 99, p. 542-557, ago. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302007000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3SfzvwNkdRCpTj33PskBdng/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 maio. 2024.

SAVIANI, Demeval. **História da educação no Brasil**. 3. ed. rev. 1 reimpr. – Csmpinas, SP: Autores Associados, 2011.

Scorsolini-Comin, Fabio; Amorim, Katia de Souza. Corporeidade: uma revisão crítica da literatura científica. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 189-214. Disponível em: <2008. <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/295>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, p. 32-55, 2009.

SENRA, Alvaro de Oliveira. A “liberdade de ensino” e os fundamentos da ação política do segmento privado no Brasil entre 1945 e 1964. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Campinas. 2010, vol.10, n.3, p.55-82. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbhe/v10n03/v10n03a04.pdf>>. Acesso em: 14 maio. 2024.

TAMBARA, Camila Caetano *et.al.* Analisando a Evasão Escolar no Ensino Médio: Perspectiva e Estratégias para Renovação. **Revista Foco**, v. 17, n.13, p.01-21, e5508, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n6-153. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5508>>. Acesso em: 16 ago.. 2024.

TENFEN, Danielle Nicolodelli. Editorial: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 33, n. 1, p. 1–2, 2016. DOI:

10.5007/2175-7941.2016v33n1p1. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2016v33n1p1>>.

Acesso em: 7 ago. 2024.

VIEIRA, Evaldo. **A República brasileira: 1951-2010: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Cortez, 2015.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da «política do café-com-leite». **Anuario IEHS**, v. 16, p. 73-90, 2001.

ZABALA, Antoni. **Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo**: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

## ANEXO

## Proposta Curricular Preliminar para o Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino

	Educação Física	1	40	1	40	1	40	120
	Arte	1	40	1	40	1	40	120
	Língua Inglesa	1	40	1	40	1	40	120
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>840</b>
MATEMÁTICA	Matemática	4	160	4	160	4	160	480
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	1	40	1	40	1	40	120
	Química	1	40	1	40	1	40	120
	Física	1	40	1	40	1	40	120
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>360</b>
CIÊNCIAS HUMANAS	História	1	40	1	40	1	40	120
	Geografia	1	40	1	40	1	40	120
	Sociologia	1	40	1	40	1	40	120
	Filosofia	1	40	1	40	1	40	120
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>
<b>TOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA</b>		<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>2160</b>
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Espanhola	2	80	1	40	1	40	160
	Eletivas de Base	6	240	6	240	4	160	640
	Pré IF Ciências da Saúde	2	80	0	0	0	0	80
	Pré IF Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas	2	80	0	0	0	0	80
	Pré IF Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	2	80	0	0	0	0	80
	Pré IF Ciências Humanas e Línguas	2	80	0	0	0	0	80
	Projeto de Vida	2	80	2	80	0	0	160
	Pós Médio	1	40	1	40	1	40	120
	Estudo Orientado e Avaliação Semanal	5	200	4	160	4	160	520
	Tutoria	1	40	1	40	1	40	120
	Práticas Experimentais	2	80	2	80	2	80	240
	Projetos Empreendedores	0	0	1	40	0	0	40
	Corresponsabilidade Social	0	0	1	40	2	80	120
	Aprofundamento de IF I	0	0	2	80	3	120	200
	Aprofundamento de IF II	0	0	2	80	3	120	200
	Aprofundamento de IF III	0	0	2	80	3	120	200
	Aprofundamento de IF IV	0	0	2	80	3	120	200
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>27</b>	<b>1080</b>	<b>27</b>	<b>1080</b>	<b>27</b>	<b>1080</b>	<b>3240</b>
<b>CARGA HORÁRIA GERAL</b>		<b>45</b>	<b>1800</b>	<b>45</b>	<b>1800</b>	<b>45</b>	<b>1800</b>	<b>5400</b>

EJA – MÉDIO

SEDOC/MA

Quadro 6: Estrutura Curricular EJA – Médio.

Estrutura Curricular	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	2022		2023		CH/ 2 anos
			1ª ETAPA CHS	CHA	2ª ETAPA CHS	CHA	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGEM	Língua Portuguesa	4	160	4	160	320
		Língua Inglesa	1	40	1	40	80
		Arte	1	40	1	40	80
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>6</b>	<b>240</b>	<b>6</b>	<b>240</b>	<b>480</b>
	MATEMÁTICA	Matemática	4	160	4	160	320

	<b>SUBTOTAL</b>		<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>320</b>
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia*	2	80	2	80	160
		Química*	2	80	2	80	160
		Física*	2	80	2	80	160
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>6</b>	<b>240</b>	<b>6</b>	<b>240</b>	<b>480</b>
	CIÊNCIAS HUMANAS	História	2	80	2	80	160
		Geografia*	2	80	2	80	160
		Sociologia*	2	80	2	80	160
		Filosofia	1	40	1	40	80
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>560</b>
<b>TOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA</b>			<b>23</b>	<b>920</b>	<b>23</b>	<b>920</b>	<b>1.840</b>
PARTE DIVERSIFICADA	FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	Projeto de Vida	1	40	1	40	80
		Eletivas de Base	2	80	2	80	160
		Pré IF Ciências da Saúde	1	40	0	0	40
		Pré IF Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas	1	40	0	0	40
		Pré IF Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	1	40	0	0	40
		Pré IF Ciências Humanas e Linguagens	1	40	0	0	40
		Aprofundamento IF I	0	0	3	120	120
		Projeto de Corresponsabilidade Social	0	0	1	40	40
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>560</b>
<b>CARGA HORÁRIA GERAL</b>			<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>2400</b>

## CAMPO

Quadro 7: Estrutura Curricular Escolas do Campo.

Estrutura Curricular	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	2022		2023		2024		CH/ 3 anos
			1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	CH/ 3 anos			
			CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGEM	Língua Portuguesa	4	160	4	160	4	160	480
		Educação Física*	1	40	1	40	1	40	120
		Arte*	1	40	1	40	1	40	120
		Língua Inglesa	1	40	1	40	1	40	120
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>840</b>
	MATEMÁTICA	Matemática	4	160	4	160	4	160	480
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	1	40	1	40	1	40	120
		Química	1	40	1	40	1	40	120
		Física	1	40	1	40	1	40	120
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>360</b>
	CIÊNCIAS HUMANAS	História	1	40	1	40	1	40	120
		Geografia	1	40	1	40	1	40	120
Sociologia		1	40	1	40	1	40	120	
Filosofia		1	40	1	40	1	40	120	
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>	
<b>TOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA</b>			<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>2160</b>
PARTE DIVERSIFICADA	FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena	1	40	2	80	2	80	200
		Projeto de Vida**	1	40	1	40	1	40	240
		Eletivas de Base***	4	160	2	80	2	80	320

	Pré IF Ciências da Saúde	1	40	0	0	0	0	40
	Pré IF Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas	1	40	0	0	0	0	40
	Pré IF Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	1	40	0	0	0	0	40
	Pré IF Ciências Humanas e Linguagens	1	40	0	0	0	0	40
	Aprofundamento IF I	0	0	2	80	2	80	160
	Aprofundamento IF II	0	0	2	80	2	80	160
	Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e Agroecologia	1	40	2	80	2	80	200
	Corresponsabilidade Social e movimento dos trabalhadores das áreas de assentamento de reforma agrária	1	40	1	40	1	40	120
<b>SUBTOTAL</b>		<b>12</b>	<b>480</b>	<b>12</b>	<b>480</b>	<b>12</b>	<b>480</b>	<b>1560</b>
<b>CARGA HORÁRIA GERAL</b>		<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>3600</b>

## INDÍGENA

Quadro 8: Estrutura Curricular Escolas Indígenas.

Estrutura Curricular	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	2022		2023		2024		CH/ 3 anos	
			1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	CHS	CHA	CHS		CHA
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGEM	Língua Portuguesa	2	80	2	80	2	80	240	
		Língua Indígena	2	80	2	80	2	80	240	
		Educação Física *	1	40	1	40	1	40	120	
		Arte *	1	40	1	40	1	40	120	
		Língua Inglesa	1	40	1	40	1	40	120	
	<b>SUBTOTAL</b>			<b>7</b>	<b>280</b>	<b>6</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>840</b>
	MATEMÁTICA	Matemática	4	160	4	160	4	160	480	
	<b>SUBTOTAL</b>			<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	1	40	1	40	1	40	120	
		Química	1	40	1	40	1	40	120	
		Física	1	40	1	40	1	40	120	
	<b>SUBTOTAL</b>			<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>360</b>
	CIÊNCIAS HUMANAS	História	1	40	1	40	1	40	120	
		Geografia	1	40	1	40	1	40	120	
		Sociologia	1	40	1	40	1	40	120	
Filosofia		1	40	1	40	1	40	120		
<b>SUBTOTAL</b>			<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>	
<b>TOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA</b>			<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>1800</b>	
FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	Produção Textual e Leitura	1	40	2	80	2	80	240		
	Direito Indígena	1	40	1	40	1	40	160		
	Arte e Cultura Indígena	1	40	1	40	1	40	120		
	Projeto de Vida**	1	40	1	40	1	40	80		
	Eletivas de Base***	4	160	2	80	2	80	120		
	Pré IF Ciências da Saúde	1	40	0	0	0	0	40		
	Pré IF Ciências Sociais,	1	40	0	0	0	0	40		

	Econômicas e Administrativas							
	Pré IF Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	1	40	0	0	0	0	40
	Pré IF Ciências Humanas e Linguagens	1	40	0	0	0	0	40
	Eletivas de IF	0	0	4	160	4	160	320
	Corresponsabilidade Social e Movimento Indígena	0	0	1	40	1	40	80
<b>SUBTOTAL</b>		<b>12</b>	<b>480</b>	<b>12</b>	<b>480</b>	<b>12</b>	<b>480</b>	<b>1560</b>
<b>CARGA HORÁRIA GERAL</b>		<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>3600</b>

### QUILOMBOLAS

Quadro 9: Estrutura Curricular Escolas Quilombolas.

Estrutura Curricular	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	2022		2023		2024		CH/anos
			1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		
			CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGEM	Língua Portuguesa	4	160	4	160	4	160	480
		Educação Física*	1	40	1	40	1	40	120
		Arte*	1	40	1	40	1	40	120
		Língua Inglesa	1	40	1	40	1	40	120
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>840</b>
	MATEMÁTICA	Matemática	4	160	4	160	4	160	480
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	1	40	1	40	1	40	120
		Química	1	40	1	40	1	40	120
		Física	1	40	1	40	1	40	120
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>3</b>	<b>120</b>	<b>360</b>
	CIÊNCIAS HUMANAS	História	1	40	1	40	1	40	120
		Geografia	1	40	1	40	1	40	120
		Sociologia	1	40	1	40	1	40	120
		Filosofia	1	40	1	40	1	40	120
<b>SUBTOTAL</b>		<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>4</b>	<b>160</b>	<b>480</b>	
<b>TOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA</b>			<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>18</b>	<b>720</b>	<b>2160</b>
PARTE DIVERSIFICADA	FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	1	40	2	80	2	80	200
		Projeto de Vida	1	40	1	40	1	40	240
		Eletivas de Base	4	160	2	80	2	80	320
		Pré IF Ciências da Saúde	1	40	0	0	0	0	40
		Pré IF Ciências Sociais, Econômicas e Administrativas	1	40	0	0	0	0	40
		Pré IF Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	1	40	0	0	0	0	40
		Pré IF Ciências Humanas e Linguagens	1	40	0	0	0	0	40
		Aprofundamento de IF I	0	0	2	80	2	80	160
		Aprofundamento de IF II	0	0	2	80	2	80	160
		Literatura Africana e afro-	1	40	2	80	2	80	200

	brasileira							
	Corresponsabilidade Social, Movimento Negro e Quilombola no Brasil	1	40	1	40	1	40	120
<b>SUBTOTAL</b>		<b>12</b>	<b>480</b>	<b>12</b>	<b>480</b>	<b>12</b>	<b>480</b>	<b>1560</b>
<b>CARGA HORÁRIA GERAL</b>		<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>30</b>	<b>1200</b>	<b>3600</b>

### EPT

- a) IEMA – Unidade Plena (modelo de oferta do eixo tecnológico Recursos Naturais)



ÁREA DO COMPONENTO		1ª SÉRIE						2ª SÉRIE						3ª SÉRIE						TOTAL GERAL	TOTAL GERAL	
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL				
		S	T	S	T	h/a	h/r	S	T	S	T	h/a	h/r	S	T	S	T	h/a	h/r			
		h/a	h/a	h/a	h/a			h/a	h/a	h/a	h/a	h/a	h/r	h/a	h/a	h/a	h/a	h/a	h/r			h/a
BASE NACIONAL COMUM (BNCC)	Linguagens	Língua Portuguesa e Literatura	5	100	4	80	180	150	4	80	4	80	160	133	4	80	4	80	160	133	500	417
		Arte	2	40	1	20	60	50		20		20	17			40	40	33	120	100		
		Língua Estrangeira - Inglês	2	40	3	60	100	83			2	20	17		20			20	33	140	117	
		Educação Física	1	20	1	20	40	33		20	2	40	33		20		20	40	33	120	100	
	Matemática	Matemática	5	100	5	100	200	167		80		6	140	117		40		80	120	100	460	383
		Ciências da Natureza	Física	2	40	1	20	60	50				4	40	33			40	40	33	140	117
			Química	2	40			40	33				4	40	33			60	60	33	140	117
	Biologia		2	40			40	33				4	40	33			60	60	33	140	117	
	Ciências Humanas	Geografia	2	40	2	40	80	67							40			40	33	120	100	
		História	2	40	1	20	60	50		20			20	33	40			40	33	120	100	
		Filosofia	2	40			40	33		20			20	17			20	20	50	80	67	
		Sociologia	2	40			40	33		20			20	17			20	20	50	80	67	
<b>TOTAL DA BASE NACIONAL COMUM</b>		<b>29</b>	<b>580</b>	<b>18</b>	<b>360</b>	<b>940</b>	<b>783</b>	<b>13</b>	<b>260</b>	<b>15</b>	<b>300</b>	<b>560</b>	<b>483</b>	<b>13</b>	<b>240</b>	<b>21</b>	<b>420</b>	<b>660</b>	<b>593</b>	<b>2160</b>	<b>1800</b>	
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira - Espanhol	2	40	1	20	60	50													60	50	
	Eletivas	2	40	2	40	80	67		40		4	80	67		40		40	80	67	240	200	
	Projeto de vida	2	40	2	40	80	67		40		4	80	67		40		40	80	67	240	200	
	Estudo Orientado e Avaliação Semanal	4	80	4	80	160	133		80		8	160	133		80		80	160	133	480	400	
	Projetos Empreendedores e Corresponsabilidade Social	3	60	3	60	120	100		60		6	120	100		60		40	100	83	340	283	
	Robótica Aplicada	2	40	2	40	80	67													80	67	
	Ética Profissional														40			40	33	40	33	
<b>TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA</b>		<b>15</b>	<b>300</b>	<b>14</b>	<b>280</b>	<b>580</b>	<b>483</b>	<b>1</b>	<b>220</b>	<b>11</b>	<b>220</b>	<b>440</b>	<b>367</b>	<b>13</b>	<b>260</b>	<b>10</b>	<b>200</b>	<b>460</b>	<b>383</b>	<b>1480</b>	<b>1233</b>	
Fundamentos				4	80	80	67													80	67	

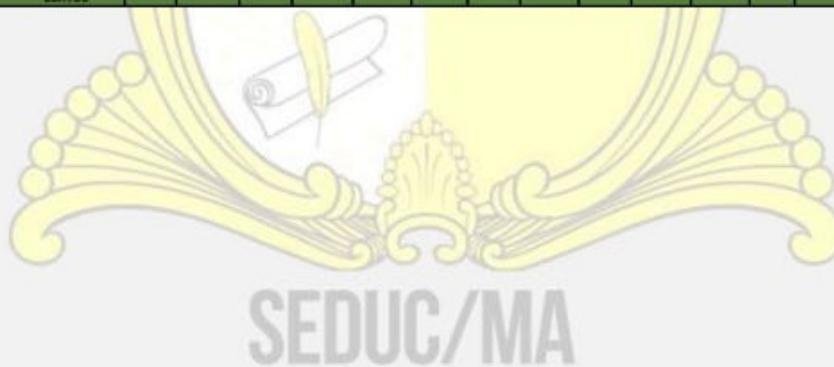




Quadro 10: Estrutura Curricular IEMA – Unidade Plena.

CURSO: TÉCNICO EM LOGÍSTICA /800H		EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS													
FORMAÇÃO GERAL		ETAPAS												TOTAL CURSO	TOTAL GERAL
ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	I ETAPA				II ETAPA				TOTAL	PI	CH	PI		
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE							
		CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL						
LÍNGUA GERAL E SUAS TÉCNICAS	LÍNGUA PORTUGUESA	3	60	3	60	120		2	40	2	40	80	1	200	40
	ARTE	1	20	1	20	40	1					0		40	20
	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	20	1	20	40								40	
	LÍNGUA INGLESA	1	20	1	20	40	1	1	20	1	20	40		80	
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	HISTÓRIA	2	40	2	40	80	1	1	20			20		100	20
	GEOGRAFIA	2	40	2	40	80	1	1	20	1	20	40		120	20
	FILOSOFIA	2	40	2	40	80	1					0		80	20
	SOCIOLOGIA	2	40	2	40	80	1					0		80	20
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	QUÍMICA	2	40	2	40	80		1	20			20		100	
	FÍSICA	2	40	2	40	80		2	40			40	1	120	20
	BIOLOGIA	2	40	2	40	80		2	40			40	1	120	20
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	5	60	3	60	120		1	60	3	60	120		240	
		23	460	23	460	920	6	13	260	7	140	400	3	1320	180
NÚCLEO COMUM - FORMAÇÃO PROFISSIONAL		ETAPAS												TOTAL CURSO	TOTAL GERAL
		I ETAPA				II ETAPA				TOTAL	PI	CH	PI		
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE							
CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL								
PROJETO DE VIDA E EMPREENDEDORISMO		2	40	2	40	80						0		80	
PESQUISA CIENTÍFICA		1	20	1	20	40		2	40			40		80	
LÍNGUA GEM, TRABALHO E TECNOLOGIA		1	20	1	20	40		2	40			40	1	80	20
INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL						0		2	40	2	40	80	1	80	20
SUBTOTAL		4	80	4	80	160	0	6	120	3	40	160	2	320	40
FORMAÇÃO PROFISSIONAL		ETAPAS												TOTAL CURSO	TOTAL GERAL
		I ETAPA				II ETAPA				TOTAL	PI	CH	PI		
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE							
CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL								
INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA		1	20			20						0		20	
GESTÃO DE COMPRAS E CONTROLE DE ESTOQUES		5	60			60						0		60	
ARMAZEM E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS		1	20	2	40	60						0		60	
GESTÃO DE MARKETING E QUALIDADE				2	40	40						0		40	
CÁLCULO TÉCNICO				1	20	20						0		20	
SUBTOTAL		5	100	3	100	200	0	0	0	0	0	0	0	200	0
		QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTENTE EM LOGÍSTICA = 240 HORAS													
FORMAÇÃO PROFISSIONAL		ETAPAS												TOTAL CURSO	TOTAL GERAL
		I ETAPA				II ETAPA				TOTAL	PI	CH	PI		
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE							
CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL								

	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHA	CH	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHA	CH	CH	CH
OPERAÇÕES DE TRANSPORTES E DISTRIBUIÇÃO					0		3	60			60			60
PROCESSOS DE QUALIDADE DE SISTEMA					0		2	40			40			40
CONTABILIDADE BÁSICA					0		2	40			40			40
CONTROLE E PLANEJAMENTO DE PRODUÇÃO					0		2	40			40			40
SISTEMAS DE PRODUÇÃO					0				2	40	40			40
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>180</b>	<b>2</b>	<b>40</b>	<b>220</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>220</b>
<b>QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO = 220 HORAS</b>														
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	ETAPAS												TOTAL CURSO	TOTAL GERAL
	I ETAPA						II ETAPA							
	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL	PI	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL	PI	CH	PI
	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHA	CH	CHS	TOTAL	CHS	TOTAL	CHA	CH	CH	CH
GESTÃO DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS					0				2	40	40			40
SISTEMA DE INFORMAÇÃO APLICADOS À LOGÍSTICA					0				2	40	40			40
LOGÍSTICA REVERSA					0				1	20	20			20
NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA					0				1	20	20			20
LOGÍSTICA INTERNACIONAL E ADUANEIRA					0				2	40	40			40
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OU TCC	0	0	0	0	0	0	0	0	9	180	180	8	160	160
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>340</b>	<b>340</b>	<b>8</b>	<b>340</b>	<b>160</b>
<b>HABILITAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICO EM LOGÍSTICA</b>	<b>9</b>	<b>180</b>	<b>9</b>	<b>180</b>	<b>360</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>300</b>	<b>21</b>	<b>420</b>	<b>720</b>	<b>10</b>	<b>1080</b>	<b>200</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DA EJATEC</b>	<b>32</b>	<b>640</b>	<b>32</b>	<b>640</b>	<b>1280</b>	<b>6</b>	<b>28</b>	<b>560</b>	<b>28</b>	<b>560</b>	<b>1120</b>	<b>13</b>	<b>2400</b>	<b>380</b>



## ANEXO II

Organização Curricular com BNCC – Área de Linguagens e suas Tecnologias  
(Componente Curricular: Educação Física)

EDUCAÇÃO FÍSICA					
SÉRIE	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADES	CAMPO DE ATUAÇÃO	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS
1ª SÉRIE	Competências 1, 2 e 5	EM13LGG102 EM13LGG103 EM13LGG105 EM13LGG202 EM13LGG203 EM13LGG503 EM13LGG101 EM13LGG104 EM13LGG105	Todos os Campos de Atuação	Noções de Anatomia-Artrologia/Ossos/Músculos; Noções de Fisiologia-Sistemas Circulatório/Respiratório/Endócrino/Reprodutor; Postura Ideal existe?; Postura Corporal x Mover/Transportar objetos; Planos e Eixos do Corpo Humano; Sistemas de Alavancas; Cinesiologia/Biomecânica Aplicada aos Esportes. - Brincadeiras ao longo da vida; Jogos Simbólicos e o Imaginário infantil.	Conhecimentos sobre o Corpo (Noções de Anatomia; Noções de Fisiologia; Postura Ideal; Cultura Corporal);  Brincadeiras; Jogos Simbólicos.
	Competências 1 e 5	EM13LGG101 EM13LGG102 EM13LGG104 EM13LGG105 EM13LGG105	Todos os Campos de Atuação.	Doenças provocadas pelo sedentarismo; Ginastica como fator de Promoção e Proteção da saúde/Qualidade de Vida; Benefícios do treinamento de força; Ginástica Localizada; Treinamento Funcional; Musculação; Mitos x Verdades; Ginastica de condicionamento x Crianças/Adolescente; Ginástica de Condicionamento Físico e Estética; Exercício Físico como meio de alcançar o Corpo "Perfeito". - Modalidades; Locais de Prática; Equipamentos; Le Parcours nos Centros Urbanos; Rapel; Escalada; Slackline.	Ginástica de Condicionamento Físico; Ginástica Natural.  Práticas Corporais de Aventura Urbanas e Rurais.
	Competência 1 e 3.	EM13LGG105 EM13LGG301 EM13LGG302	Todos os Campos de Atuação.	Origem, História, Evolução e contextualização dos esportes Coletivos e Individuais mais populares no Brasil; Origem, História, Evolução e contextualização dos Esportes mais populares em outros países; Origem, História, Evolução e contextualização dos Esportes de Inverno; Aspectos Cinesiológicos e Biomecânicos; Esporte Técnico-Combinatório (Skate, Patinação, Surf) Tribos/Estilos/Gírias/Vestimentas; Iniciação Precoce; Mega Eventos Esportivos-Copa do Mundo/Jogos Olímpicos de Verão, Inverno e Jogos Paralímpicos; Jogos Paralímpicos-Inclusão das modalidades Paralímpicas nas aulas de Educação Física; O poder de Inclusão no Esporte; A Inclusão de Pessoas com Deficiência, na Elite Mundial do Esporte; A Tecnologia a favor da Pessoa com Deficiência; Atletas Paralímpicos x Atletas Olímpicos.	Esporte de Precisão; Esporte Técnico combinatório; Esporte de Campo e Taco; Mega Eventos Esportivos.

	Competência 1.	EM13LGG101 EM13LGG104 EM13LGG101 EM13LGG104 EM13LGG105	Todos os Campos de Atuação.	Origem das lutas no Brasil e no mundo; A filosofia das Artes Marciais; Esportes de combate x Violência/Brigas; Esportes de combate x Defesa Pessoal; Esporte de combate x Competição; Lutas Gênero e Diversidade; Lutas e Manifestações Culturais. - Danças Acadêmicas (Origem/história do Balé no Brasil e no Mundo); Danças de Rua e realidade social; Danças de Salão (lazer x competição). A dança, o gênero e a diversidade; Danças e Manifestações culturais; Danças, Preconceito x Arte; Danças, Condicionamento físico e Estético.	Lutas de Distância; Lutas do Maranhão; Lutas do Brasil; Lutas do mundo.  Danças Acadêmicas; Danças de Rua; Danças de Salão.
2ª SÉRIE	Competência 1 e 2	EM13LGG101 EM13LGG104 EM13LGG201 EM13LGG204	Todos os Campos de Atuação.	Lutas de Corpo a Corpo no Maranhão/Brasil/mundo; Origem/Histórico/Evolução no Mundo/Brasil/Maranhão; Esportes de Combate x Regras x preservação da integridade física. - Danças Populares/Folclóricas/Tradicionais, Nacionais, de Rua-Origem e relevância Sociocultural; Danças: Práticas/Expressões Corporais; Danças: Identidade/valores Culturais/Grupos Culturais.	Lutas de Corpo a Corpo; Lutas do Maranhão; Lutas do Brasil; Lutas do mundo.  - Danças Populares/Folclóricas/Tradicionais; Danças Nacionais; Danças de Rua.
	Competência 5	EM13LGG503	Todos os Campos de Atuação.	Atividade Física x Exercício Físico; Aptidão física x Sedentarismo; Aptidão física relacionada à saúde x Aptidão Física relacionada às habilidades esportivas; Doenças provocadas pelo sedentarismo; Exercício Físico como fator de Promoção e Proteção da saúde/Qualidade de Vida; Aquecimento x alongamento; Frequência cardíaca x zona alvo de treinamento; Benefícios do Treinamento Aeróbio; Benefícios do treinamento de força; Ginástica Localizada; Treinamento Funcional; Musculação; Mitos x Verdades; Exercício Físico x Crianças/Adolescente; Exercício Físico x Envelhecimento; Exercício Físico x Mulher; Exercício Físico x Gravidez; Exercício Físico x Grupos Especiais; Exercício Físico x Pessoas com Deficiência.	Aptidão Física Relacionada à Saúde e Habilidades Esportivas; Exercício e Saúde/Qualidade.
	Competência 1, 2, 3 e 5	EM13LGG101 EM13LGG104 EM13LGG201 EM13LGG204 EM13LGG104 EM13LGG301 EM13LGG302 EM13LGG502	Todos os Campos de Atuação.	Jogos esportivizados e os viés cooperativos x competitivo; Jogos Populares e o legado das gerações passadas; Oficina e confecções de jogos populares. - Origem, História, Evolução e contextualização dos esportes Coletivos e Individuais mais populares no Brasil; Origem, História, Evolução e contextualização dos Esportes mais populares em outros países; Esporte na 3ª Idade; Jogadoras de Futebol/Futsal/Handebol x Masculinização; Preconceito x Mulheres Atletas; Competição Esportiva-Mulheres Trans x mulheres; Homofobia no Esporte; Organização de Festivais, Copas e Torneios; Princípios do Treinamento Esportivo.	Jogos esportivizados; Jogos Populares. - Esporte Invasão; Esporte de Marca; Esporte Rede/Quadra Dividida ou Parede de Rebote; Organização Esportiva; Treinamento Esportivo.
	Competência 1 e 5	EM13LGG101 EM13LGG104 EM13LGG105 EM13LGG105	Todos os Campos de Atuação.	Origem/história das modalidades competitivas; Regras; Ginástica de Demonstração e Interação social; Ginástica de Demonstração e a formação integral do indivíduo. - Modalidades; Locais de Prática; Equipamentos; Corrida de Orientação; Rafting; Práticas Corporais de Aventura x Inclusão de Pessoas com Deficiência; Arborismo.	Ginástica de Competição; Ginástica de Demonstração.  Práticas Corporais de Aventura Urbanas e Rurais.
3ª SÉRIE	Competência 1 e 3	EM13LGG102 EM13LGG301 EM13LGG302 EM13LGG304 EM13LGG305	Todos os Campos de Atuação.	Origem, História, Evolução e contextualização dos esportes Coletivos e Individuais mais populares no Brasil; Origem, História, Evolução e contextualização dos Esportes mais populares em outros países; Escolinhas Esportivas; Esporte x Projetos Sociais; Esporte/Lazer, direito de todos?; Esporte/Lazer x Espaços Públicos.	Esporte de Invasão; Esporte de Marca; Esporte de Combate; Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; Organização Esportiva; Treinamento Esportivo.

	Competência 1, 2 e 5.	EM13LGG203 EM13LGG202 EM13LGG503 EM13LGG101 EM13LGG104 EM13LGG105	Todos os Campos de Atuação.	Aptidão física relacionada à saúde x Aptidão Física relacionada às habilidades esportivas; Falta de segurança x diminuição de Práticas Corporais em locais públicos (quadras, praças e ruas); Falta de segurança x aumento de Práticas Corporais em locais particulares (Academias, Clubes e Escolas esportivas); Homens e Mulheres tem as mesmas oportunidades para realizar Práticas Corporais, seja em locais públicos ou privados?; Existem Práticas Corporais com preconceitos a homens, ou mulheres; Por que, as atletas femininas de modo geral, ganham salários menores, comparados aos atletas masculinos na mesma modalidade?; Preconceito (Racial, Gênero, Social e Religioso) x Esporte. - O exercício físico, como forma de prevenção/tratamento de doenças; A Ginástica como meio de solucionar problemas físicos e posturais; Ginástica Geral x Circo.	Exercício e Habilidades Esportivas; Corpo e Sociedade; Corpo e Diversidade.  Ginásticas Fisioterápicas; Ginástica de Conscientização Corporal; Acrobacias Circenses.
	Competência 2, 3 e 7	EM13LGG204 EM13LGG301 EM13LGG701 EM13LGG704 EM13LGG201 EM13LGG204 EM13LGG301	Todos os Campos de Atuação.	Jogos Cooperativos; Jogar com o outro x jogar contra o outro; Jogos Eletrônicos x competição; Jogos eletrônicos e geração de renda; Criação de Jogos eletrônicos. - Origem/Histórico/Evolução no Mundo/Brasil/Maranhão; Lutas x Inclusão de Pessoas com Deficiência; Esportes de Combate x Projetos Sociais.	Jogos Cooperativos; Jogos Eletrônicos.  Lutas de Distância; Lutas de Corpo a Corpo; Lutas do Maranhão; Lutas do Brasil; Lutas do mundo.
	Competências 1, 2 e 3	EM13LGG201 EM13LGG204 EM13LGG301 EM13LGG105	Todos os Campos de Atuação.	Dança x Preconceito (Gênero Masculino); Modalidades de Dança x Aceitação/Preconceito Social; Dança x Inclusão de Pessoas com Deficiência; Dança x Projetos Sociais; Danças x Espaços Públicos. - Modalidades; Locais de Prática; Equipamentos; Skate Street; Patins Street; Mountain Bike; Ciclismo BMX.	Danças Internacionais; Danças Populares/folclóricas/Tradicionais; Danças de Rua Práticas Corporais de Aventura Urbanas e Rurais.

### ORGANIZAÇÃO CURRICULAR PARA OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS INTEGRADOS (2ª E 3ª SÉRIES DO ENSINO MÉDIO)

2ª SÉRIE				
ÁREAS DO CONHECIMENTO	CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E DA TERRA ENFOQUE: MATEMÁTICA, GEOGRAFIA, SOCIOLOGIA, BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA	CIÊNCIAS DA SAÚDE ENFOQUE: BIOLOGIA, QUÍMICA E ED.FÍSICA, MATEMÁTICA	CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM ENFOQUE: L.PORTUGUESA, L. ESPANHOLA, ARTE, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA)	CIÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS ENFOQUE: FILOSOFIA, SOCIOLOGIA, GEOGRAFIA, MATEMÁTICA E HISTÓRIA
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elementos básicos nas diversas linguagens (no desenho, na pintura e na escultura, perspectiva, plano e profundidade, cenografia, storyboard).</li> <li>Cinema e fotografia; paisagismo e cenografia. Arte efêmera e land Art, Paisagem sonora.</li> <li>Mídias digitais (animação, instalação, hologramas e jogos).</li> <li>Arte e processos físicos de visualização da luz, efeitos óticos, técnicas de pintura e confecção de tintas, proporção áurea, a estética do belo, simetria, perspectiva;</li> <li>Efeitos visuais, efeitos em 3D através do desenho e da pintura.</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura e análise de textos no gênero relato, relatório, gráfico, infográfico, orçamento;</li> <li>Planejamento e elaboração de textos nos gêneros: relato;</li> </ul>	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Percepção do objeto artístico; leitura da obra de arte;</li> <li>estética da arte nas quatro linguagens;</li> <li>representação e interação corporal, nas diversas linguagens. (sons do grupo Barbatuque, happening;</li> <li>Arte Inclusiva</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento e participação em gêneros orais (debate regrado, mesa redonda, plenária, entrevista, discussão, colóquio);</li> <li>Leitura e compreensão da política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;</li> <li>Cortesia e Ética Verbal na comunicação;</li> <li>Análise linguística na produção de textos (coerência e coesão textual, modalização textual, convenções da escrita).</li> </ul>	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apreciação e fruição do objeto artístico;</li> <li>Mediação Cultural nos espaços artísticos / históricos da cidade;</li> <li>Arte indígena.</li> <li>Arte afro-brasileira.</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Curadoria do conhecimento;</li> <li>Planejamento e elaboração de textos nos gêneros do campo de atuação jornalístico-midiático (notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, editorial);</li> <li>Notícias parciais, imparciais e fake News;</li> <li>Análise crítica da informação e combate à disseminação de fake News;</li> <li>Planejamento e elaboração de gêneros multissemióticos (charge, tirinhas, cartum);</li> <li>Leitura e análise do gênero textual propaganda;</li> <li>Planejamento e elaboração do gênero textual propaganda;</li> <li>Análise linguística (coerência e</li> </ul>	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Arte e discussão de gênero;</li> <li>Arte Conceitual;</li> <li>Intervenção artística.</li> <li>Festivais, Mostras e exposições de arte, alusivos às diferentes linguagens artísticas</li> <li>engajamento social: Dramaturgia, filme, ficção/ documentário/ música / dança urbana</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento e elaboração de textos nos gêneros carta comercial, currículo, agenda;</li> <li>Planejamento e elaboração dos textos multimodais videocurrículo e currículo web;</li> <li>Redação técnica: ofício, memorando, declaração, requerimento;</li> <li>Leitura e análise textual;</li> <li>Análise linguística na produção do gênero (coerência e coesão textual, modalização verbal,</li> </ul>

	<p>relatório; gráfico; infográfico, orçamento; Emprego do raciocínio reflexivo, crítico e criativo, por meio da linguagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise linguística na produção de textos (coerência e coesão textual, modalização verbal, convenções da escrita).</li> <li>● Leitura e análise de textos no gênero avaliação de imóvel e título mobiliário;</li> <li>● Planejamento e elaboração de textos no gênero avaliação de imóvel e título mobiliário;</li> <li>● Resolução de fenômenos ou problemas da área de Ciências Exatas e Tecnológicas, mediadas pela linguagem e intersemioses;</li> <li>● Desenvolvimento e utilização de novas ferramentas e técnicas para a resolução de problemas nas áreas de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias, em práticas mediadas pela linguagem;</li> <li>● Análise linguística na produção de texto (coerência e coesão textual, convenções da escrita).</li> <li>● Leitura e análise de textos em ambientes digitais, nas diferentes mídias;</li> <li>● Planejamento e produção de textos multissemióticos em plataformas digitais (tutorial, a instrução), tais como o podcast, considerando o contexto discursivo;</li> <li>● Planejamento e produção de textos a partir do uso de recursos digitais, tais como a planilha, o mapa mental, o mapa conceitual e o mapa persona, considerando o contexto discursivo;</li> <li>● Análise linguística na produção do gênero (coerência e coesão textual, convenções da escrita).</li> <li>● Oralidade, narrativas multimídia, transmídia;</li> <li>● Desenvolvimento da oralidade para atuação em equipes multidisciplinares;</li> <li>● Criação de roteiros para a produção de vídeos variados (vídeos de bolso, videominuto, videoclipe, vídeo currículo, vlogs, lives, documentários, etc), considerando o contexto discursivo das áreas de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias;</li> <li>● Produção de vídeos variados (vídeos de bolso, videominuto, videoclipe, vídeo currículo, vlogs, lives, documentários, etc.), considerando o contexto discursivo das áreas de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias;</li> <li>● Curadoria da informação e processamento de dados;</li> <li>● Análise linguística na produção do gênero (coerência textual, cortesia verbal, entonação).</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Investigar se na sua localidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação em debates, assembleias e fóruns de discussão;</li> <li>● Oralidade: escuta atenta, turno e tempo de fala;</li> <li>● Argumentos para defesa de opiniões;</li> <li>● Réplica (posicionamento responsável em relação a temas, visões de mundo e ideologias veiculados por textos e atos de linguagem);</li> <li>● Desenvolvimento da oralidade para a atuação ética, humanística e social com o trabalho multiprofissional em saúde;</li> <li>● Análise linguística na produção de textos (coerência e coesão textual, modalização textual, convenções da escrita).</li> <li>● Leitura e análise de textos nos gêneros injuntivos (bula, receita médica, prescrição);</li> <li>● Leitura, conhecimento e análise das normas que compõem a prescrição da produção científica brasileira, tais quais a ABNT, e normas internas, etc.;</li> <li>● Leitura, análise e elaboração de textos no gênero artigo científico;</li> <li>● Análise linguística na produção de textos (modo verbal imperativo, uso de adjetivos da descrição).</li> <li>● Leitura, planejamento e produção do gênero textuais tais como dieta (alimentar, hospitalar), atestado, relatórios, ficha de saúde;</li> <li>● Confeção do gênero cartaz na área da saúde;</li> <li>● Trabalho com as novas tecnologias da informação e comunicação, para o uso efetivo da comunicação na resolução de problemas;</li> <li>● Análise linguística na produção do gênero (modalização verbal, uso de adjetivos da descrição, convenções da escrita).</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Saber a diferença entre Atividade Física x Exercício Físico;</li> <li>● Compreender a importância dos benefícios do exercício físico para Promoção e manutenção da saúde/Qualidade de Vida;</li> <li>● Conhecer as doenças provocadas pelo sedentarismo e como o exercício físico ajuda na prevenção;</li> <li>● Entender como Dança contribui na saúde, e bem-estar físico/mental de seus praticantes</li> <li>● Conhecer os Benefícios do Exercício Físico para grupos especiais;</li> </ul> <p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● On-line Information Texts (Textos voltados com temáticas variadas);</li> <li>● Noções de Inglês Instrumental-</li> </ul>	<p>coesão textual, modalização textual, convenções da escrita).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Leitura e análise de textos no gênero roteiro teatral;</li> <li>● Planejamento e elaboração de textos no gênero roteiro teatral;</li> <li>● Resignificação e reinterpretação textual a partir de elementos visuais no gênero dramático (enquadramento, iluminação, figurino, cenário etc.);</li> <li>● Produção de textos audiovisuais;</li> <li>● Resignificação e reinterpretação textual a partir de elementos sonoros (timbre, entonação, volume, intensidade, pausas, ritmo, sincronização, efeitos sonoros, etc.);</li> <li>● Domínio da modalidade formal da Língua Portuguesa e da escolha de registro.</li> <li>● Produção de textos audiovisuais;</li> <li>● Leitura e análise de textos imagéticos;</li> <li>● O texto imagético nas artes;</li> <li>● Planejamento e elaboração de textos nos gêneros: gráfico; infográfico e mapa;</li> <li>● Planejamento e elaboração de resumos;</li> <li>● Análise de filmes;</li> <li>● Leitura e análise textual;</li> <li>● Análise linguística na produção do gênero (coerência e coesão textual, modalização textual, convenções da escrita).</li> <li>● O texto literário e outras linguagens estéticas;</li> <li>● Leitura e análise de textos do gênero poético (poema visual, cordel, slam);</li> <li>● Planejamento e elaboração de textos do gênero poético (poema visual, cordel, slam);</li> <li>● Análise estrutural do texto narrativo;</li> <li>● Leitura e análise dos gêneros conto, crônica e romance;</li> <li>● Leitura e análise de obras literárias;</li> <li>● Intertextualidade e interdiscursividade;</li> <li>● Estudo de autores da literatura afro-brasileira;</li> <li>● Análise de filmes e músicas;</li> <li>● Releitura de textos do campo artístico-literário;</li> <li>● Análise linguística (denotação, conotação e figuras de linguagem).</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Entender Jogos esportivizados como um instrumento lúdico, estratégico, cooperativos, em uma competição sadia;</li> <li>● Criação de uma Oficina, e coleta de materiais recicláveis para confecções de brinquedos e jogos populares;</li> <li>● Relacionar que tipos de Preconceitos ocorrem no Esporte;</li> <li>● Práticas Corporais: Gênero e Diversidade.</li> <li>● Esportes de Combate - Regras x violência, e sua realidade;</li> </ul>	<p>convenções da escrita, pronomes de tratamento).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Leitura e análise de textos nos gêneros balanço patrimonial, atas de reunião, e-mails de venda, faturas, orçamento, relatório e título de renda;</li> <li>● Planejamento e elaboração de textos nos gêneros balanço patrimonial, atas de reunião, e-mails de venda, faturas, orçamento, relatório e título de renda;</li> <li>● Planejamento e elaboração de catálogos ou lista de livros adotando critérios bem definidos;</li> <li>● Planejamento e elaboração de fichas catalográficas.</li> <li>● Leitura e análise de resenhas de livros, filmes e outras obras;</li> <li>● Planejamento e elaboração de resenhas de livros, filmes e outras obras;</li> <li>● Leitura e análise de gêneros textuais inseridos no campo de atuação da vida pública tais como abaixo-assinado, carta de reclamação, regras e regulamentos;</li> <li>● Planejamento e elaboração de gêneros textuais inseridos no campo de atuação da vida pública tais como abaixo-assinado, carta de reclamação/solicitação, regras e regulamentos;</li> <li>● Leitura e análise de guias e mapas turísticos de regiões específicas;</li> <li>● Planejamento e elaboração de guias e mapas turísticos de regiões específicas;</li> <li>● Leitura e análise de gêneros textuais inseridos no campo de atuação da vida pública tais como manifestos, carta aberta, nota de repúdio, projeto de intervenção social, projeto de lei;</li> <li>● Planejamento e elaboração de gêneros textuais inseridos no campo de atuação da vida pública tais como manifestos, carta aberta, nota de repúdio, projeto de intervenção social, projeto de lei;</li> <li>● A intenção discursiva em manifestos, carta aberta e nota de repúdio;</li> <li>● Análise linguística na produção do gênero (coerência e coesão textual, modalização verbal, convenções da escrita).</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Organizar Escolinhas Esportivas;</li> <li>● Criação de Projetos Sociais de esporte/Lazer, em sua comunidade;</li> <li>● Utilizar/revitalizar Espaços Públicos para realização de práticas corporais.</li> <li>● Saber a diferença entre Festivais, Copas e Torneios, e como organizar esses eventos</li> </ul>
--	---	---	---	--

	<p>tem áreas que favoreçam a realização de Práticas Corporais de Aventura (Rapel; Escalada);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação/organização de espaços para realização de Jogos de Salão;</li> <li>● Aprender a calcular o IMC e sua importância na Composição Corporal.</li> <li>● A contribuição da Tecnologia no Esporte Moderno;</li> </ul> <p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● On-line Information Texts (Textos voltados com temáticas variadas); Business English, Noções de Inglês Instrumental-English for Specific Purposes ( Noções de leitura , interpretação e diálogos), Técnicas de Scanning e Skimming, Cognatos e Falsos Cognatos.</li> <li>● Online Dictionaries (Estudo de verbetes de áreas específicas do conhecimento), Noções de Inglês Instrumental-English for Specific Purposes ( Noções de leitura , interpretação e diálogos), Reading Technical texts (técnicas de Scanning e Skimming aprofundamentos das técnicas ), Noções de terminológica científica ( False Cognates and False Friends, Siglas e Abreviaturas)</li> <li>● Reading and Writing (Leitura e escrita de pequenos relatórios, planilhas, mapas conceituais e outros), Noções de Inglês Instrumental (Aprofundamento das técnicas de leitura: Skimming e Scanning)</li> <li>● Reading comprehension (Leitura e interpretação textual), English test ( Testes de proficiência), Técnicas de tradução de textos</li> </ul> <p><b>Língua Espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Nociones de Español Instrumental;</li> <li>● Comprensión lectora y análisis textual.</li> </ul>	<p>English For Specific Purposes ( Noções de leitura , interpretação e diálogos), Técnicas de Scanning e Skimming, Cognatos e Falsos Cognatos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● On-line information (Leituras e interpretação de artigos científicos ), Noções de Inglês Instrumental (Aprofundamento de termos científicos), On-line dictionaires ( Estudos de verbetes de áreas específicas do conhecimento );</li> <li>● Reading Comprehension (Leitura e compreensão de artigos científicos, cartazes, gráficos e infográficos);</li> <li>● Human Body Parts, Clinical History Chart (Termos específicos da área da saúde).</li> <li>● Reading and writing ( Leitura e escrita de textos) Conversations ( Diálogos a Língua Inglesa na situação cotidiana ), Idiomatic expression;</li> </ul> <p><b>Língua Espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Nociones de Español Instrumental;</li> <li>● Comprensión lectora y análisis textual (reportajes, folders con temáticas relacionadas a la area de la salud y bienestar).</li> <li>● Planeamento y elaboración de textos en los géneros: anuncio publicitário y campañas publicitárias.</li> <li>● Partes del cuerpo humano</li> </ul>	<p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Varied textual genres: poems and prose;</li> <li>● Reading technical texts, Reading poetry, romance and plays;</li> <li>● English Literature;</li> <li>● Reading and writing about Maranhão's tourist attractions;</li> <li>● English Literature (Romantism);</li> <li>● Influência Cultural da Língua Inglesa ; Difference between American and British english;</li> <li>● English Literature (Estudo de autores de Língua Inglesa e suas obras: Jane Austen, Edgar Allan Poe, Oscar Wilde, entre outros).</li> <li>● English everyday in your life, Estrangeirismo (Aprofundamento), Reading Comprehension ( Leitura e interpretação de textos: crônicas, fábulas, contos, receitas, bulas, manuais , entre outros.)</li> </ul> <p><b>Língua Espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● La Lengua Española como mecanismo de construcción de identidad en el mundo globalizado;</li> <li>● Manifestaciones culturales (literatura, música, cine, televisión, periodismo, etc.);</li> <li>● Planeamento de escrita / Contexto / Público leitor / Finalidade da escrita / Layout do texto / Suporte de escrita;</li> <li>● Nociones de Español Instrumental;</li> <li>● Comprensión lectora y análisis textual;</li> <li>● Producción de textos orales.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Danças: Identidade/valores/ grupos Culturais</li> <li>● O Legado dos Mega Eventos Esportivos.</li> </ul> <p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Noções de Inglês Instrumental - English for Specific Purposes ( Noções de leitura, interpretação e construção de dialogos), On-line texts (Textos de variadas temáticas), Reading and Speaking ( Leitura e interpretação de textos voltadas para área específicas do conhecimento)</li> <li>● On-line information (Textos de variadas temáticas)</li> <li>● Business English (Criação de diálogos voltados para situações cotidianas do uso da língua estrangeira)</li> <li>● Reading Comprehension (Artigos científicos, dissertações, teses, entre outros).</li> <li>● Reading Comprehension (gráficos, infográficos, relatórios);</li> <li>● English Celebration (A influência cultural no mundo), On-line dictionaires (Estudos e leitura de verbetes de área específicas do conhecimento).</li> <li>● Reading Tecnical Texts ( Skimming e Scanning), On-line informations ( Leitura e interpretação de artigos científicos, dissertações , teses entre outros), Cognatos e Falsos Cognatos Reading Comprehension ( Leitura e interpretação de testes de proficiência)</li> </ul> <p><b>Língua Espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Nociones de Español Instrumental;</li> <li>● Comprensión lectora y análisis textual.</li> </ul>
<p><b>MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Áreas de figuras planas - outras abordagens;</li> <li>● Vetores no plano;</li> <li>● Transformações geométricas e Simetria;</li> <li>● Geometria dos fractais</li> <li>● Noções de cartografia (projeção cilíndrica e cônica);</li> <li>● Sistemas de equações lineares.</li> <li>● Análise combinatória: Arranjos, Permutação e Combinação simples e com e termo repetidos;</li> <li>● Lei dos cossenos e lei dos senos.</li> <li>● Trigonometria no ciclo trigonométrico:</li> <li>● Equações e transformações trigonométricas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sistemas de medidas;</li> <li>● Notação científica;</li> <li>● Proporcionalidade (Razão e Proporção)</li> <li>● Funções e Modelos de crescimento linear, quadrático, logarítmico e exponencial (com uso ou não de softwares livres).</li> <li>● Matrizes;</li> <li>● Sistemas Lineares e Áreas de figuras planas.</li> <li>● Geometria Espacial (Volumes e Áreas).</li> <li>● Funções Trigonométricas: seno, cosseno e tangente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Proporcionalidade (Razão e Proporção);</li> <li>● Funções e Modelos de crescimento linear e quadrático (com uso ou não de softwares livres).</li> <li>● Funções e modelos de crescimento logarítmico e exponencial (com uso ou não de softwares livres).</li> <li>● Trigonometria no triângulo retângulo; Leis dos cossenos e Lei dos senos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sistemas de medidas;</li> <li>● Notação científica;</li> <li>● Proporcionalidade (Razão e Proporção).</li> <li>● Funções e Modelos de crescimento linear e quadrático (com uso ou não de softwares livres).</li> <li>● Funções e modelos de crescimento logarítmico e exponencial (com uso ou não de softwares livres).</li> <li>● Matrizes;</li> <li>● Sistemas Lineares.</li> </ul>

<p align="center"><b>CIÊNCIAS DA NATUREZA</b></p>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● A investigação científica (Método Hipotético-Dedutiva); Leis e teorias;</li> <li>● Classificação dos seres vivos</li> <li>● Divisão Celular</li> <li>● Peixes e anfíbios; Répteis, aves e Mamíferos (nicho ecológico).</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Grandezas Físicas em equipamentos industriais;</li> <li>● Movimento e trajetórias de veículos e dispositivos de segurança.</li> <li>● Aplicação da estática em grandes construções;</li> <li>● Aplicações da mecânica rotacional no dia a dia;</li> <li>● Ressonância em grandes construções;</li> <li>● Hidrodinâmica em veículos</li> </ul> <p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Estrutura da matéria (partículas subatômicas) e propriedades físicas, químicas e organolépticas;</li> <li>● Tabela periódica (propriedades periódicas e aperiódicas)</li> <li>● Reações inorgânicas;</li> <li>● Expressões das concentrações das soluções;</li> <li>● Cinética (cálculo da velocidade da reação)</li> <li>● Equilíbrio químico: Reações reversíveis e irreversíveis, deslocamento do equilíbrio, constantes de equilíbrio, cálculo de pH e pOH.</li> </ul>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● A água e os sais minerais</li> <li>● Glicídios e lipídios</li> <li>● Proteínas</li> <li>● Vitaminas.</li> <li>● Estudos dos Tecidos (epitelial, conjuntivo (sangue e sistema linfático), muscular e nervoso.</li> <li>● O Sistema imune animal: anticorpos e processos imunológicos.</li> <li>● Sistemas digestório, respiratório, circulatório, endócrino e nervoso.</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sistema internacional de medidas em relatórios técnicos. Escrita e interpretação de relatórios técnicos.</li> <li>● Aplicação das Leis de Newton prática de esportes</li> <li>● Calor, ambiente e usos de energia</li> <li>● Instrumentos ópticos (microscópio); lentes para correção de doenças da visão humana</li> </ul> <p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Reações químicas</li> <li>● Soluções (cálculo de concentração, diluição e misturas)</li> <li>● Cinética: Fatores que influenciam a velocidade das reações;</li> <li>● Termoquímica (valor energético dos alimentos)</li> <li>● Equilíbrio químico (solução tampão, cálculo de pH e pOH).</li> </ul>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Origem da Vida (Hipótese Autotrófica e Heterotrófica e Teorias).</li> <li>● Reprodução e Hereditariedade.</li> <li>● Biomas</li> <li>● Núcleo (ácidos nucleicos e cromossomos).</li> <li>● Clonagem.</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Importância do Sistema</li> <li>● Internacional de medidas;</li> <li>● Escrita e interpretação de relatórios técnicos.</li> <li>● O movimento e aplicação de forças e suas consequências</li> <li>● Calor, temperatura, efeito estufa e seus efeitos correlatos</li> <li>● Evolução dos Instrumentos óticos</li> </ul> <p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Cronologia e etimologia dos elementos químicos.</li> <li>● Evolução dos modelos atômicos;</li> <li>● Evolução histórica da tabela periódica.</li> <li>● Representação dos modelos atômicos;</li> <li>● Geometria molecular</li> <li>● Contaminação de solos, do ar e da água. (substâncias químicas).</li> </ul>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Doenças parasitárias e carenciais no Brasil: agentes causadores e profilaxia.</li> <li>● Doenças infecciosas: agentes causadores; epidemias, epidemias e pandemias</li> <li>● Ecologia (Pirâmides Ecológicas)</li> <li>● Dinâmica de populações</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Econofísica: introdução.</li> <li>● Determinação de trajetórias, tempo e velocidade de segurança em veículos.</li> <li>● Fontes de energia e economia</li> <li>● Lentes para correção de doenças da visão humana</li> </ul> <p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Tratamento de água e resíduos</li> <li>● Leis ponderais (relação de massa)</li> <li>● Aplicação de cálculos estequiométricos na economia doméstica</li> <li>● Impacto dos poluentes químicos na sociedade.</li> </ul>
<p align="center"><b>CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</b></p>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● O Pensamento Filosófico na Modernidade - Foco: Tecnologia no Campo</li> <li>● A Filosofia Iluminista - A Fisiocracia.</li> <li>● A Cosmologia - Filosofia Naturalista - Foco: A Natureza como explicação para origem do universo</li> <li>● Discussões éticas da sociedade- Foco: Ética no campo</li> </ul> <p><b>Geografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Cartografia e Geotecnologias;</li> <li>● Pedologia e uso sustentável do solo.</li> <li>● Clima e ecossistemas naturais.</li> <li>● Sustentabilidade, Meio ambiente e Política ambiental brasileira.</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● O conceito de sobreposição de territorialidades étnico culturais.</li> <li>● Revoluções burguesas, políticas, econômicas e sociais e suas contribuições para as configurações geo-históricas do</li> </ul>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● As áreas da Filosofia: Ética, Política, Metafísica, Epistemologia, Estética. - Foco: Ética e Estética.</li> <li>● Os gêneros de conhecimento: imaginação, razão e intuição e a relação com Substância, natureza, atributos, mente e corpo, Afetos, Conatos - Foco: Mente e Corpo</li> <li>● Ética e moral, suas interrelações e diferenças - Problemas Éticos.</li> <li>● A Bioética e seus conceitos</li> </ul> <p><b>Geografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Geografia da saúde;</li> <li>● Sustentabilidade, Meio ambiente e Política ambiental brasileira.</li> <li>● Clima e ecossistemas naturais.</li> <li>● Agricultura e Segurança alimentar.</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● A violência como instrumento de poder: nas relações de gênero, política, econômicas no período colonial.</li> </ul>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● A Filosofia Iluminista- Foco: Literatura</li> <li>● A Lógica Moderna, A Filosofia Da Linguagem, O Círculo de Viena.</li> <li>● A Ciência Contemporânea - Foco: POSITIVISMO LÓGICO</li> <li>● O Mito e sua relação com a Filosofia - Foco: Mitos e Fábulas.</li> <li>● A Teoria da Ação Comunicativa</li> </ul> <p><b>Geografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Categorias teóricas da Geografia; Cartografia e geotecnologias</li> <li>● Estrutura geológica e geomorfológica da Terra; Pedologia</li> <li>● Clima e ecossistemas naturais; Hidrologia oceânica e continental</li> <li>● Sustentabilidade, Meio ambiente Política ambiental brasileira.</li> <li>● Matriz energética e os recursos energéticos sustentáveis</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Brasil Colônia</li> <li>● O SECULO DAS LUZES</li> </ul>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● O Pensamento Filosófico na Modernidade - Foco: A Construção da Sociedade Moderna e as Relações de trabalho a partir da mudança dos modos de produção.</li> <li>● Os gêneros de conhecimento: imaginação, razão e intuição e a relação com Substância, natureza, atributos, mente e corpo, Afetos, Conatos - Foco: O impacto da sociedade moderna nestes gêneros de conhecimento</li> <li>● A Ética Aristotélica - Foco: A Relação entre ética e Pólis e A Necessidade de uma ética na formação da pólis moderna</li> <li>● A Ética do discurso - Apresentar novos caminhos para uma vida social pacífica nesta nova sociedade abordando as novas relações de trabalho</li> </ul> <p><b>Geografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Globalização econômica e mercados regionais.</li> <li>● Sistemas político-econômicos e</li> </ul>

	<p>mundo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção do território brasileiro desde o século XVII e os conflitos territoriais e fronteiriços no Brasil.</li> <li>• A utilização dos espaços no Brasil monárquico e suas heranças.</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A importância da política e do Estado atualmente para assegurar a justiça e direitos de todos na vida social (política ambiental).</li> <li>• Problema ambiental, Conflito ambiental, Ajuste ecológico. Trabalho e Sociedade.</li> <li>• Revolução Verde. Desenvolvimento. Modernização conservadora.</li> <li>• Sociedade de Consumo.</li> <li>• Cidadania e Direitos Humanos. Democracia. Comunidades Tradicionais. Justiça Ambiental. Racismo ambiental</li> <li>• Movimentos Sociais (Movimentos ambientalistas). Reforma Agrária. Mudança e Transformação Social. Lutas Sociais. MST.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O desenvolvimento do capitalismo e seus desdobramentos ao longo da história</li> <li>• Processo de formação da sociedade brasileira e seus entrelaçamentos na ocupação do território.</li> <li>• Relações de trabalho dos afro-brasileiros após a escravidão</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teorias raciais; Preconceito, discriminação e segregação.</li> <li>• Etnia, Ação Afirmativa.</li> <li>• Trabalho e sociedade: Impactos do mundo trabalho na qualidade de vida dos indivíduos.</li> <li>• Terceirização e privatização.</li> <li>• Flexibilização das relações e condições de trabalho. Uberização. Trabalho remoto.</li> <li>• As múltiplas formas de precarização dos trabalhadores terceirizados (tipos de contrato, remuneração, condições de trabalho e de saúde).</li> <li>• Estratificação Social. Marcadores Sociais das desigualdades sociais. Segurança alimentar. Perfil nutricional da população por classe social. Fome, pobreza, subnutrição.</li> <li>• A Relação desequilibrada entre Estado e Sociedade que ocasiona a violação a uma série de direitos, especialmente à alimentação.</li> <li>• Política e Movimentos sociais.</li> <li>• Políticas Públicas na Saúde Preventiva. Paradigma da Saúde Preventiva.</li> <li>• Movimento da Reforma Sanitária.</li> <li>• Vacinação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação dos Estados Nacionais</li> <li>• Tipos de escravidão no Brasil e suas implicações.</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústria Cultural. Estética. Alienação. Ideologia. Meios de Comunicação de Massa.</li> <li>• Identidades no século XXI. Cultura Popular e Cultura Erudita.</li> <li>• Gênero e Literatura Maranhense.</li> <li>• Espaço Urbano.</li> <li>• Movimento feminista.</li> <li>• Direitos sociais e políticos. A arte como instrumento de luta pelo reconhecimento dos direitos sociais políticos (pintura, literatura científica, diários).</li> <li>• Segregação socioespacial na Ilha de São Luís.</li> <li>• Especulação Imobiliária.</li> <li>• Privatização dos espaços públicos (lazer).</li> <li>• A arte como livre manifestação das culturas urbanas (grafiteagem, hip hop, rap).</li> <li>• Violência simbólica. Coerção Social. Bullying e cyberbullying.</li> <li>• Redes Sociais. Fake News. Assédios</li> </ul>	<p>teorias econômicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Industrialização e modelos produtivos</li> <li>• Dinâmica populacional, teorias demográficas e fluxos migratórios.</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Heranças do Brasil colonial e império e os impactos no mercado de trabalho, na distribuição de renda, educação, nas relações de gênero, relações raciais, etnias e grupos étnicos.</li> <li>• O aperfeiçoamento na produção de mercadorias e os impactos econômicos, sociais e ambientais em diferentes tempos e espaços (local, regional e global)</li> <li>• Formas de Estado, sistemas políticos e formas de governo</li> <li>• Transformações na área de produção do espaço rural e urbano no Brasil pelos cenários políticos internos e externos</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teorias sociológicas clássicas do trabalho: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.</li> <li>• Princípios da administração Científica do trabalho:</li> <li>• Taylorismo - fordismo e Toyotismo</li> <li>• A concepção de trabalho e economia a partir das perspectivas das diferentes formas de Estado (Socialista, Bem-Estar Social e Neoliberal).</li> <li>• As múltiplas formas de precarização dos trabalhadores terceirizados: contratação, remuneração, condições de trabalho, de saúde e de representação sindical</li> <li>• Política e Legislação Brasileira do ponto de vista das relações de trabalho.</li> <li>• Democracia. Orçamento Participativo. Obs.: O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos auxilia a área de planejamento do Estado do Maranhão, por meio da realização de estudos e pesquisas, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos, portanto é uma importante ferramenta para pesquisa na área do Itinerário)</li> </ul>
--	---	---	--	--

3ª SÉRIE				
ÁREAS DO CONHECIMENTO	CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E DA TERRA ENFOQUE: MATEMÁTICA, GEOGRAFIA, SOCIOLOGIA, BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA	CIÊNCIAS DA SAÚDE ENFOQUE: BIOLOGIA, QUÍMICA E ED. FÍSICA, MATEMÁTICA	CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM ENFOQUE: L. PORTUGUESA, L. ESPANHOLA, ARTE, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA	CIÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS ENFOQUE: FILOSOFIA, SOCIOLOGIA, GEOGRAFIA, MATEMÁTICA E HISTÓRIA
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Iluminação teatral, sonoplastia, cenografia (cenário Virtual).</li> <li>Teatro de sombras;</li> <li>Fotografia aplicada ao cinema; Propriedades do som,.</li> <li>Neoplasticismo (Piet Mondrian) e Arte Op</li> <li>Cinética (Palatnik), Arte propositora, (Lygia Clark, Alexander Calder e Hélio Oiticica).</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura e análise de textos estatísticos multimodais e digitais;</li> <li>Planejamento e elaboração de textos estatísticos, por meio das diferentes semioses;</li> <li>Elaboração de resumos, relatórios e rotinas;</li> <li>Análise linguística na produção de textos verbais e multimodais (coerência e coesão textual, modalização verbal, convenções da escrita).</li> <li>Planejamento e elaboração de roteiros para a construção de tutoriais, considerando as áreas da ciências exatas, tecnológicas e agrárias;</li> <li>Planejamento e produção de tutoriais em diferentes semioses, tais como o texto impresso, sonoro e visual, considerando as áreas da ciências exatas, tecnológicas e agrárias;</li> <li>Competência na produção do conhecimento com atividades que levem o aluno a: procurar, interpretar, analisar e selecionar informações; identificar problemas relevantes, realizar experimentos e projetos de pesquisa;</li> <li>Análise linguística na elaboração de textos verbais (escritos e orais), tais como a coerência, coesão, modalização verbal e convenções da escrita;</li> <li>Planejamento de eventos das áreas de ciências exatas, tecnológicas e agrárias;</li> <li>Participação e apresentação de trabalhos científicos em eventos das áreas de ciências exatas, tecnológicas e agrárias;</li> <li>Pesquisa e produção de textos dos gêneros acadêmicos nas áreas tecnológica, exatas e agrária;</li> <li>Publicação de textos dos gêneros acadêmicos em revistas, sites, e espaços de divulgação científica;</li> <li>Planejamento de eventos de intervenção social com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas, tais como oficinas e palestras, considerando as áreas tecnológicas, agrárias e exatas;</li> <li>Participação social em feiras, workshops, oficinas para mobilização e direcionamento social nas áreas de</li> </ul>	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Body Art, pintura corporal e mimetização.</li> <li>Movimento corporal em Rudolf Laban - domínio do movimento.</li> <li>Psicologia das cores e cromoterapia, musicoterapia, psicodrama.</li> <li>Arte do inconsciente (Nise da Silveira, Arthur Bispo do Rosário e Leonilson).</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento e produção de textos da área da saúde;</li> <li>Leitura, análise e produção do gênero prontuário de paciente;</li> <li>Curadoria do conhecimento de textos da área da saúde;</li> <li>Promoção, geração e difusão de conhecimentos por meio da pesquisa e outras formas de produção de conhecimentos que sustentem e aprimorem a prática;</li> <li>Estratégias de pesquisa e de leitura;</li> <li>Ferramentas de pesquisa em ambientes digitais ou com recursos tecnológicos;</li> <li>Análise de Discurso Crítica do conhecimento científico;</li> <li>Contextos de produção e efeitos de sentido do conhecimento científico;</li> <li>Estudo de gêneros textuais acadêmicos e científicos tais como resumo, artigo científico, dissertação, tese, resenha crítica, ensaio, colóquio, mesa redonda, comunicação oral.</li> <li>Planejamento e organização de eventos científicos, tais como o congresso, o colóquio, o simpósio, entre outros;</li> <li>Participação em eventos científicos, tais como o congresso, o colóquio, o simpósio, entre outros;</li> <li>Leitura, conhecimento e análise das normas que compõem a prescrição da produção científica brasileira, tais quais a ABNT, normas internas, etc.;</li> <li>Publicação de textos científicos em sites, revistas e espaços de divulgação científica;</li> <li>Oralidade e dinâmica de trabalho em grupos, para o favorecimento da discussão coletiva e as relações interpessoais;</li> <li>Contexto de produção, leitura e análise de textos normativos tais como Código de Ética, Lei do SUS, e atos normativos e reguladores;</li> <li>Participação em atividades de intervenção social com vistas à melhoria das condições de vida</li> </ul>	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estética teatral, fusão entre linguagens artísticas (grupo musical "O Teatro Mágico").</li> <li>Vanguardas artísticas (Os movimentos europeus e nacionais).</li> <li>Teatro e mediação de conflito, (Bertold Brecht, Augusto Boal).</li> <li>Jogo teatral em Viola Spolin;</li> <li>Arte conceitual, Movimento tropicalista e Mangue Beat.</li> <li>Arte Urbana, Arte pública</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Diálogo intersemiótico entre literatura e cinema;</li> <li>Obras que compõem o cânone ocidental, em especial o de literatura portuguesa;</li> <li>Relações entre textos literários de obras que compõem o cânone literário ocidental, em especial o de literatura portuguesa;</li> <li>Contextos, estética, história, produção, circulação e consumo de obras literárias que compõem o cânone ocidental, em especial o de literatura portuguesa;</li> <li>Apreciação e análise de obras de autores que fazem parte da literatura maranhense;</li> <li>Planejamento, organização e participação de eventos artísticos-literários (saraus, competições orais, audições, mostras, festivais, feiras culturais e literárias, jograis, rodas de conversa, clubes de leitura, repentis, spams, etc.)</li> <li>Curadoria de informações;</li> <li>Estratégias de pesquisa e de leitura;</li> <li>Ferramentas de pesquisa em ambientes digitais ou com recursos tecnológicos;</li> <li>Análise de Discurso Crítica do conhecimento científico;</li> <li>Contextos de produção e efeitos de sentido do conhecimento científico;</li> <li>Estudo de gêneros textuais acadêmicos e científicos tais como resumo, artigo científico, dissertação, tese, resenha crítica, ensaio, colóquio, mesa redonda, comunicação oral.</li> <li>Contexto de produção, circulação e recepção de textos no campo jornalístico-midiático;</li> <li>Curadoria de informações e textos que circulam em redes sociais e outros domínios da internet;</li> <li>Estratégias de pesquisa em fontes e sites confiáveis;</li> </ul>	<p><b>Arte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>patrimônio cultural: material/imaterial</li> <li>Atuação do Mecenase e o marchand - Curadoria e Produção artística;</li> <li>Comercialização da arte.</li> <li>Campos de atuação na Arte (O ofício do produtor cultural).</li> <li>Movimento Hip Hop (dança urbana e grafite</li> </ul> <p><b>Língua Portuguesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento e elaboração de textos dos gêneros balancete, cotação e ações;</li> <li>Redação técnica de textos da área econômicas;</li> <li>Leitura e análise textual de títulos, avaliação de imóvel e Títulos de renda fixa;</li> <li>Análise linguística na produção de textos das áreas econômicas (coerência e coesão textual, modalização verbal, convenções da escrita, pronomes de tratamento).</li> <li>Leitura e análise de textos dos gêneros, tais como os comunicados internos, avisos, circulares, ordem de serviço e requerimento;</li> <li>Planejamento e elaboração de textos da área administrativa, tais como comunicados internos, avisos, circulares, ordem de serviço e requerimento;</li> <li>Análise linguística na produção de textos da área administrativa (coerência e coesão textual, convenções da escrita, campo semântico).</li> <li>Português instrumental e normas da ABNT na elaboração de textos científicos;</li> <li>Planejamento e organização de eventos científicos, tais como o congresso, o colóquio, o simpósio, entre outros;</li> <li>Participação em eventos científicos, tais como o congresso, o colóquio, o simpósio, entre outros;</li> <li>Publicação de textos científicos em sites, revistas e espaços de divulgação científica;</li> <li>Planejamento e elaboração de textos com vistas à participação social, tais como os de políticas públicas, cooperativismo e de empreendedorismo;</li> <li>Planejamento e elaboração de textos administrativos multissemióticos em plataformas do contexto digital, tais como a propaganda, o anúncio publicitário, as ações de marketing, considerando o contexto discursivo;</li> </ul>

	<p>ciências exatas, tecnológicas e agrárias;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Planejamento e participação de cursos e minicursos para manejo de recursos tecnológicos de insumos na área agrária;</li> <li>● Atuação, por meio da linguagem, de ações multi e interdisciplinar, interagindo com diferentes profissionais, de modo a estar preparado a contínua mudança do mundo produtivo</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Biomecânica: aprender os conceitos cinemáticos e cinéticos do Movimento;</li> <li>● Práticas Corporais Urbanas e Esportes de Aventura</li> <li>● Jogos Eletrônicos, um novo fenômeno social (Diversão x competição);</li> <li>● Esporte nas comunidades indígenas e quilombolas</li> </ul> <p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Reading comprehension ( Leitura e interpretação textual), English test ( Testes de proficiência), Técnicas de tradução de textos.</li> <li>● On-line information ( Leitura e interpretação de variados textos ), Website ( Estudos de termos utilizados em sites e em outros campos da tecnologia ), Reading Tecnical texts ( Skimming, Scanning, Cognates , Prediction)</li> <li>● Reading Comphension ( Leitura e interpretação de textos de variadas temáticas), Noções de Inglês Instrumental ( Aprofundamento das técnicas de leitura: Skimming e Scanning</li> <li>● Reading Comphension ( planilhas, mapas, mapas conceituais, gráficos, infográficos e relatórios), On-line dicTionarie ( Leitura e estudo de verbetes de diferentes áreas do conhecimento</li> </ul> <p><b>Língua espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Nociones de Español Instrumental; Comprensión lectora y análisis textual.</li> </ul>	<p>das pessoas (palestras, plenárias, blitz social, panfletagem);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Contexto de produção, leitura e análise de textos da área da saúde, tais como o banner, a propaganda, o cartaz, o folder;</li> <li>● Planejamento e elaboração de textos de divulgação social, tais como o cartaz, o banner, o folder e a campanha publicitária;</li> <li>● Planejamento de fala e participação em assembleias e reuniões;</li> <li>● Análise linguística na produção de textos multissemióticos (coerência textual, cortesia verbal, entonação)</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Entender sobre os riscos do Doping no Esporte, para saúde;</li> <li>● Aptidão Física, quando treinar para Saúde e Rendimento Esportivo.</li> <li>● A Ginastica como meio de solucionar problemas físicos e posturais;</li> <li>● Saúde na Escola - Conscientização e prática Corporal</li> </ul> <p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Reading Comphension ( infografic -Heathy), Noções de Inglês Instrumental (Aprofundamento de técnicas de leitura : Skimming, Scanning, Cognates e Prediction).</li> <li>● On-line information (Textos de temáticas variadas), Reading and writing (Leitura e escrita de pequenos textos que abordem temáticas da área do conhecimento), Técnicas de tradução de textos.</li> <li>● Reading Comphension (Leitura de diversos textos: artigo, tese, dissertação entre outros ), Reading Tecnical Texts ( Técnicas de Scanning e Skimming; aprofundamento das técnicas);</li> <li>● Reading and writing ( Leitura e escrita de textos) Conversations ( Diálogos a Língua Inglesa na situação cotidiana ), Idiomatic expression;</li> <li>● Cognatos e Falsos Cognatos, English Tests ( Leitura e interpretação de testes de proficiência.</li> </ul> <p><b>Língua Espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Nociones de Español Instrumental;</li> <li>● Comprensión lectora y análisis textual (reportajes, folders con temáticas relacionadas a la area de la salud y bienestar).</li> <li>● Partes del cuerpo humano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Comparação entre textos e fotos sobre o mesmo assunto em diferentes fontes;</li> <li>● Análise de Discurso Crítica de notícia, fotos publicadas e fotorreportagem;</li> <li>● Parcialidade e imparcialidade em textos do campo jornalístico;</li> <li>● Contextos de produção de textos multissemióticos, para análise das condições de produção, divulgação, circulação e consumo destes textos</li> <li>● Contexto de produção, leitura e análise de textos normativos tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;</li> <li>● Participação em atividades de intervenção social com vistas à melhoria das condições de vida das pessoas (palestras, plenárias, blitz social, panfletagem);</li> <li>● Planejamento e elaboração de textos de divulgação social, tais como o cartaz, o banner, o folder;</li> <li>● Contexto de produção, leitura e análise dos gêneros programa político e manifesto;</li> <li>● Planejamento de fala e participação em assembleias e reuniões;</li> <li>● Análise linguística na produção de textos multissemióticos (coerência textual, cortesia verbal, entonação</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Debater sobre o preconceito nas Modalidades de Dança e sobre o gênero masculino - Aceitação/Preconceito Social;</li> <li>● Capoeira e Identidade Cultural;</li> <li>● Esporte/Lazer e cultura Corporal do Movimento.</li> <li>● Políticas Públicas no Esporte: a importância do Estado em fomentar essa pratica</li> </ul> <p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Texts of different genres on relevant subjects to the student and society (music, cinema, theater, fine arts) and use of reading strategies</li> <li>● Cultural aspects of the foreign language.</li> <li>● English Literature ( Modernism)</li> <li>● Cultural aspects of the foreign language;</li> <li>● Vocabulary study: Transparent word/ False friends/ Prepositions/Noun phrases/Discourse markers</li> <li>● Texts of various genres on relevant subjects to the student and society using the modern foreign language (music, cinema, theater and fine arts)</li> <li>● English Literature (Leitura de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise linguística na produção de textos verbais e multissemióticos das áreas, sociais, administrativas e econômicas (coerência e coesão textual, modalização verbal, efeitos de sentido, convenções da escrita);</li> </ul> <p><b>Educação Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Jogos Cooperativos;</li> <li>● Jogar com o outro x jogar contra o outro;</li> <li>● Conhecer e identificar Transtornos Alimentares e Dismorfismo Corporal;</li> <li>● Esporte/Lazer, e inclusão da pessoa com deficiência;</li> <li>● A importância do Esporte na Escola, para Inclusão Social;</li> </ul> <p><b>Língua Inglesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Cultural aspects of the foreign language (Aspectos culturais da Língua Inglesa no cotidiano dos indivíduos),</li> <li>● Reading Tecnical Texts ( Skimming e Scanning), On-line informations ( Leitura e interpretação de artigos científicos, dissertações , teses entre outros).</li> <li>● Noções Básicas de Inglês para o mercado ( Tourism, Business);</li> <li>● Reading and Writing ( Leitura e construção de diálogos</li> <li>● Reading Tecnical Texts ( Skimming e Scanning), On-line informations ( Leitura e interpretação de artigos científicos, dissertações , teses entre outros),</li> <li>● Cognatos e Falsos Cognatos , Reading Comphension ( Leitura e interpretação de testes de proficiência)</li> <li>● Reading Comphension (Leitura e interpretação de textos sobre variadas temáticas )</li> <li>● On-line information ( Leitura e interpretação de gráficos, planilhas, infográficos, artigos científicos, dissertações, teses, entre outros.)</li> <li>● English test (Leitura e interpretação de testes de proficiência).</li> </ul> <p><b>Língua Espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Nociones de Español Instrumental;</li> <li>● Comprensión lectora y análisis textual.</li> <li>● Planeamento y elaboración de textos en los géneros: anuncio publicitário y campañas publicitarias</li> </ul>
--	--	--	---	--

			<p>escritores: Virginia Wolf, Ernest Hemingway, George Orwell, entre outros.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Reading strategies (Skimming, scanning, cultural aspects of the foreign language);</li> <li>● Vocabulary study: Discourse markers/Idioms.</li> <li>● English Literature (Pos - Modernism), Leitura de obras de escritores: J, R. R Tolkien, J. R Rowling, L. M. Montgomery.</li> </ul> <p><b>Língua Espanhola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● La Lengua Española como mecanismo de construcción de identidad en el mundo globalizado;</li> <li>● Manifestaciones culturales (literatura, música, cine, televisión, periodismo, etc.).</li> <li>● Escrita</li> <li>● Planeamento de escrita / Contexto / Público leitor / Finalidade da escrita / Layout do texto / Suporte de escrita;</li> </ul>	
<b>MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Geometria Espacial: Projeção;</li> <li>● Poliedros e Corpos redondos.</li> <li>● Matemática Financeira</li> <li>● Binómio de Newton.</li> <li>● Probabilidade.</li> <li>● Distribuição Normal</li> <li>● Números complexos e polinómios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Porcentagem;</li> <li>● Noções de Matemática Financeira (Capital, Taxa e Juros: Simples e Compostos).</li> <li>● Estatística (Tipos de variáveis, População, Amostra, Frequências e Gráficos);</li> <li>● Medidas de tendência central (Média, Moda e Mediana) e Medidas de dispersão (Desvio padrão e Variância).</li> <li>● Análise combinatória</li> <li>● Probabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Porcentagem;</li> <li>● Noções de Matemática Financeira (Capital, Taxa e Juros: Simples e Compostos),</li> <li>● Índices - Indicadores sociais.</li> <li>● Estatística (Tipos de variáveis, População, Amostra, Frequências e Gráficos);</li> <li>● Medidas de tendência central (Média, Moda e Mediana) e Medidas de dispersão (Desvio padrão e Variância).</li> <li>● Noções de Análise combinatória: Princípio da Adição, Princípio da Multiplicação (Diagrama de árvore, listas, esquemas, desenhos), Permutações simples, Combinações simples</li> <li>● Noções de Probabilidade: Experimento aleatório, Espaço amostral, Eventos, Probabilidade de Laplace, Probabilidade condicional, Eventos independentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Porcentagem;</li> <li>● Noções de Matemática Financeira (Capital, Taxa e Juros: Simples e Compostos), Taxas equivalentes, Sistemas de amortização, Noções de Fluxo de Caixa.</li> <li>● Estatística (Tipos de variáveis, População, Amostra, Frequências e Gráficos): Medidas de tendência central (Média, Moda e Mediana) e Medidas de dispersão (Desvio padrão e Variância).</li> <li>● Noções de Análise combinatória: Princípio da Adição, Princípio da Multiplicação (Diagrama de árvore, listas, esquemas, desenhos), Permutações simples, Combinações simples.</li> <li>● Noções de Probabilidade: Experimento aleatório, Espaço amostral, Eventos, Probabilidade de Laplace, Probabilidade condicional, Eventos independentes.</li> </ul>
<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA</b>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Biomas. Angiosperma (anatomia vegetal)</li> <li>● A teoria sintética: variabilidade genética e seleção natural</li> <li>● Relações ecológicas;</li> <li>● Sucessão ecológica</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Máquinas térmicas e processos de propagação de calor;</li> <li>● Aplicações da eletricidade em nosso dia a dia</li> <li>● Energia Renovável e não renovável</li> <li>● Introdução a astronomia</li> </ul> <p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Radioatividade (conceito de meia vida)</li> <li>● Termoquímica (calor, energia,</li> </ul>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Doenças infecciosas: agentes causadores; endemias, epidemias e pandemias.</li> <li>● Doenças causadas por platelmintos e nematódeos.</li> <li>● Polialelia</li> <li>● Interação gênica e pleiotropia</li> <li>● Sexo e herança genética</li> <li>● Ligação gênica</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Corrente elétrica aplicação em Medicina</li> <li>● Física e as doenças visão humana</li> <li>● Física Médica: máquinas de ressonância Magnética</li> <li>● Aplicações da física na Biomecânica do corpo humano</li> </ul>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Medidas preventivas em saúde pública: higiene; vacinas, soros e antibióticos. Ciclos</li> <li>● Biogeoquímicos (poluição)</li> <li>● A teoria sintética: genética das populações e especiação;</li> <li>● Extinções de espécies;</li> <li>● Medidas de mitigação dos efeitos da fragmentação de habitat</li> <li>● Relações ecológicas;</li> <li>● Sucessão ecológica</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Funcionamento de um circuito elétrico residencial</li> <li>● Consumo de energia Elétrica residencial</li> </ul>	<p><b>Biologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Biomoléculas (Sais, Lípidos e proteínas).</li> <li>● Bactérias e Leveduras</li> <li>● Cadeias e teias alimentares;</li> <li>● Ciclos biogeoquímicos</li> <li>● Distribuição dos organismos na biosfera; Poluição</li> </ul> <p><b>Física:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Funcionamento de um circuito elétrico residencial</li> <li>● Aplicações da eletricidade em nosso dia a dia</li> <li>● Energias Renováveis e Economia</li> <li>● Energia e sustentabilidade</li> </ul>

	<p>variação de entalpia e lei de Hesse)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eletroquímica (funcionamento de uma pilha, eletrólise)</li> <li>• Fórmulas estruturais, moleculares e nomenclatura dos compostos orgânicos; combustíveis fósseis (reações de combustão)</li> </ul>	<p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Radioatividade (Leis da radioatividade);</li> <li>• Relações estequiométricas</li> <li>• Funções orgânicas (aplicação dos compostos orgânicos)</li> <li>• Reações orgânicas (hidrogenação, fermentação etc.)</li> <li>• Classificação dos isômeros. Biomoléculas (aplicação das proteínas, lipídios, glicídios, ácidos nucleicos.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Energia no desenvolvimento social e tecnológico</li> <li>• Introdução a astronomia</li> </ul> <p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crédito de Carbono para a sociedade.</li> <li>• Descarte correto de pilha e baterias</li> <li>• Radioatividade (datação de fósseis através do carbono 14)</li> <li>• Produção de paródias utilizando as funções orgânicas</li> </ul>	<p><b>Química:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reação de saponificação (produção de sabão)</li> <li>• Fermentação (produção de alimentos fermentados)</li> <li>• Polímeros (Produção Renovável de matérias)</li> <li>• A política dos 5 Rs: Reduzir, reutilizar ou reaproveitar, reciclar, repensar e recusar</li> </ul>
<p><b>CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</b></p>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os conceitos fundamentais da Filosofia Política - Foco: Políticas Públicas para o campo.</li> <li>• A Crítica à Economia Política usando os conceitos de: Trabalho, Alienação, Ideologia, Fetichismo da Mercadoria.</li> <li>• A Crítica ao Estado. - Foco: Análise das lutas de classes no campo</li> <li>• Os Direitos Humanos, Violência de gênero e Intolerância Religiosa - Foco: Violência no campo</li> <li>• Os Diversos Conhecimentos Populares, leigos, plebeus, africanos, camponeses ou indígenas e A Filosofia Descolonial, A Etnofilosofia,</li> <li>• A Epistemologia dos povos ameríndios e Africanos.</li> </ul> <p><b>Geografia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura geológica e geomorfológica da Terra.</li> <li>• Hidrologia oceânica e continental.</li> <li>• Espaço agrário brasileiro.</li> <li>• Urbanização</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Patriarcalismo, coronelismo: e o clientelismo na formação da sociedade brasileira e latino-americana.</li> <li>• Formação de organismos internacionais de gestão de conflitos em diferentes países</li> <li>• Globalização espaço urbano e os desafios da organização social e as principais teorias sobre a dinâmica urbana</li> <li>• Situação dos excluídos e dominados: indígenas, mulheres, camponeses, escravos, miseráveis das cidades e do campo</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociologia Ambiental X Desenvolvimento econômico X Sustentabilidade.</li> <li>• Concentração Fundiária no Brasil e suas consequências.</li> <li>• Sustentabilidade.</li> <li>• Modelos de produção agrária: agricultura familiar e agronegócio</li> <li>• Indústria Cultural.</li> <li>• Crise Alimentar e Globalização, Consumo consciente para o equilíbrio ambiental.</li> <li>• Tecnologias Sociais para o combate da fome.</li> </ul>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussões éticas da sociedade como eutanásia, aborto etc.</li> <li>• A Estética na Filosofia Contemporânea - Foco: Padrões de Beleza Cirurgias Plásticas</li> <li>• Conhecer a relação da cultura com novas tecnologias e a Inteligência Artificial - Foco: A Inteligência Artificial na Medicina</li> </ul> <p><b>Geografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanização e Industrialização</li> <li>• Dinâmica populacional e teorias demográficas</li> <li>• Globalização, fluxos internacionais e disseminação de doenças</li> <li>• Desigualdades e segregação espacial.</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os efeitos do colonialismo moderno e do neocolonialismo contemporâneo e o imperialismo europeu na África e na Ásia.</li> <li>• Decadência do Estado de Bem-Estar Social</li> <li>• Formação e evolução dos padrões de trabalho humano,</li> <li>• Surgimento dos direitos trabalhistas no Brasil e no mundo</li> <li>• Sistema sócio-histórico e a luta de gêneros.</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão sobre o tema da Saúde Coletiva, em especial para as minorias (étnico-raciais e de gênero).</li> <li>• Trabalho e Sociedade.</li> <li>• A previdência social, a política de saúde, o sistema de saúde e organização dos serviços de saúde.</li> <li>• Transição do taylorismo/fordismo para sistemas flexíveis de acumulação.</li> <li>• Condições de Vida e Trabalho (mudanças no processo produtivo que reorientam os padrões nutricionais, os estilos de vida, mudanças no perfil etário e as comorbidades da</li> </ul>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As Teorias políticas da Antiguidade. Foco: Análise das obras filosóficas sobre política na antiguidade.</li> <li>• A sociedade de controle, do cansaço, da transparência e da vigilância - Foco: Análise das obras referentes ao tema.</li> <li>• Arte e cultura, a obra de arte e o espectador - Foco: Literatura e Arte</li> <li>• Temas da Filosofia Latino Americana - Foco: Análise da Literatura Latino Americana. Suas Lutas e Temas</li> </ul> <p><b>Geografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação territorial e regionalização do Brasil.</li> <li>• Dinâmica populacional, teorias demográficas e fluxos migratórios.</li> <li>• Industrialização e modelos produtivos.</li> <li>• Urbanização;</li> <li>• Espaço agrário no Brasil e no Mundo</li> <li>• Globalização econômica e mercados regionais</li> <li>• Geopolítica, fronteiras e conflitos</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os avanços do imperialismo e seus impactos na república brasileira</li> <li>• O mundo em guerra.</li> <li>• Guerra Fria e o populismo no Brasil e América Latina</li> <li>• A historicidade do processo de direitos sociais e direitos humanos</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Culturas juvenis espaços urbanos.</li> <li>• Representatividade linguística das culturas juvenis (rap, trap).</li> <li>• Novas formas de sociabilidades (redes sociais).</li> <li>• Cidadania e Direitos Humanos.</li> <li>• Precarização do Trabalho. Trabalho Escravo contemporâneo.</li> <li>• Análise de materiais</li> </ul>	<p><b>Filosofia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Realismo Político de Maquiavel. Foco: Compreender o Novo modelo de sociedade a partir da política moderna e das novas relações de trabalho nesta modernidade.</li> <li>• A Crítica à Economia Política usando os conceitos de: Trabalho, Alienação, Ideologia, Fetichismo da Mercadoria. Foco: O novo modelo de vida burguês baseado no trabalho assalariado capitalista.</li> <li>• A Análise da história do trabalho através da mudança dos modos de produção e dos modelos produtivos como teorias administrativas.</li> <li>• A Estética e a Filosofia da Arte com seus principais conceitos filosóficos - Foco: O Culto a busca por um padrão de beleza e a indústria da beleza como nova fonte de exploração e acúmulo de capital nos dias de hoje.</li> <li>• Apresentar a Sociedade do espetáculo.</li> <li>• Cibercultura, e tecnologias da inteligência e seus impactos nas reflexões sobre o que é o trabalho, as novas teorias administrativas e suas implicações, alterações e participação na construção do nosso cotidiano</li> </ul> <p><b>Geografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade, Meio ambiente e Política ambiental brasileira;</li> <li>• Matriz energética e os recursos energéticos sustentáveis.</li> <li>• Planejamento e ordenamento territorial e econômico</li> <li>• Teoria Geral do Estado e formação dos territórios</li> <li>• Geopolítica, fronteiras e conflitos</li> </ul> <p><b>História:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As Desigualdades sociais e o Mundo Trabalho.</li> <li>• Formas de produção e consumo nas sociedades, brasileiras e mundial em diferentes tempos.</li> <li>• Relações sociais, trabalho e</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção agroecológica.</li> <li>• Estatísticas sobre os impactos sociais do uso de agrotóxicos e insumos químicos (potencial cancerígeno para as populações do entorno), a importância da conservação ambiental promovida pela manutenção de reservas extrativistas geridas pelas populações tradicionais.</li> </ul>	<p>população em geral).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociedade e espaço Urbano (Orçamento Participativo. Planejamento dos espaços urbanos pela sociedade civil visando à qualidade de vida.)</li> </ul>	<p>audiovisuais a respeito do Trabalho Escravo Contemporâneo: Filmes e Documentários.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociologia brasileira interpretações do Brasil: dilemas a respeito da identidade nacional e os modelos de desenvolvimento.</li> <li>• Estado. Cultura Política. Teorias da Elite.</li> <li>• O exercício das formas de dominação pelo uso das mídias (carismática, tradicional racional legal).</li> <li>• Movimentos Sociais (análise de discurso, símbolos).</li> </ul>	<p>organização das sociedades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O paternalismo como mecanismo político e dominação burocrática,</li> <li>• Revolução científica, tecnológica e social.</li> <li>• Produção de serviços inovação e incorporação tecnológica ao trabalho.</li> </ul> <p><b>Sociologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento/ subdesenvolvimento.</li> <li>• Neoliberalismo, capitalismo, globalização.</li> <li>• Sociedade e espaço Urbano;</li> <li>• A cidade contemporânea como espaço de segregação sócio espacial; como serão as cidades do futuro?</li> <li>• Formas de organização do Estado Moderno: Monarquia e república.</li> <li>• Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo.</li> <li>• Indústria Cultural.</li> <li>• Percepções da Ideologia em Marx e Gramsci (alienação, hegemonia, contra hegemonia).</li> <li>• Controle Social.</li> </ul>
--	---	---	--	--

Fonte: DCTMA (2022)